

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

LARISSA MAIA DE SOUZA

**A ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE NATAL (1955-1971):
O CUIDADO COMO PRÁTICA EDUCATIVA**

NATAL – RN

2026

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Norte – IFRN
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi

Souza, Larissa Maia de.

S729e A escola de auxiliares de enfermagem de Natal (1955-1971): O cuidado como prática educativa / Larissa Maia de Souza. – 2026.
162 f. : il. Color.

Tese (doutorado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2026.

Orientador(a): Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento.

1. Educação profissional em saúde – Natal-RN. 2. Cuidado em enfermagem 3. Gênero. 4. Práticas pedagógicas. I. Título.

SIBi/IFRN

CDU 37:616-083(813.2)(043.2)

LARISSA MAIA DE SOUZA

A ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE NATAL (1955-197): O CUIDADO COMO PRÁTICA EDUCATIVA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO
Data: 17/05/2026 17:15:43-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dra. Francinaide de Lima Silva Nascimento – Presidente/Orientadora
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br AVELINO ALDO DE LIMA NETO
Data: 21/05/2026 15:42:50-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dr. Avelino Aldo de Lima Neto - Coorientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br MÉRICA MARIA DE SANTI
Data: 22/05/2026 15:53:31-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dra. Mércia Maria de Santi - Titular Externo
Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br NATÁLIA CONCEIÇÃO SILVA BARROS CAVALCAN
Data: 27/05/2026 14:28:51-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dra. Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti - Titular Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
gov.br ARTHUR LUIS DE OLIVEIRA TORQUATO
Data: 25/05/2026 16:12:32-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dr. Arthur Luis de Oliveira Torquato - Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br ILANE FERREIRA CAVALCANTE
Data: 23/05/2026 09:53:44-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dra. Ilane Ferreira Cavalcante - Titular Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br AZEMAR DOS SANTOS SOARES JUNIOR
Data: 25/05/2026 19:54:01-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dr. Azemar Santos Soares Júnior – Suplente Externo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Documento assinado digitalmente
gov.br JUAN CARLO DA CRUZ SILVA
Data: 27/05/2026 08:18:15-0300
Verifique em <https://validar.j6.gov.br>

Dr. Juan Carlo da Cruz Silva – Suplente Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Para mainha, que sonhou que eu era doutora.

AGRADECIMENTOS

Tanto riso
Ó, quanta alegria!
Mais de mil palhaços no salão
Arlequim está chorando
Pelo amor da Colombina
No meio da multidão

Não existem soluções fáceis para o luto. Há ausências que passam a habitar o cotidiano e seguem nos acompanhando mesmo quando seguimos em frente. Enquanto outras crianças adormeciam ao som de canções de ninar, eu fui embalada pelas marchinhas de carnaval que minha mãe cantava, memórias de um tempo quando ela era foliã nos bloquinhos do antigo clube da Associação dos Subtenentes e Sargentos do Exército (ASSEN) e da Associação Atlética Banco do Brasil (AABB). Talvez por isso, esta Tese se escreva entre risos que insistem em existir e um choro que, muitas vezes, se faz silencioso. Assim, entre essas lágrimas contidas e as palavras que resistiram ao cansaço, chego ao fim deste percurso com gratidão profunda por tudo o que aprendi e por todas as pessoas que tornaram possível seguir adiante quando me senti em ruínas.

Dessa maneira, agradeço meu pai, Francisco, e meus irmãos, Luana e Lettieri, testemunhas do tempo com quem partilhei tantas histórias, alegrias e tristezas. Em muitos momentos, foram refúgio diante das exigências da vida acadêmica e fonte de afeto e respiro em períodos mais difíceis. Amplio o carinho para familiares e amigos que contribuíram para a existência dessa história, pelos sentimentos positivos e por acreditarem nessa conquista.

Ao meu grande amor, Arthur, companheiro inarredável e fiel, pela parceria do dia a dia e apoio contínuo. Com quem partilhei e comemorei cada página concluída e cada progresso obtido durante esses anos. Por ser minha serenidade e motivação nesse percurso. Amo-te por essa e por outras vidas.

À minha orientadora, Francinaide, sem a qual a realização deste trabalho não teria sido possível. Agradeço por acolher minha mudança de linha de pesquisa e por acreditar neste projeto desde a entrevista inicial da seleção. Com sensibilidade, você provocou deslocamentos, incentivou avanços e despertou contribuições fundamentais para a Tese. Reitero que sua presença tornou o processo de escrita mais leve e o caminho da pesquisa mais potente. Levo esse encontro para a vida!

Ao meu coorientador, grande cúmplice desde o Mestrado, Avelino, sou profundamente grata pelo incentivo constante e pelas orientações precisas, sem as quais este trabalho não teria se concretizado. Indubitavelmente, sua companhia e amizade fizeram diferença ao longo desse percurso. Você e Fran me colocaram em lugares que eu não imaginava alcançar, abrindo horizontes formativos e afetivos que marcaram minha trajetória. Expresso, assim, meu respeito e admiração, e reconheço o privilégio de tê-lo por perto.

Aos professores leitores e membros da banca examinadora, Mércia Maria de Santi, Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti, Ilane Ferreira Cavalcante, Arthur Luís de Oliveira Torquato, Juan Carlo da Cruz, e Azemar Santos Soares Júnior, pela leitura crítica, apontamentos valiosos e olhar refinado, pela paciência, por enriquecer as discussões e conduzir escolhas importantes na construção desta Tese. Amplio os agradecimentos a professora Tainá Bandeira, primeira leitora a dar direcionamentos a pesquisa.

À Oscarina Saraiva, pela entrevista concedida e pela disponibilidade generosa. Ao compartilhar suas experiências de vida e memórias, contribuiu de modo decisivo para a construção desta pesquisa. A presença de uma mulher de destaque na história da enfermagem no Rio Grande do Norte fortaleceu, ainda mais, a convicção quanto aos caminhos investigativos adotados.

À ESUFRN pelo acesso ao arquivo e pelo apoio efetivo à realização desta tese. Em especial, à Anna Katyanne pelo acompanhamento atento durante as inúmeras consultas ao acervo, pela gentileza, disponibilidade constante ao longo de seu expediente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da bolsa de pesquisa. Pela possibilidade de realização do doutorado sanduíche, a partir do Programa Abdias Nascimento, que permitiu minha estadia em Buenos Aires e na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). Essa experiência proporcionou aprendizagens significativas, ampliação do percurso investigativo e contato com uma cultura latino-americana vibrante. Agradeço, ainda, pelo apoio financeiro à Exposição *Imagens e Rituais do Cuidado*, que materializou desdobramentos desta tese e tornou possível a apresentação da pesquisa em linguagem artística.

Faço uma menção especial à minha supervisora durante o período de mobilidade acadêmica internacional na UBA, Anahí Gelman e a João Sol, companheiro de caminhada portenha. pelo apoio fundamental à minha permanência em Buenos Aires durante o período de realização do doutorado no exterior.

Aos colegas e amigos de turma e do grupo Observatório da Diversidade, em especial Ivana, Gilmara, Ana Kamily, Maria Carolina, Ana Cristina, Robério, Ana Cláudia e Leandro, com quem dividi muitas alegrias, angústias e aprendizagens. Somos parte dessa história. Obrigada pelos abraços fraternos, pelas contribuições nesta pesquisa e pela parceria nos seminários, aulas e eventos.

À Daniel Torres, artista potiguar, de quem tenho profunda admiração e carinho, que fez a arte da Exposição e da capa da Tese.

Ao PPGEP e a todos os professores que fazem parte do Programa, pela acolhida, por provocar reflexões e conduzirem uma aprendizagem transformadora, contribuindo significativamente com meu amadurecimento acadêmico e profissional. Faço um registro afetuosos à Linha 2, que me acolheu durante o Mestrado (2019–2022), e à Linha 3, que, no Doutorado, me permitiu ser parte integrante do grupo, possibilitando um espaço de pertencimento, diálogo e amadurecimento intelectual.

Concluir a Tese é, também, uma forma de continuar o sonho da minha mãe em mim e de reconhecer que, mesmo em meio à multidão, como na marchinha que abre estas páginas, há dores que seguem pedindo cuidado, memória e delicadeza.

Natal/RN, Carnaval de 2026.

RESUMO

A Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal foi uma instituição escolar que funcionou preliminarmente dentro do Hospital Miguel Couto, e posteriormente em um prédio localizado nas imediações do Hospital, na Avenida Nilo Peçanha, nº 619, na cidade do Natal. A autorização de seu funcionamento ocorreu em 1955 e foi idealizada pela Sociedade de Assistência Hospitalar do Rio Grande do Norte, devido à necessidade de desenvolvimento de uma mão de obra qualificada para trabalhar nos equipamentos de saúde da época. Tomamos como objetivo desta pesquisa analisar os discursos sobre o cuidado, produzidos na e sobre a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, considerando seus desdobramentos com as relações de gênero e práticas pedagógicas no período entre 1955 e 1971. Para tanto, apontamos os objetivos específicos, a saber: discutir as formações discursivas a respeito da criação e instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para a construção de uma educação profissional voltada para o cuidado; problematizar a educação de um corpo voltado para o cuidado concebida pela Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal para as estudantes em formação e esquadrihar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas face ao projeto de formação para o cuidado de si e cuidado do outro. A fim de responder tais questões, utilizamos a Análise Discursiva foucaultiana a partir da análise de documentos, imagens, notícias jornalísticas sobre a Escola e uma entrevista com Oscarina Saraiva, ex-diretora da instituição. Ao analisar as fontes, tornou-se possível sustentar a tese de que o cuidado, tal como formulado e operacionalizado no interior da EAEN, constituiu-se como uma prática educativa, isto é, como um dispositivo formativo que ensinava simultaneamente modos de cuidar do outro e de conduzir a si, produzindo subjetividades ajustadas às racionalidades institucionais, às expectativas de gênero e às exigências morais do campo da saúde.

Palavras-chave: cuidado; Educação Profissional em Saúde; gênero; Prática Educativa.

ABSTRACT

The Natal Nursing Assistant School was an educational institution that initially operated within the Miguel Couto Hospital and later in a building located near the hospital, at 619 Nilo Peçanha Avenue, in the city of Natal. It was authorized to operate in 1955 and was conceived by the Rio Grande do Norte Hospital Assistance Society, due to the need to develop a skilled workforce to work in the health facilities of the time. The objective of this research is to analyze the discourses on care produced in and about the Natal School of Nursing Assistants, considering their implications for gender relations and pedagogical practices in the period between 1955 and 1971. To this end, we have identified the following specific objectives: to discuss the discursive formations regarding the creation and establishment of the Natal School of Nursing Assistants (1955-1971) for the construction of professional education focused on care; to problematize the education of a body focused on care conceived by the Natal School of Nursing Assistants for students in training and to examine the modes of subjectivation experienced by students in the face of the training project for self-care and care for others. In order to answer these questions, we used Foucaultian Discourse Analysis based on the analysis of documents, images, news articles about the School, and an interview with Oscarina Saraiva, former director of the institution. By analyzing the sources, it became possible to support the thesis that care, as formulated and operationalized within EAEN, constituted an educational practice, that is, as a formative device that simultaneously taught ways of caring for others and conducting oneself, producing subjectivities adjusted to institutional rationalities, gender expectations, and the moral demands of the health field.

Keywords: care; Professional Health Education; gender; Educational Practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área Especial de Interesse Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFOP	Centro de Formação de Pessoal para Serviços de Saúde
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
EAEN	Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal
ED	Escola Doméstica de Natal
EEN	Escola de Enfermagem de Natal
EERHL	Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo
EPS	Educação Profissional em Saúde
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ESPRN	Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte
ESUFRN	Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
REBEN	Revista Brasileira de Enfermagem
SAH	Sociedade de Assistência Hospitalar
SEMTEC/MEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da educação e Cultura
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Símbolo da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal	45
Imagem 2 - Fachada do Hospital Miguel Couto	47
Imagem 3 - Reconhecimento do curso Auxiliar de Enfermagem	50
Imagem 4 - Atestado de vacinação antivariólica	55
Imagem 5 - Notícia sobre a reabertura das inscrições no ano de 1956	57
Imagem 6 - Alunas na aula prática de anatomia	58
Imagem 7 - A lição de anatomia do Dr. Tulp	58
Imagem 8 – Folha Confidencial	62
Imagem 9 - Ficha de Estágios Práticos da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal	71
Imagem 10 - Alunas no pátio da Escola de Enfermagem de Natal	76
Imagem 11 - Uniforme das alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal	78
Imagem 12 - Alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem em Laboratório de aulas práticas	82
Imagem 13 - Recepção de toucas pelas alunas da Escola de Enfermagem de Natal	85
Imagem 14 - Sessão solene de Recepção de Toucas	87
Imagem 15 - Missa de ação de Graças à Entrega de Certificados das turmas concluintes da Escola de Enfermagem de Natal	94
Imagem 16 – Cerimônia de diplomação no Salão de Honra da Escola Doméstica de Natal	96
Imagem 17 - Relatório de Capacidade Profissional	103
Imagem 18 - Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal	106
Imagem 19 - Alunas no saguão de entrada da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal	119
Imagem 20 - Alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem aula de puericultura	132
Imagem 21 - As “alunas-mães” e seus bebês	135

SUMÁRIO

1	O PONTO DE PARTIDA: PREPARAM-SE AS HEROÍNAS DE AVENTAL BRANCO.....	12
2	UM MOMENTO DE PARAMENTAÇÃO: PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	25
2.1	A TOUCA: DIÁLOGOS SOBRE O GÊNERO E O TRABALHO DO CUIDADO NA ENFERMAGEM.....	25
2.2	AS LUVAS: O CAMINHO ÀS FONTES.....	31
2.3	O AVENTAL: A ABORDAGEM FOUCAULTIANA.....	36
3	A ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE NATAL: SEUS SÍMBOLOS E DISCURSOS	38
3.1	DA AUTORIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO: A CRIAÇÃO DA ESCOLA.....	40
3.2	FREIRAS SEM HÁBITO: A MISSÃO DA ENFERMEIRA.....	51
3.3	NORMALIZAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO FEMININA.....	61
4.0	OS CONTORNOS DO CUIDADO NA ENFERMAGEM: SUAS IMAGENS, SUAS VESTIMENTAS E SEUS RITUAIS.....	74
4.1	A IMAGEM DO CUIDADO: O UNIFORME COMO REPRESENTAÇÃO DA ENFERMEIRA.....	75
4.2	A SESSÃO SOLENE DE RECEPÇÃO DAS TOUCAS: ENTRE VOCAÇÃO E DISCIPLINA.....	85
4.3	A COLAÇÃO DE GRAU: RITUAL, PODER E VISIBILIDADE	92
5	AS PRÁTICAS DO CUIDADO.....	101
5.1	O CORPO EDUCADO: EDUCAÇÃO DOS GESTOS E DOS SENTIDOS	102
5.2	A ORDEM COMO TAREFA: DESLIZAMENTOS ENTRE A SUBJETIVIDADE E O CUIDADO DE SI.....	113
5.3	O CUIDADO DO OUTRO: ENTRE A TÉCNICA E A FEMINILIZAÇÃO DO CUIDADO.....	127
6	DESPARAMENTAR PARA PROSSEGUIR	130
	REFERÊNCIAS	144
	APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE ENTREVISTA.....	161

1 O PONTO DE PARTIDA: PREPARAM-SE AS HEROÍNAS DE AVENTAL BRANCO

Preparam-se as heroínas do avental branco: Vitoriosa iniciativa do corpo médico de Natal - Dedicadas continuadoras do espírito de Ana Nery – Aulas diárias de teoria e prática (*A República*, 1956).

O texto acima é o título de uma matéria publicada no jornal *A República* em 4 de julho de 1956 e foi escolhido para iniciar esse trabalho devido à riqueza de informações sobre o imaginário criado em torno da mulher enfermeira. As formulações *heroínas de avental branco* e *continuadoras do espírito de Ana Nery* fazem referência a essa personalidade que se voluntariou para a Guerra do Paraguai (1864 - 1870)¹ em uma das poucas posições permitidas às mulheres em uma guerra, a Enfermagem. Ana Justina Nery, sensibilizada com a dor da separação dos filhos, voluntaria-se juntamente com as Irmãs Vicentinas² para organizar os serviços de assistência, cuidar dos feridos e ficar próxima dos filhos recrutados. Por esse ato, foi condecorada como heroína e recebeu o título de pioneira da Enfermagem no Brasil. O discurso sobre ela reverberou como o ímpeto máximo de dedicação, doação e cuidado que uma profissional da enfermagem deveria possuir. Então, portando o avental branco, um dos elementos que caracterizavam essas enfermeiras no período histórico da publicação, as herdeiras da essência de Anna Nery, segundo o jornal, se preparavam para as aulas teóricas e práticas no recém-criado curso Auxiliar de Enfermagem em Natal.

A Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (EAEN) foi uma instituição escolar que funcionou preliminarmente dentro do Hospital Miguel Couto³, e posteriormente em um prédio localizado nas imediações do Hospital, na Avenida Nilo Peçanha, nº 619, na cidade do Natal. A autorização de seu funcionamento ocorreu em 1955 e foi idealizada pela Sociedade de Assistência Hospitalar⁴ (SAH) do Rio Grande do Norte, devido à necessidade de

¹ A Guerra do Paraguai, também conhecida também como Guerra Guaçu, foi um conflito militar de grandes proporções travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Esse embate se destacou como o maior conflito armado internacional na história da América Latina (Squinelo, 2020).

² As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo tiveram ampla participação no cuidado e auxílio a doentes em hospitais, instituições de caridade e conflitos armados.

³ O Hospital Miguel Couto foi fundado em 12 de setembro de 1909, em Natal/RN. Sua existência é marcada por vários processos de reformas e ampliações, ocasionando modificações em sua estrutura física e organizacional. Seu crescimento foi acompanhado de sucessivas mudanças de nomes, a saber: Hospital de Caridade “Juvino Barreto” (1909), Hospital “Miguel Couto” (1935), Hospital das Clínicas (1960) e, a partir de 1984, como homenagem ao médico e primeiro Reitor da UFRN, passou a denominar-se Hospital Universitário “Onofre Lopes” (Carlos, 2005; Silva, 2022).

⁴ Órgão criado em maio de 1927 para gerir a organização e financiamento dos hospitais no Rio Grande do Norte (Cascudo, 1999).

desenvolvimento de uma mão de obra qualificada para trabalhar nos equipamentos de saúde da época. O pronunciamento jornalístico funciona como uma vitrine para a Escola. Apresenta informações sobre a primeira turma de alunas, enfatizando características necessárias ao trabalho: dedicadas, heroínas e altruístas e destaca a influência e iniciativa do corpo médico de Natal na sua instalação.

O projeto da EAEN vai funcionar moldada pelos princípios da Enfermagem Moderna⁵, portanto iniciamos nossa pesquisa em 1955, mas conscientes que o trabalho do cuidado era exercido nos Hospitais da capital pelas Irmãs de Caridade e por leigos treinados para o serviço hospitalar, tanto mulheres, como homens chamados parteiras e práticos em enfermagem⁶. O contexto de criação da Escola, portanto, perpassa a transição da mão de obra religiosa, gratuita e caritativa realizada por freiras para a enfermagem diplomada⁷ e remunerada que iria trabalhar na Maternidade Januário Cicco e no Hospital Miguel Couto.

Diante desses indícios, percebemos que a EAEN se desenvolve em um local de disputas de três principais segmentos. O primeiro, o campo religioso, cujas características sobretudo da filosofia do cuidado caritativo estão firmados sob preceitos do amor, dedicação e altruísmo que influenciaram a formação em enfermagem. O segundo, do campo educacional e profissional sob a necessidade de uma formação voltada à ciência e à técnica que reconhecesse essas profissionais como trabalhadoras resguardadas de direitos trabalhistas (Teodósio, 2013) e, por fim, do campo médico-hospitalar sob a hegemonia do corpo médico de Natal que mantinha os ambientes hospitalares e foi responsável pela criação da Faculdade de Medicina de Natal (1955) e da EAEN (1955). Levando em consideração os deslizamentos desses elementos e as práticas educativas desenvolvidas na Escola, emergiu a seguinte pergunta/problema: Os discursos sobre o cuidado desenvolvidos na e sobre a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) produziram uma prática educativa?

Inspirados por Michel Foucault (1987), pensamos que estudar uma instituição implica revisitar os processos de sua constituição, em um movimento intra e extra institucional. Nesse escrito, entendemos que as instituições, não se explicam por si mesmas, mas fazem parte de um

⁵ Modelo anglo-americano de enfermagem que tem como fundadora Florence Nightingale e preconiza uma enfermagem essencialmente feminina, baseada em pilares científicos, na tríade cuidar-educar-pesquisar e com foco centrado no doente e não na doença. No Brasil, a primeira escola fundada sob os moldes nightingaleano foi a Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro, em 1890 que influenciou a criação de outras Escolas de Enfermagem no Brasil, inclusive a EAEN em Natal.

⁶ Práticos em enfermagem eram pessoas que trabalhavam nos hospitais, mas não possuíam educação formal, nem diploma.

⁷ Enfermagem diplomada refere-se às profissionais que possuíam um diploma que comprovasse qualificação profissional.

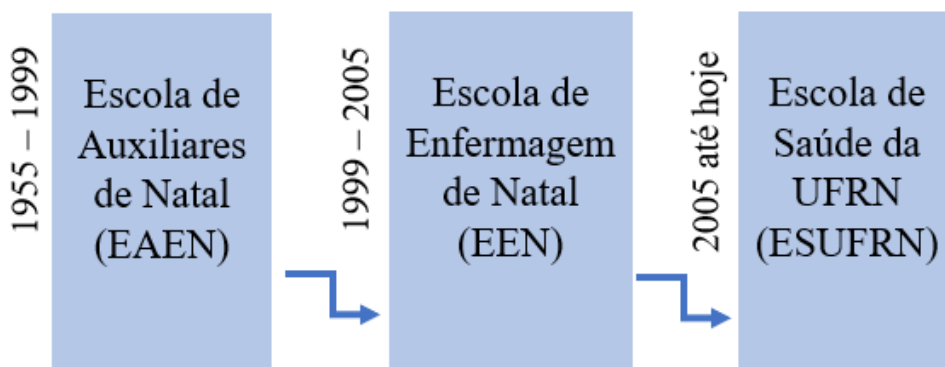
arcabouço social. É uma história, ou melhor, são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar através de uma hermenêutica cruzada entre memórias, arquivos e museus, no âmbito de uma projeção e de uma regressão investigativa (Magalhães, 2004). Dessa forma, a EAEN, enquanto instituição de ensino, merece destaque como personagem da história da saúde e das instituições escolares do Rio Grande do Norte.

Sob esse viés, a presente investigação tem como objeto de estudo os discursos sobre o cuidado desenvolvidos na e sobre a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal entre 1955 e 1971 para a produção de uma prática educativa. Considerando que as práticas educativas não se constituem apenas nas instituições de educação e tampouco têm implicações que se finalizam nelas (Araújo, 2014), investigá-las nos documentos da Escola, nas notícias jornalísticas sobre a EAEN e nas fotografias produzidas em momentos solenes e aulas teóricas e práticas, apontarão se o conjunto de mecanismos com os quais o cuidado foi socialmente construído no contexto educativo da EAEN implicou em uma prática educativa.

A EAEN passou por três institucionalidades (Figura 1) desde sua criação. Inicialmente intitulada como Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1999), estava vinculada à SAH e também foi mantida financeiramente pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP)⁸. Em 1964, foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). De 1999 a 2005 tornou-se Escola de Enfermagem de Natal (EEN), ganhou autonomia financeira pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação e Cultura (SEMTEC/MEC) e se consolidou como uma Escola de Educação Profissional (Gomes, et al., 2006). Em 2004, passou a desenvolver suas atividades no Complexo de Enfermagem do Campus Universitário da UFRN. Em 2015, a Escola tornou-se Unidade Acadêmica Especializada em Educação Profissional em Saúde, passando a chamar-se Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ESUFRN), ofertando cursos em três níveis de ensino: técnico, graduação e pós-graduação.

⁸ O Serviço Especial de Saúde Pública foi criado em 1942, a partir de acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como funções, o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas, como a borracha da região amazônica e o minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce. O SESP se expandiu nas regiões rurais brasileiras, onde construiu redes de unidades de saúde locais, focalizando tanto a medicina preventiva como a curativa, tendo como eixo principal, a educação sanitária nos mais variados espaços, dentre eles nas escolas primárias (Renovato; Gagnato, 2010, p. 277).

Figura 1 – Institucionalidades da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal



Fonte: elaboração própria em 2024.

Isso posto, nos deteremos na fase de 1955 a 1971. O recorte temporal tem início a partir da Portaria Ministerial nº 381, de 7 de dezembro de 1955, que permitiu o funcionamento da EAEN. E o marco final se refere ao período em que a EAEN, devido ao regime de intercomplementariedade, proposto pela Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 que tornou obrigatória a Educação Profissional no Brasil, alarga sua atuação, ofertando cursos compulsoriamente para alunos do Ensino de 2º grau. Dessa forma, finalizamos nosso recorte em 1971 pensando em analisar apenas o período em que o chamado ensino profissionalizante não era obrigatório para alunos do Ensino de 2º grau e a Escola atendia apenas demanda espontânea.

Destarte, pensa-se que a proposta de estudo possui relevância e está em consonância com a linha de pesquisa *História, Historiografia e Memória da Educação Profissional*, dialogando com o eixo de investigação da história de instituições, ao desvelar a trajetória da EAEN enquanto instituição de formação em saúde na esfera do mundo do trabalho, e com o eixo referente às práticas educativas, representações, cultura e saberes institucionalizados.

Após esquadrinhar a conjuntura do período destacado, sustentamos a tese de que a formação profissional oferecida pela Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955 - 1971) teve, na sua identidade, o cuidado como prática educativa. A formação profissional proposta pela Escola instala e modela relações das alunas consigo e com os outros que escrevem modos de subjetivação e de resistência femininas, além de experiências formativas que ensejaram processos educativos fundamentados na noção e na prática do cuidado. Ademais, a Escola marca o pioneirismo na educação profissional feminina para o exercício da enfermagem,

a partir da metade da primeira década do século XX, figurando como centro formação para o cuidado hospitalar, tornando-se referência no Rio Grande do Norte e na emancipação profissional de mulheres.

Nesse sentido, delimitamos as categorias de estudo *gênero e cuidado* – apresentadas conjuntamente devido à sua indissociabilidade teórica –, *Práticas Educativas e Educação Profissional* – no interior da qual se situam outros princípios centrais, como o de trabalho e o de formação profissional. Esse conjunto de conceitos pode nos mostrar caminhos que contemplem o entendimento dessas questões históricas e que têm relevância para pensarmos o problema a ser investigado. Em tempo, cabe registrar que esta pesquisa se insere no projeto de pesquisa *Gestão das experiências de sofrimento na Educação Profissional: estudo comparativo entre Brasil, França e Argentina*, chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 (Faixa B - Grupos Consolidados), desenvolvido no Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade (IFRN/CNPq), afirmando o alinhamento das categorias cuidado, gênero e Educação Profissional desenvolvidas na investigação proposta.

O estudo justifica-se devido a aproximação da pesquisadora com a ESUFRN, primeiro, por ter sido discente da Escola durante a graduação em Gestão Hospitalar e, segundo, devido a investigação sobre as articulações entre a formação profissional em saúde e os processos de subjetivação vivenciados pelas mulheres estudantes do curso técnico da Escola da Saúde de Natal/RN (Souza, 2021), durante o Mestrado Acadêmico em Educação Profissional. Desses estreitamentos emergiram reflexões a respeito da necessidade de aprofundamentos sobre a história da primeira institucionalização da ESUFRN e sobre os atravessamentos de gênero na prática do cuidado na formação profissional das alunas da EAEN. Este estudo apresenta-se, portanto, como uma continuidade do que foi discutido na referida dissertação.

O diálogo proposto pode provocar problematizações acerca da lacuna no campo epistemológico a respeito das questões de gênero que estão ligadas à Educação Profissional (Cavalcanti, Gleyse, 2018; Souza, Lima Neto, 2019; Costa, Lima Neto, 2020; Lima Neto, Santos Junior, Cavalcante, 2020). E, mais especificamente, referentes à Educação Profissional em Saúde, que perpassam diversos contextos no âmbito da vida social, política e educativa, revestindo-se de concepções que desencadeiam discussões e reflexões sobre o trabalho e a formação profissional no âmbito da saúde. Segundo Marise Ramos (2021) estudos de gênero no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) têm inestimável relevância, ajudando a reconhecê-lo como campo epistêmico em construção e consolidação, e, nesse sentido,

corroborar “o princípio ético-político de que trabalho, ciência, cultura e tecnologia formam uma unidade concreta produzida e expressiva da diversidade humana” (Ramos, 2021, p. 16).

O estudo da Educação Profissional em Saúde (EPS) é um campo profícuo para o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN), uma vez que ao investigar as dissertações defendidas desde o início do Programa, em 2013, encontramos apenas quatro manuscritos a respeito da temática, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional que versam sobre a Educação Profissional em Saúde

Título da dissertação	Autoria/ ano	Objetivo	Linha de pesquisa
O Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa e suas Contribuições à Educação Profissional em Saúde	Costa (2018)	Analisar a trajetória das políticas de Educação Profissional em Saúde no Brasil e o percurso formativo do Centro de Formação de Pessoal (CEFOPE/RN), em uma perspectiva histórica, no Rio Grande do Norte.	Políticas e Práxis em Educação Profissional
As políticas de formação do técnico de enfermagem em Natal/RN: expansão e diversificação (1970-2000)	Gonçalves (2019)	Analisar a expansão e diversificação da oferta de formação técnica dos trabalhadores de enfermagem a partir dos elementos que a definiram, dos anos de 1970 à primeira década dos anos 2000 no Município do Natal/RN.	Políticas e Práxis em Educação Profissional
A formação do técnico em enfermagem em Natal/RN: um estudo sobre a experiência da Escola de Saúde da UFRN	Torres (2020)	Analisar a dinâmica de formação do Técnico em Enfermagem promovida pela Escola de Saúde da UFRN (ESUFRN) por meio da oferta de educação profissional para Técnicos em Enfermagem, realçando as práxis de seu funcionamento nas dimensões histórica, política, de pedagogia e infraestrutura.	Políticas e Práxis em Educação Profissional
Formar para o cuidado: a formação humana integral das mulheres no curso técnico em enfermagem da Escola de Saúde da UFRN	Souza (2021)	Compreender as articulações entre as práticas pedagógicas do curso técnico em Enfermagem da ESUFRN e os processos de subjetivação vivenciados pelas mulheres estudantes face à proposta	Formação Docente e Práticas Pedagógicas

		de formação humana integral postulada pela Educação Profissional.	
A escola de saúde pública do Rio Grande do Norte: um estudo sobre a formação docente para atuar na educação profissional em saúde	Silva (2023)	Analisar o perfil dos profissionais que atuam na docência do curso de Especialização em Educação Permanente em Saúde, desenvolvido na Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (ESPRN), considerando o seu percurso formativo e a historicidade da Educação Profissional em Saúde	Formação Docente e Práticas Pedagógicas

Fonte: elaboração própria em 2023.

As produções apresentam estudos sobre a EPS no Rio Grande do Norte, se detendo aos seguintes *locus* de pesquisa: a ESUFRN, portanto, com recorte histórico de 2005 até hoje; o Centro de Formação de Pessoal para Serviços de Saúde (CEFOP), atual Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Norte (ESPRN) e o Instituto de Ensino e Cultura (IEC). Os objetivos se detêm a investigar as políticas de EPS no Brasil e no estado; analisar a oferta da formação técnica em enfermagem no Rio Grande do Norte e suas dimensões históricas, políticas e pedagógicas; compreender os entrelaçamentos entre a formação humana integral e os processos de subjetivação vivenciados por estudantes do técnico em enfermagem e, por fim, analisar o perfil dos profissionais que atuam na docência do curso de Especialização em Educação Permanente em Saúde da ESPRN.

Observa-se que as dissertações se vinculam somente às linhas *Políticas e Práxis em Educação Profissional* e *Formação Docente e Práticas Pedagógicas*, denotando uma ausência dos estudos sobre EPS na linha *História, Historiografia e Memória da Educação Profissional*. Apesar de algumas aproximações e de considerarmos a importância desses estudos como pioneiros no PPGEP, nenhum deles se debruça sobre a história das instituições e suas conexões relativas a questões de gênero.

Para evitar anacronismos, faz-se necessário abrir um parêntese conceitual e destacar que a Educação Profissional em Saúde, enquanto campo epistemológico sistematizado, passa a se consolidar apenas a partir da década de 1990, especialmente com a institucionalização de políticas públicas e a produção acadêmica voltada à formação técnica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Ramos, 2009). Considerando que a EAEN foi fundada em 1955, é

evidente que suas práticas educativas antecedem esse marco teórico-conceitual, não podendo, portanto, ser compreendidas como parte de um arcabouço formalmente constituído da EPS.

Ainda assim, isso não impede que a EAEN seja analisada retrospectivamente como uma experiência histórica de formação profissional em saúde, cujas práticas, discursos e dispositivos⁹ educativos contribuíram para a conformação de saberes, identidades profissionais e modos de cuidar que, mais tarde, seriam incorporados e sistematizados no campo da EPS.

Além disso, foi observada uma escassez de estudos que investiguem a generificação de uma instituição de educação em saúde, o que provoca uma lacuna no conhecimento relacionada às interlocuções entre a Educação Profissional em Saúde, gênero e cuidado. Tal constatação da problemática deu-se a partir da consulta a quatro bases de dados: O Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal Memoria, repositório institucional do IFRN, onde são encontradas as teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN) e o Arca, repositório institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cujo acervo, além de outras produções, disponibiliza as dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde. Estes últimos consideramos de grande importância, pois contribuem para a difusão e produção do conhecimento no campo da EPT (Martins, 2021).

Os bancos de dados foram pesquisados na ordem de citação do parágrafo anterior, utilizando o campo “pesquisa” para inserção das palavras chaves: “mulheres”; “instituição”, “história” e “saúde”. Elas foram dispostas entre aspas e associadas com o operador *booleano AND*, a fim de obter a associação dos descritores. Foram analisados todos os títulos e resumos dos trabalhos encontrados, de modo que os trabalhos repetidos foram eliminados, o que nos levou a três produções que se aproximam da proposta dessa tese. No Quadro 2, demonstramos o número de estudos encontrados em cada base de acordo com os descritores.

⁹ O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regimentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. O dispositivo estabelece a natureza do nexos que pode existir entre esses elementos heterogêneos. (Castro, 2009, p. 124).

Quadro 2 - Trabalhos que relacionam os descritores *mulheres; instituição; história e saúde*.

Plataforma	Autoria/ tipo de produção	Título
Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	Carrijo (2007) Dissertação	Registros de uma prática: anotações de enfermagem na memória de enfermeiras da primeira escola nightingaleano no Brasil (1959 - 1970)
	Carvalho (1996) Dissertação	Hospital dos servidores do estado 1947-1980 - as enfermeiras contam sua história
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD	Canassa (2005) Dissertação	Memórias de parteiras: a trajetória profissional na Maternidade Carmela Dutra (1967-1994)

Fonte: Elaboração própria em 2023.

No catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, encontramos duas dissertações. A primeira, defendida no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade de São Paulo, utilizou o depoimento uma ex-diretora e seis ex-alunas da Escola de Enfermagem Lauriston Job Lane (1959 - 1970), em São Paulo, para apresentar a vivência das participantes durante sua formação profissional nessa escola, revelando como os registros (anotações) de enfermagem eram ensinados e realizados na década de 1960 (Carrijo, 2007). A segunda produção, versa sobre a história das enfermeiras e o seu trabalho no Hospital dos Servidores do Estado, situado na cidade do Rio de Janeiro. A dissertação foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro e destaca as experiências e os ensinamentos vividos por essas profissionais durante o período de 1947 a 1980 (Carvalho, 1996).

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações encontrou-se apenas uma produção. A dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, da Universidade Federal de Santa Catarina tem como objetivo historicizar a trajetória profissional das parteiras na Maternidade Carmela Dutra, no período de 1967 a 1994. Utilizou-se a História Oral como método de coleta de dados e a realização de entrevistas semiestruturadas com quatro parteiras que trabalharam na referida Maternidade (Canassa, 2005). No Portal Memória e no ARCA não encontramos nenhum manuscrito relacionado às palavras-chave em questão. Apesar da excelência das dissertações encontradas nos portais Memória e ARCA, nenhuma tratava da

história de uma instituição de educação em saúde e seus atravessamentos pelo trabalho do cuidado e questões de gênero como objeto de estudo no contexto da Educação Profissional.

Ainda nesse levantamento encontramos o livro *Do sonho à realidade: 50 anos da Escola de Enfermagem de Natal* cujo escopo é documentar a memória e a trajetória desde a fundação da EAEN até sua transformação em escola vinculada à UFRN. O livro é de extrema relevância, pois considera a Escola um patrimônio da educação profissional em enfermagem no Rio Grande do Norte, entretanto não faz referência às questões concernentes às questões de gênero e à formação para o cuidado proposta pela instituição. Mesmo assim, apesar de confirmar a lacuna epistemológica, essas produções configuram-se como uma descoberta relevante para nosso trabalho no que diz respeito às pesquisas envolvendo instituições, gênero e trabalho do cuidado na Educação Profissional.

O ano de 2025 marcou o jubileu de Platina da Instituição e devido sua importância enquanto local de formação técnica voltada para área da saúde, tomamos como objetivo desta pesquisa analisar os discursos sobre o cuidado, mais especificamente sobre o cuidado de si e o cuidado do outro, produzidos na e sobre a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, considerando seus desdobramentos com as relações de gênero e práticas pedagógicas no período entre 1955 e 1971.

Para tanto, apontamos alguns objetivos específicos, a saber: Discutir as formações discursivas a respeito da criação e instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para a construção de uma educação profissional voltada para o cuidado; Problematicar a educação de um corpo voltado para o cuidado concebida pela Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para as estudantes em formação; Esquadrinhar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas face ao projeto de formação para o cuidado de si e cuidado do outro.

Considerando esses objetivos e o percurso analítico desenvolvido ao longo da Tese, emergiu a necessidade de ampliar as formas de apresentação e circulação dos resultados da pesquisa, ultrapassando os limites da escrita acadêmica tradicional. É nesse movimento que se insere a exposição *Imagens e Rituais do Cuidado*¹⁰, concebida como um dos desdobramentos diretos desta investigação.

¹⁰ Financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a exposição contou com a colaboração dos pesquisadores Ana Cláudia Viana, Kleiton Cassemiro, Francinaide Nascimento, Luiz Arthur Nunes da Silva e Avelino Aldo de Lima Neto, bem como com o apoio institucional da Escola de Saúde da UFRN, que cedeu seu acervo fotográfico, réplicas das vestimentas das alunas e materiais hospitalares, e do Instituto

A exposição configura-se a partir de uma aproximação entre o trabalho acadêmico, no campo da Educação Profissional, e as Artes, mais notadamente as Artes Visuais. Reuniu fotografias da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, bem como vestimentas utilizadas pelas alunas nas aulas práticas e nas cerimônias de formatura do período investigado. As imagens foram dispostas em cavaletes e as vestimentas apresentadas em manequins, compondo um percurso visual que dialoga diretamente com os rituais formativos e as práticas de cuidado analisadas na tese. Soma-se a esse conjunto a presença de composições autorais pintadas pelo artista natalense Daniel Torres¹¹ em tecidos de algodão cru, que, ao reinterpretar as fotografias, produziu uma leitura sensível e criativa do acervo, ampliando seus sentidos para além do registro documental.

Com o intuito de intensificar a experiência do público, a exposição incorporou elementos sonoros e olfativos, configurando uma ambiência inspirada no cotidiano hospitalar. Uma trilha sonora original foi concebida para remeter aos sons característicos desses espaços, enquanto o aroma de eucalipto permeava o ambiente, evocando práticas e memórias associadas ao cuidado em saúde. Além disso, foi dedicada uma estação específica à prática do “banho no leito”, composta por objetos e materiais que remetem a esse gesto fundamental do cuidado. Esses elementos articularam-se na construção de uma experiência imersiva e polissensorial, na qual a interação com tecidos, imagens, vestimentas, sons e cheiros buscou despertar sensações cognitivas e emocionais no público, transportando-o para o imaginário da Escola na década de 1950. Nesse movimento, conceitos, fontes e problematizações oriundos da pesquisa historiográfica foram traduzidos em uma linguagem visual e sensível.

Em 2024, a exposição integrou a programação do I Simpósio das Heterotopias, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRN) e pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP/IFRN). Em maio de 2025, passou a compor o I Encontro de Enfermagem da ESUFRN: *O protagonismo da Enfermagem na contemporaneidade*, evento que marcou o início das comemorações dos 70 anos da Escola de Saúde da UFRN. Já em outubro de 2025, a exposição abriu o VIII Colóquio Nacional e V Internacional *A produção do conhecimento em educação profissional: PNE (2026–2036) – entre o “pessimismo da razão” e o “otimismo da vontade”*.

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, responsável pela cessão dos cavaletes e manequins utilizados na disposição das imagens e vestimentas.

¹¹ Multiartista, formado em Produção Cultural pelo IFRN. Sua produção transita entre as artes visuais e as artes cênicas. Atua também como gestor do Espaço Artístico A3 e integra o Grupo Teatro Carmin (RN).

Delineados, nesta primeira seção, alguns apontamentos iniciais sobre a investigação, bem como os objetivos que foram trabalhados, seguimos para a segunda seção intitulada *Um momento de paramentação: procedimentos teóricos e metodológicos*. Nela, discutimos em primeiro plano, o referencial teórico a respeito das categorias gênero e cuidado, bem como seus deslizamentos com o campo profissional da enfermagem. Em seguida, apresentamos as fontes que foram investigadas como enunciados discursivos. E, por fim, evidenciamos a abordagem metodológica que guiou nosso percurso investigativo.

Na terceira seção, analisamos as formações discursivas a respeito da criação e instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para a construção de uma educação profissional voltada para o cuidado. No primeiro tópico, problematizamos o panorama de instalação da EAEN a partir de 1955 e a divulgação do curso e seleção nos periódicos da época. No segundo tópico, discutimos como a profissionalização do cuidado articulou exigências técnicas e normativas morais e hierarquias de gênero, evidenciando as continuidades entre o cuidado religioso e a enfermagem leiga institucionalizada. No terceiro tópico, debatemos práticas educativas para uma educação feminina, através das *Folhas Confidenciais* das discentes e *Fichas de Entrevista*.

Na quarta seção, dedicamo-nos a problematizar a educação de um corpo voltado para o cuidado. Inicialmente, destacamos o uniforme como dispositivo de pertencimento institucional, capaz de imprimir gestos, modelar ações e limitar movimentos, operando na constituição de uma corporalidade disciplinada. No segundo tópico, analisamos a cerimônia de recebimento da touca, compreendendo-a tanto como herança de tradições religiosas quanto como rito de passagem que antecipava simbolicamente a competência técnica das alunas, sinalizando sua habilitação para o exercício das atividades práticas. Por fim, examinamos a primeira cerimônia de colação de grau da EAEN, evidenciando-o como ato público de consagração e legitimação profissional. Em ambos os momentos, produziam-se visibilidades e verdades sobre o cuidado, a feminilidade e o exercício da enfermagem.

Na quinta seção, tivemos como objetivo esquadriñar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas face ao projeto de formação para o cuidado de si e cuidado do outro. Para tanto, no primeiro tópico, dissecamos o documento intitulado *Relatório de Capacidade Profissional*, avaliando as solicitações por ele inferidas. Em seguida, catalogamos discursos presentes nas observações do documento a fim de atribuir destaque para as categorias “cuidado de si” e “cuidado do outro”. Assim distribuímos essas análises no segundo e terceiro

tópico de maneira a compreender as estratégias de subjetivação das alunas, bem como as dimensões afetivas e emocionais influenciam o trabalho do cuidado

2 UM MOMENTO DE PARAMENTAÇÃO: PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Para a realização de qualquer procedimento em saúde, o primeiro gesto é a paramentação. Vestir a touca, o avental, a máscara, o protetor facial e as luvas não constitui apenas uma barreira de proteção individual, mas um ritual técnico e ético de preparação para o cuidado, no qual o corpo profissional se ajusta às normas, às precauções e às responsabilidades implicadas no ato de cuidar.

De modo análogo, a investigação historiográfica também exige sua própria paramentação. Antes de tocar o objeto de estudo, é necessário revestir-se de procedimentos teóricos e metodológicos, que operam como dispositivos de rigor, atenção e responsabilidade científica. Trata-se, igualmente, de um gesto de cuidado com as fontes, com os conceitos mobilizados e com os sentidos que serão tecidos ao longo da escrita.

Assim, nesta seção, colocamos nossa touca, vestimos o avental e calçamos as luvas para dar início ao percurso investigativo. Apresentamos um diálogo com as categorias gênero e o trabalho do cuidado, compreendidas como construções históricas atravessadas por relações de poder, normatizações e disputas simbólicas. Do mesmo modo, apresentamos as fontes de investigação, não como vestígios neutros do passado, mas como materialidades atravessadas por intencionalidades, práticas e contextos específicos. Por fim, explicitamos os procedimentos metodológicos baseados na análise foucaultiana que orientaram nosso olhar e os caminhos desta pesquisa.

2.1 A TOUCA: DIÁLOGOS SOBRE O GÊNERO E O TRABALHO DO CUIDADO NA ENFERMAGEM

Introduzimos esse estudo estabelecendo uma metáfora entre a construção dos procedimentos teóricos e metodológicos e o momento de paramentação. Neste paralelo, o pesquisador assume a postura de vestir-se antes de desenvolver o estudo, prepara-se, portanto, para assumir uma postura frente à investigação. Em um primeiro momento, vamos trazer as categorias que irão reger esta pesquisa nos próximos capítulos.

Ao assumir o gênero como uma das categorias de análise para discutir as questões que norteiam a Tese é necessário problematizar que o termo e suas inferências possuem um caráter histórico, social e político. Gênero é um conceito que vem sendo discutido desde a década de 1960. Apesar disso, como esclarece Joan Scott (1995), novas nuances ganharam notoriedade por estudos feministas que buscaram legitimação acadêmica na década de 1980. O termo, nesse momento, tenta apresentar uma noção mais objetiva e neutra e se afastar do constructo “história das mulheres” de modo a incluí-las, nas pesquisas e discussões acadêmicas, porém sem as nomear (Scott, 1995).

Segundo a autora, com a crescente difusão dos estudos sobre sexo e sexualidade, “o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ela oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens” (Scott, 1995, p. 7). Dessa forma, apesar de o gênero poder incluir o sexo e a sexualidade em suas discussões, ele apresenta-se como um sistema de relações que não se baliza diretamente sobre essas noções. Para Scott (1995), o conceito de gênero possui duas partes:

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (Scott, 1995, p. 21).

Tomando por base o pensamento de Foucault, a autora afirma que a identidade de gênero se constrói pelos atravessamentos das relações de poder¹², sendo essas relações de via dupla. As mulheres são impactadas, mas não são inertes, elas também exercem de certa forma o poder. Além desse tensionamento, propõe uma concepção de gênero que se distancie da determinação biológica. A análise rompe com o pensamento dicotômico feminino versus masculino, e que avalia profundamente as representações sociais, históricas e culturais rejeitando, em concordância com os estudos de Judith Butler, a ideia de uma “essência” natural dos sujeitos enquanto homens e mulheres.

¹² Ao longo desta investigação, mobilizamos o conceito foucaultiano *relações de poder* não como uma instância centralizada ou unidirecional, mas como um campo relacional que atravessa as interações cotidianas. Nesse sentido, como afirma o filósofo, “nas relações humanas, quaisquer que sejam elas — quer se trate de comunicar verbalmente, como o fazemos agora, ou se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas —, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas; essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas” (Foucault, p. 270, 2004).

Apesar de considerarmos Joan Scott uma autora clássica, é necessário avançar o debate sobre o conceito de gênero como categoria de análise teórica. Butler (2017), por exemplo, aprofunda as discussões a respeito das configurações binárias homem versus mulher e questiona principalmente a produção discursiva dessa relação. Seu objetivo se volta para uma genealogia da ontologia de gênero de forma a desvelar as práticas, discursos e instituições que produzem as identidades de gênero. Para a autora, o gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2017, p. 69).

A principal conclusão de sua leitura é que o sexo e o gênero são, na verdade, performativos. O conjunto de atos repetidos levam a naturalização de comportamentos, uma vez que “o gênero não é substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes [...] seu efeito substantivo é performativamente produzido” (Butler, 2017, p. 56). A produção das identidades de gênero faz parte da reiteração de mecanismos, práticas e relações que estabeleceram lugares diferentes para homens e mulheres. O gênero não seria apenas cultural, mas o somatório de todas essas regulações (Louro, 2018).

O conceito de gênero também não deve ser visto como estável e imutável. Enquanto categoria de estudo ele está em constante movimento apresentando continuidades e descontinuidades, produzindo novos padrões e significações de acordo com o momento. Nesta pesquisa entendemos o gênero enquanto produção histórica fruto de uma articulação que constrói a identidade do sujeito.

Para Louro (2018), diferentes instituições e práticas sociais, como a etnia, a classe ou a nacionalidade são constituídas pelos gêneros e constituintes do gênero. Nesse sentido, é necessário compreender que essas práticas sociais, espaços, linguagens e instituições são atravessadas pelos gêneros, ou seja, são *generificados*, produzem-se a partir de relações de gênero (Louro, 2018). Com efeito, essas inscrições constroem uma hierarquia, diferenciando as atividades entre os sexos, criando um imaginário e valoração desigual sobre o feminino em detrimento do masculino.

Ao distinguir atividades desempenhadas entre homens e mulheres iremos nos deparar com o confinamento desse segundo sujeito ao espaço doméstico. A rede de práticas e discursos que inscreveram a mulher ao privado delinearão suas atividades na família e comunidade de acordo com uma justificativa biológica. Não coincidentemente, a inserção feminina no mercado de trabalho ocorreu com profissões *generificadas*, consideradas femininas, e que eram

extensões de trabalho da mãe e dona de casa, a saber: o Magistério, o Serviço Social e a Enfermagem, ou seja, trabalhos relacionados ao cuidado. Sobre essa discussão, Louro (2018) destaca que a feminização do magistério aconteceu a partir de habilidades que eram supostamente consideradas femininas:

Em seu processo de feminização, o magistério precisa, pois, tomar de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres, como o amor, a sensibilidade, o cuidado etc. para que possa ser reconhecido como uma profissão admissível ou conveniente. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e novos símbolos, mantém o caráter de doação e de entrega que já se associava ao trabalho docente. (Louro, 2018, p. 100).

Do mesmo modo que a autora questiona *qual o gênero da docência?* Nos questionamos *qual é o gênero da enfermagem e do trabalho do cuidado desenvolvido na enfermagem?* Além disso, também consideramos que não apenas o gênero forja a construção do sujeito, mas a classe social e a identificação étnico racial estão interseccionadas nesse fazer. Concordamos com Louro (2018) ao afirmar,

Se as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros (e também se constituem), isso significa que essas instituições e práticas não somente “fabricam” os sujeitos, como são elas próprias produzidas (ou engendradas) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe, etc. de certo modo poderíamos dizer que essas instituições têm gênero, classe, raça (Louro, 2018, p. 92).

Entendemos que a fundação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal foi atravessada pelas questões de classe e identificação étnico-racial, mas sobretudo pelas relações de gênero. As práticas sociais imbricadas no trabalho do cuidado possuem forte apelo feminino de maneira que essa instituição de ensino já nasce generificada e predominantemente frequentada por mulheres. Ela é fabricada sob os preceitos do cuidado e forja, em processo de retroalimentação, uma prática educativa também voltada para o cuidado. Por isso, consideramos em nosso estudo as categorias *gênero* e *cuidado* teoricamente indissociáveis.

O cuidado é uma atitude que antecede a técnica e existe desde que surgiu a vida, pois os seres humanos precisaram de cuidados para a sua sobrevivência (Collière, 2012). No contexto do desenvolvimento da humanidade, a atividade de cuidar das pessoas se entrelaça

com o trabalho materno no amparo e nutrição dos filhos e de outras pessoas em situação de dependência, como idosos, feridos e doentes. Podemos afirmar, que inicialmente “as práticas de saúde, associadas ao trabalho feminino, estariam a serviço da sobrevivência” (Oguisso, 2019a, p. 5). Em outras palavras, a atividade do cuidado apresenta-se como uma atenção à saúde que parte de práticas vinculadas ao seio da comunidade e da família, ficando a cargo das mulheres estender o cuidado materno a outros indivíduos, sejam por doença ou velhice (Perrot, 2007). Não coincidentemente, a etimologia da palavra enfermeira reforça essa discussão. Enfermeira se origina do vocábulo *enfermo* derivado do latim *infirmo*, que significa aquele que está fraco. Já a versão inglesa *nurse* é proveniente da aglutinação entre *nutrix*, do latim mãe, e *nutrie*, do latim nutrir.

No contexto do desenvolvimento das sociedades e aumento populacional, o cuidado com enfermos e pessoas em situação de vulnerabilidade ganhou um caráter assistencialista, com a predominância do cristianismo como religião dominante. Para tanto, foi necessário desenvolver práticas educativas que têm o corpo como objeto de intervenção, adequando-o para o cuidado dos indivíduos. Essa educação do cuidado, é atravessada constantemente por questões de gênero e pela submissão do feminino, pois a mulher, como já citamos, foi personagem principal dessas atividades nas Ordens Religiosas, assentida pelos papéis sociais deferidos a elas.

Entretanto, devido às conjunturas científicas dos séculos XIX e XX, o cuidado aos doentes voltou-se ao ambiente hospitalar e ao poder médico (Foucault, 1984). Ao se tornar uma prestação de serviço, exige-se aprendizagem de técnicas e procedimentos que dialogue com os saberes médicos. Nesse movimento percebemos o desenvolvimento da Enfermagem a partir de práticas educativas que eduquem para o cuidado hospitalar e a identidade de uma profissão. Ainda que de maneira desvalorizada, essa conjuntura criou possibilidades e pequenas rupturas sociais que viabilizaram uma ocupação, não só diplomada e formal, mas remunerada para mulheres.

Apesar da Enfermagem ser considerada a “profissão do cuidado”, as discussões sobre a temática se concentram prioritariamente em trabalhos e procedimentos assistenciais, tais como Cuidado à pessoa com deficiência, Cuidado no puerpério, Cuidado à pacientes críticos etc. É necessário ampliar debates epistemológicos na esfera do cuidado enquanto categoria de análise no âmbito da enfermagem, conforme nos informa Waldow (2012).

[...] apesar de reconhecer o crescente interesse pelo cuidado na enfermagem, identificam-se interpretações vagas, difusas e ambíguas e, inclusive, falta de estudos e pesquisas, estas últimas de forma a relevarem a perspectiva dos pacientes (seres cuidados), maneiras de cuidar e percepção de cuidado por parte dos técnicos e auxiliares de enfermagem (seres que cuidam) que contemplam metodologias variadas privilegiando o meio ambiente e aspectos políticos do cuidado (Waldow, 2012, p.19)

Para entender os estatutos de cuidado no campo da educação, da saúde e do trabalho, buscamos conceitos em áreas do conhecimento como a filosofia e antropologia e no domínio do feminismo. Alguns autores defendem que o cuidar é uma arte, pois configura-se como uma prática que pressupõe uma técnica, ela seria atravessada pelos sentidos e pela compaixão com a pessoa assistida. Roselló (2009) considera o cuidado distinto do processo de cura, pois, assim como uma arte, estaria embasado sob três elementos fundamentais: técnica, intuição e sensibilidade. “O conhecimento técnico é, pois, requisito fundamental da criação artística, mas a arte transcende a técnica e exige outras categorias, a saber, a intuição e a sensibilidade” (Roselló, 2009, p. 144). Sobretudo, a arte de cuidar, seria para nosso interlocutor uma práxis fundamentada no fazer, mas alicerçada na subjetividade da condição humana.

Em discussões recentes, autoras como a filósofa Fabienne Brugère (2023) apresentam o cuidado de uma maneira mais ampla e coletiva, como o exercício da ética. A ética do cuidado seria objeto de uma política que pode determinar uma posição em defesa contra as variações mercantis, liberais e burocráticas das sociedades. Segundo a autora, “implementar uma ética do cuidado é conduzir uma política do cuidado e uma reforma do Estado Social” (Brugère, 2023, p. 128), uma alternativa contra o neoliberalismo globalizado. Apesar de considerarmos a posição de Brugère, nesta investigação adotamos a posição que o cuidado foi constituído como um serviço e que em sua maior parte esteve ligado ao trabalho doméstico feminino. Assim, o trabalho do cuidado absorveu de forma precarizada mão de obra de camadas subalternizadas da sociedade, sendo necessário, portanto, pensá-lo aqui como objeto legítimo do campo político feminista. Para tanto, achamos mais adequado adotar o seguinte conceito proposto pela socióloga Helena Hirata. O cuidado seria, portanto,

Um trabalho material, técnico e emocional moldado por relações sociais de sexo, de classe, de raça/etnia, entre diferentes protagonistas: os(as) provedores (as) e os(as) beneficiários(as) do cuidado, assim como todos aqueles e aquelas que dirigem, supervisionam ou prescrevem o trabalho. O cuidado não é apenas uma atitude atenciosa, ele abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em trazer uma resposta concreta às atividades dos

outros. Pode também ser definido como uma relação de serviço, de apoio e de assistência, remunerada ou não, que implica um senso de responsabilidade pela vida e pelo bem-estar do outro (Hirata, 2022, p. 30).

Em meio a essas reflexões e conceitos de diferentes pesquisadores, assumimos o gênero como categoria histórica, social e relacional, atravessada por disputas e por processo de produção discursiva que rejeitam qualquer determinação essencial ou biológica, conforme problematizam Scott, Butler e Louro. Articulando gênero e cuidado, compreendemo-lo como trabalho historicamente feminizado, marcado pela divisão sexual do trabalho (Guimarães; Hirata, 2020) e operacionalizado por saberes no campo da saúde. A partir desse enquadramento, foi possível analisar os enunciados sobre e na EAEN considerando as fontes apresentadas no tópico seguinte.

2.2 AS LUVAS: O CAMINHO ÀS FONTES

Para tecer uma história da EEAN, calçamos as luvas e buscamos nossas fontes em espaços físicos e virtuais, consultando arquivos, textos, notícias e imagens deixadas pelo passado da instituição na possibilidade de acessar vestígios que resistiram ao tempo. Historiar discursos a respeito do cuidado na e sobre a EAEN é também produzir uma narrativa sobre a história da saúde do Rio Grande do Norte, reescrita e revista sob a ótica de nossos questionamentos. Como explicita Albuquerque Júnior (2017, p. 69) “O que se chama de evidência é fruto das perguntas que se fazem ao documento e ao fato de que, ao serem problematizados pelo historiador, transformam-se, em larga medida, sua criação”. Dessa forma, fazemos uma provocação às fontes e conjecturamos essa história a partir de novos pressupostos.

A construção do arquivo de pesquisa¹³ foi realizada em dois ambientes. A maior parte da documentação foi encontrada no acervo da ESUFRN, instituição de guarda dos documentos da EAEN. Infelizmente, os documentos do acervo não são de acesso aberto e ainda não foram catalogados, imprimindo alguns trâmites burocráticos e impasses à pesquisa. O trabalho documental teve início em outubro de 2023 após a liberação de acesso aos documentos por

¹³ Neste momento, o termo *arquivo* é compreendido em seu sentido mais corrente, isto é, como o conjunto de documentos reunidos e acessado para fins de pesquisa, como: relatórios, fotografias, regulamentos, registros administrativos e demais documentos históricos. Essa delimitação conceitual é necessária para evitar ambiguidades com a noção de *arquivo* elaborada por Michel Foucault (2008), que será discutida posteriormente.

parte da Direção da ESUFRN e do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP)¹⁴. Em meio a um amontoado de papéis desordenados, fomos selecionando todos os que faziam referência ao funcionamento da Escola entre o período de 1955 a 1971. Assim, nos debruçamos sobre as seguintes fontes: Documentos de inscrição, Livros de Atas de formatura, Livros de matrículas, Livros de registro de notícias, *Relatórios de Capacidade Profissional*, Ficha Confidencial das discentes, *Fichas de Entrevista*, *Ficha mensal de Atividades Escolares* e Boletins e fotografias.

Outra parte do nosso arquivo foi encontrada na Hemeroteca Digital. Fizemos uso de fontes digitalizadas, como jornais que circulavam em âmbito local, rematerializados (Brasil; Nascimento, 2020). Esse repositório faz parte da Biblioteca Nacional Digital e proporciona ampla consulta em “jornais, revistas, almanaques, anuários, boletins com acesso livre de qualquer equipamento conectado à internet” (Brasil; Nascimento, 2020, p. 206). Considerando que os jornais possuem a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público (Barros, 2019) e sabendo que a EAEN foi uma instituição pública e centro de formação profissional importante em seu período de funcionamento, havia grande possibilidade de encontrarmos informações nesse repositório. Dessa forma, realizamos uma busca em três jornais que circularam em Natal/ RN durante a década de 1950, a saber: *A Ordem (RN)*; *Diário de Natal (RN)* e *O Poti (RN)*. Foi possível encontrar notícias referentes à Escola como é o caso de publicações sobre Editais de seleção; Anúncios sobre a abertura de turmas; Notícias sobre a autorização e funcionamento da EAEN e Cerimônia de recepção das toucas.

Cabe acrescentar que qualquer documento na sua construção, inclusive os que pretendemos avaliar, são carregados de subjetividades e foram influenciados de forma social, cultural e histórica, ou seja, eles não possuem discursos meramente neutros. Os documentos são feitos de camadas de sentido e significados, eles possuem uma história na sua própria constituição que interfere nos sentidos que ele possa oferecer, portanto isso fará parte da nossa análise (Albuquerque Júnior, 2013). O mesmo acontece diante de um artigo digital, uma vez que ele exige o mesmo rigor metodológico nos tratamentos das fontes (Brasil; Nascimento, 2020). Levando essa premissa em nossa análise e considerando que em uma pesquisa historiográfica se imbrica com um “lugar de produção socioeconômico, político e cultural e implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias” (Certeau, 1982,

¹⁴ O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), do qual recebeu autorização para a realização sob o número CAAE: 76044923.9.0000.0225.

p. 56) verificamos cada ocorrência individualmente, procurando entender qual o seu lugar dentro desse emaranhado proposto pelo tempo, condições sociais e políticas.

Nesse caminho, ao analisar esses documentos, é necessário considerá-los como monumentos, sejam eles documentos formais, informais, físicos ou digitais. Os documentos não são ingênuos, eles possuem uma intencionalidade e fazem parte de um discurso, por isso, segundo Le Goff (2013), todo monumento possui uma fachada que deve ser desmontada. É necessário o pesquisador “demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (Le Goff, 2013, p. 8). Partindo desse pensamento foi possível iniciar a organização das materialidades discursivas para nossa análise. No Quadro 3, organizamos os documentos consultados, bem como as fontes encontradas.

Assim, debruicei-me sobre as seguintes fontes: documentos exigidos no ato da inscrição, fotografias, *Livro de Atas*, *Relatórios de Capacidade Profissional*, *Folha Confidencial* das alunas, *Ficha de Entrevistas*, *Ficha Mensal de Atividades Escolares*, *Relatórios de Capacidade Profissional* e boletim de notas. Além de legislação oficial, como a Portaria 381 de 7 de dezembro de 1955 – que autoriza o funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal – e a Resolução 02/64 do Conselho Universitário que incorporou a EAEN à UFRN.

Quadro 3 – As fontes de pesquisa no Acervo da Escola de Saúde da UFRN

Documento	Data
Documentos de inscrição (Certidão de registro civil; atestado de sanidade física e mental; atestado de vacinação antivariólica; atestado de idoneidade moral; certificado de conclusão de curso primário).	1962,1964, 1965,1966
Portaria 381 de 7 de dezembro de 1955 – Autoriza o funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal.	1955
Diários de classe das disciplinas do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal.	1956
Certificado de conclusão da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal.	1961
Livros de Atas	1956 a 1958
Relatórios de Capacidade Profissional	1959, 1960, 1961

Folha Confidencial das discentes	1959
Ficha de Entrevista	1959, 1960
Ficha mensal de Atividades escolares	1959, 1960, 1961
Livros de inscrição	1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971
Requerimento de inscrição	1956, 1962
Boletim de médias	1961, 1962
Resolução 02/64 do Conselho Universitário que incorporou a EAEN à UFRN	1964
Livro de Registros – Notícias dos jornais <i>Tribuna do Norte</i> ; <i>A República</i> e <i>Diário Oficial</i>	1956, 1961
Fotografias	1956, 1970
Jornais <i>A Ordem (RN)</i> ; <i>Diário de Natal (RN)</i> ; <i>O Poti (RN)</i>	1955, 1971

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Além dos documentos já citados algumas fotografias puderam ser acessadas no acervo da ESUFRN. Seleccionamos 23 imagens que contemplam o recorte temporal da tese e irão fazer parte do nosso *corpus* de análise. Destas, identificamos fotografias das alunas nas instalações do Hospital Miguel Couto e na EAEN; imagens das solenidades de recebimento das toucas e de ritos religiosos concernentes a essa cerimônia, de atividades de aulas teóricas e práticas e imagens do prédio da ESUFRN, do Hospital Miguel Couto e do logotipo da Escola. Apesar da riqueza das fotografias, estas foram disponibilizadas em arquivo digital apenas com registro da imagem frontal. Em sua totalidade, não há inscrição da autoria e em muitas delas só é possível identificar o período através de marcadores como o fardamento das alunas e veículos estacionados em frente aos prédios. Com relação às fotografias das alunas, optamos por analisar as já publicadas no livro *Do sonho à realidade: 50 anos da Escola de Enfermagem de Natal*, garantindo assim, os aspectos éticos e direitos autorais das imagens.

Como fontes inestimáveis, as imagens irão somar-se ao nosso *corpus* analítico com o intuito de apresentarmos os sentidos, discursos e as intencionalidades que podem ser analisados individualmente ou relacionados a outros documentos. Até então empregada como ilustração, adorno ou elemento lúdico, a fotografia passou a ganhar espaço no debate com a comunicação escrita. Segundo Didi-Huberman (2020, p. 39) “A fotografia está em parte ligada à imagem e a

memória: possui por isso o seu eminente poder epidérmico”. Além disso, o autor debate também que a imagem e a linguagem podem fazer parte de uma regularidade discursiva, inclusive se complementando. Elas são solidárias em produzir verdades, já que a imagem evoca um imaginário que constrói informações, produz conhecimento e, portanto, não pode ser meramente ilustrativa.

Em tempo, é importante destacar que reconhecemos a importância dos estudos de Maria Ciavatta para o uso da fotografia como fonte no campo da relação trabalho–educação¹⁵, especialmente na historiografia da EPT. Entretanto, nesta investigação, optamos por um deslocamento metodológico que se afasta das concepções marxistas utilizadas pela autora. Ao analisar imagens de instituições educativas, adotamos uma perspectiva foucaultiana que compreende a fotografia como prática discursiva, atravessada por relações de poder, regimes de visibilidade e processos de subjetivação, permitindo interrogar não apenas o que é mostrado, mas as condições históricas que produzem esses modos de ver e representar.

Além dessas fontes e com o objetivo de reduzir algumas lacunas que os documentos apresentaram, mobilizamos o conceito de memória (Bosi, 2003) e damos voz e escuta sensível a uma ex-diretora da EAEN. Professora Oscarina Saraiva foi diretora da EAEN entre os anos de 1967 e 1971. Pioneira na enfermagem do Rio Grande do Norte, teve papel fundamental na consolidação e crescimento da instituição. Em 1960, fundou a Associação Brasileira de Enfermagem, seção Rio Grande do Norte (ABEn – RN) e foi primeira presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte (Coren-RN) de 1975 a 1978.

Sua fala contribuiu como mais um elemento para analisarmos os discursos a respeito do trabalho do cuidado sobre e na Escola. Para tanto, o Roteiro de Entrevista foi desenvolvido no modelo semiestruturado a partir de questões tecidas sob o viés das categorias conceituais anteriormente apresentadas. As questões abertas permitiram naturalidade para a livre expressão da participante e a pesquisadora também pôde abordar novos pontos à medida que apareceram novos significados ao longo dos relatos. As entrevistas foram realizadas individualmente após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e sua aplicação ocorreu diretamente entre pesquisador-sujeito com devida gravação de áudio e vídeo, possibilitando sua posterior transcrição.

¹⁵ Vide *A fotografia como fonte de pesquisa: da história da educação à história de trabalho-educação*. Acesso em: <https://www.editoranavegando.com/livro-fotografia>.

2.3 O AVENTAL: A ABORDAGEM FOUCAULTIANA

Quanto à interpretação das fontes, este trabalho orientou-se pela Análise Discursiva, à luz do pensamento foucaultiano, acerca dos discursos sobre o cuidado desenvolvidos na e sobre a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955 - 1971). Interessa-nos, portanto, uma leitura dos discursos considerando-os de maneira histórica e dotada de materialidade discursiva.

Foucault, em *A arqueologia do Saber*, publicado em 1969, define discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam dentro de uma mesma prática discursiva. A análise do campo discursivo e dos enunciados é orientada pela observação de acontecimentos associados a um conjunto de condições de possibilidades que os permite existir. Em outras palavras, “[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência” (Foucault, 2008, p. 31).

De acordo com o autor, nem sempre é possível a emergência de um discurso, pois isso depende do arquivo, ou seja, dos “sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)” (Foucault, 2008, p. 146). Em outras palavras, o arquivo se identifica nas práticas discursivas produzidas por um sistema que envolve as leis de existência, em um determinado tempo e espaço. Como esses elementos podem determinar o aparecimento e desaparecimento dos enunciados, sua continuidade ou seu apagamento, é necessário indagar os componentes de significação enunciativa que construíram determinados traços imaginários. Para explicitar esse pensamento tomamos por base a fala de Revel (2005):

O discurso designa, em geral, para Foucault, um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Essas regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem um certo número de cisões historicamente determinadas (Revel, 2005, p. 37).

A intenção da Análise Discursiva, portanto, é desestabilizar o que está posto e encontrar as possibilidades de emergências de um dado discurso (Foucault, 2008). Não é desvelar o que está escondido, mas mostrar o porquê da ocultez ou do seu destaque. A partir disso, é possível investigar a emergência de um dado saber, como Foucault fez com o nascimento do espaço hospitalar, do saber médico e da sexualidade. A descrição enunciativa

tem caráter histórico e busca compreender “[...] de que modo existem, o que significa para elas o fato de se terem manifestado, de terem deixado rastros e, talvez, de permanecerem para uma reutilização eventual; o que é para elas o fato de terem aparecido – e não outra em seu lugar” (Foucault, p. 124, 2008). Apesar disso, o autor afirma não ser necessário comprometer-se com uma descrição integral e finalizada dos enunciados, para tanto, demarcar um campo limite pode formar um horizonte inevitável para descrição das formações discursivas.

Dessa forma, foi necessário buscar compreender as condições de possibilidades que fizeram com que fosse possível se construir os discursos acerca do cuidado na e sobre a EAEN. Identificar as condições históricas, políticas e culturais necessárias para a criação de uma Escola que visasse a formação de profissionais para atuar no hospital Miguel Couto e na Maternidade Januário Cicco.

Perceber as relações entre instituições e campos sociais como a medicina, a religião e a educação com os quais a EAEN é fundada. Essas são algumas das delimitações traçadas para o desenvolvimento da investigação, ciente de que não abarcam a totalidade do objeto, mas auxiliam na compreensão dos fatores que possibilitaram sua emergência a partir de uma formação discursiva sobre o cuidado no contexto específico da Escola entre 1955 e 1971.

Além de construir correlações e tratar os enunciados na sua exterioridade e na interioridade, é preciso perceber seu caráter de acúmulo (Foucault, 2008). O que nos indica considerar que os enunciados são conservados ao longo do tempo, se dispersam, mas também podem se reorganizar em uma nova prática discursiva. Saber de onde partem esses discursos sobre o cuidado, quem os constrói e de que lugar de legitimação ele é proferido pode responder parte de nossos questionamentos.

Diante do exposto, a análise do *corpus* desta pesquisa, composto pelos documentos e fotografias, notícias sobre a EAEN em jornais que circularam em Natal e entrevistas com mulheres que estiveram no centro da instituição foram base para verificação dessas regularidades discursivas. Esses diferentes gêneros e suportes foram eleitos como forma de tentar tecer uma história da EAEN baseando-se nos discursos construídos sobre o cuidado desde sua instalação.

3 A ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM DE NATAL: SEUS SÍMBOLOS E DISCURSOS

Não se sabe por que, há entre nós uma espécie de prevenção contra o digníssimo mister de aliviar as dores alheias. Enfermagem é para muita gente (e até gente de alto conceito) uma ocupação subalterna, que, forçosamente deverá ser exercida por pessoas de classe inferior e de pouca educação. [...] Enfermagem é curso superior, como Odontologia, Medicina e Direito e só poderá ser exercida por moças de elevado nível intelectual, alta compreensão de vida e notável dedicação à carreira que é também uma vocação e sacerdócio (Chicuta Nolasco, *A Ordem*, 23 de fevereiro de 1951, p. 2).

O pronunciamento, realizado nesta publicação do jornal *A Ordem*, representava uma ação enunciativa em defesa da ideia de que a Enfermagem é uma profissão de igual importância às demais carreiras. Enfatizava que apenas moças de “elevado nível intelectual” poderiam exercer a atividade e ainda sugere que o ofício exigia vocação e sacerdócio.

Exaltar o curso de Auxiliar em Enfermagem, bem como a Escola de Enfermagem de Natal, destacando os atributos fundamentais às candidatas era uma preocupação da Sociedade de Assistência Hospitalar. Era necessário cooptar moças, com certa instrução educacional, para entrar na Escola e receber treinamento para trabalhar na Maternidade Januário Cicco e no Hospital Miguel Couto. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma ampla divulgação sobre a criação da Escola, juntamente com a elaboração de um discurso que conferia tanto um *status* de qualidade quanto um prestígio social à instituição que ainda era embrionária.

Chicuta Nolasco¹⁶, quando publicou o texto *Escola de Enfermagem* no jornal *A Ordem* em de 1951 tentou minimizar preconceitos sobre a profissão, destacando que a Escola funcionaria “sob os moldes da [Escola] Anna Nery, a mais conceituada no seu gênero” (*A Ordem*, 1951, p. 2). Criada em 1922 pelo Departamento Nacional de Saúde Pública¹⁷ (DNSP), a Escola Anna Nery foi uma instituição modelo para a implantação de outras escolas no Brasil. Ela foi a primeira a ser organizada e dirigida por enfermeiras e por usar o modelo

¹⁶ Francisca Nolasco Fernandes, conhecida como Chicuta Nolasco, exerceu o magistério na *Escola Doméstica de Natal* e foi a primeira mulher a dirigir a *Escola Normal de Natal*. Além disso, ela também escrevia para os jornais *A Ordem* e *O Poti*.

¹⁷ O Departamento Nacional de Saúde Pública, criado em 1920 e dirigido pelo sanitarista Carlos Chagas, foi responsável pela reorganização dos serviços de saúde no Brasil.

nightingaliano¹⁸ de ensino, cujos princípios eram balizados na formação técnica de mulheres e no fortalecimento moral e disciplinar dessas alunas.

O campo de regularidades que percebemos na notícia tem relação direta com aspectos religiosos os quais a enfermagem foi formatada, com as questões de gênero devido o recorte eminentemente feminino da profissão e com a formação técnica sob as quais as alunas deveriam ser submetidas. Dessa forma, quem são essas alunas solicitadas pela EAEN e pela SAH? Moças distintas, de elevado nível intelectual, mas que também estivessem dispostas a entrar em uma carreira que exigisse vocação e sacerdócio. É possível destacar, além dos elementos postos nesse enunciado, o local de onde parte a notícia.

O periódico *A Ordem*, criado em 1935 pela Arquidiocese do Rio Grande do Norte, possuía fortes tendências conservadoras, foi um forte difusor de ideias a serviço da Igreja e, portanto, traçou narrativas tradicionais sobre a moral e os bons costumes natalenses. Além disso, a notícia recebe reforço da escrita de Francisca Nolasco, enquanto autoridade no campo educacional. Sua experiência na Escola Doméstica de Natal (ED)¹⁹ e na Escola Normal²⁰ de Natal lhe conferiam perícia sobre como deveria ser a educação feminina na cidade e quais seriam as possibilidades de profissão para mulheres distintas.

Embora a década de 1950 tenha sido marcada pela circulação de ideias consideradas progressistas acerca de novos padrões de escolarização e emprego feminino, a participação das mulheres no mercado laboral foi limitada a funções socialmente reconhecidas como compatíveis com a feminilidade. Em sua maioria, tais atividades eram “rigidamente controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias, ‘de apoio’, de assessoria ou auxílio, muitas vezes ligadas à assistência, ao cuidado ou à educação” (Louro, 2018, p. 21). Essas restrições contribuíam para atenuar as tensões em torno do lugar central atribuído à mulher na família, concebida como principal responsável pelo cuidado do lar e dos filhos. Nesse contexto, a enfermagem, enquanto trabalho remunerado, configurava-se como uma prática

¹⁸ Florence Nightingale foi a primeira enfermeira pesquisadora do mundo. Defendia que os cuidados em enfermagem deveriam ser realizados baseados na ciência e que não poderiam ser prestados de forma intuitiva. Elevou a Enfermagem para o nível profissional e lançou o manual de ensino *Notas sobre enfermagem* (1959). Defendia que a profissão deveria ser realizada exclusivamente por mulheres (Oguisso, 2019b).

¹⁹ A *Escola Doméstica de Natal* foi fundada em 1914 com forte inspiração na educação feminina Suíça. Oferecia o *Curso Doméstico*, com duração de cinco anos, para moças da elite, filhas de políticos, fazendeiros, advogados, médicos e comerciantes (Souza, 2021).

²⁰ Criada em 1908 com o objetivo de formar professores e aprimorar a escola primária no estado, a instituição não era inicialmente destinada exclusivamente ao público feminino. Contudo, ao longo dos processos seletivos, observou-se, como ocorreu em diversas Escolas Normais, um progressivo movimento de feminização do magistério (Nascimento, 2018).

social sexuada, que permitia às mulheres desenvolverem conhecimentos técnicos e científicos, mas também a incorporação de atributos morais e comportamentais associados a uma suposta natureza feminina (Santos; Barreira, 2002).

A diplomação oferecida nas Escolas de Enfermagem, incluindo a EAEN, e a possibilidade de um trabalho remunerado, reflete a evolução de um grupo que organizou seu exercício. E, contraditoriamente, se constituiu como profissão atendendo às necessidades da sociedade da época, bem como a uma nova concepção de hospital e de saúde. De certa forma, manteve um discurso de continuidade, mas também de ruptura, e caminhou junto à emancipação feminina, pois mesmo que de forma lenta e gradativa tornou-se uma atividade que permitiu a experiência de novos espaços sociais, políticos e econômicos às mulheres.

Considerando esse preâmbulo, nesta seção, discutimos as formações discursivas a respeito da criação e instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para a construção de uma educação profissional voltada para o cuidado. No primeiro tópico, apresentamos o panorama de instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal através do discurso jornalístico e legal. No segundo, tópico discutiremos os deslizamentos discursivos entre a religiosidade e a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, manifestada por um discurso normatizador²¹ da instituição. No terceiro tópico vamos problematizar práticas educativas para uma educação feminina, através das *Folhas Confidenciais* das discentes e *Fichas de Entrevista*.

3.1 DA AUTORIZAÇÃO AO RECONHECIMENTO: A CRIAÇÃO DA ESCOLA

Autorizado o funcionamento da Escola de Enfermagem. Já em Natal, três enfermeiros de cursos feitos no Rio de Janeiro. 18 meses durará o curso – Funcionará no Hospital ‘Miguel Couto’ – Inscrições abertas na próxima semana (*O Poti*, 15 dez. 1955, p. 3).

A criação de uma Escola de Enfermagem em Natal era um dos pensamentos fecundos da Sociedade de Assistência Hospitalar, instituição fundada em maio de 1927 para gerir a organização e financiamento dos hospitais no Rio Grande do Norte (Cascudo, 1999). Devido a

²¹ Conforme Judith Revel (2005), a noção de *norma*, para Foucault, está relacionada ao conceito de *disciplina*. Seria a *norma* um sistema de transformação dos indivíduos cujos campos de intervenção atingem comportamentos, existências e afetos. Em outras palavras, “a norma corresponde à aparição de um bio-poder, isto é, de um poder sobre a vida e das formas de governamentalidade que a ela estão ligadas [...]” (Revel, 2005, p. 65).

necessidade de formação de mão de obra qualificada para trabalhar no Hospital Miguel Couto e na Maternidade Januário Cicco, houve um trabalho de investigação sobre as condições necessárias para o funcionamento da Escola, entretanto devido à falta de recursos materiais e técnicos, a Escola de Enfermagem não entrou em funcionamento, sendo sugerido a criação de uma Escola de Auxiliares.

No ano de 1951, mesmo sem autorização de funcionamento foi realizada uma sessão de instalação da Escola que funcionaria no pavilhão Santa Isabel do Hospital, sob os auspícios da Sociedade de Assistência Hospitalar. Mesmo com indícios, verificados na imprensa natalense da época²², de que as aulas já funcionavam devido a emergência para formação das enfermeiras, apenas através da Portaria Ministerial n 381, de 7 de dezembro de 1955, foi concedida autorização para início dos trabalhos escolares e organização de um corpo docente efetivo.

Portaria n 381 de 13 de Dezembro de 1955

Autoriza o funcionamento do curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal

O Ministro de Estado da Educação e Cultura, nos termos do artigo 10 da nº 775, de 6 de agosto de 1949; e tendo em vista o que consta do processo n 14.212-51, resolve: Artigo único: - É concedida autorização para o funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, mantida pela Sociedade de Assistência Hospitalar e situada na Capital do Estado do Rio Grande do Norte - Abgar Renault.

(Brasil, 13 de dezembro de 1955, Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

A notícia que a Escola iria iniciar suas atividades e que as inscrições seriam abertas foram amplamente divulgadas no meio jornalístico. Na epígrafe que abre esta seção, apresentamos o título e linha fina²³ de uma longa notícia publicada no jornal *O Poti*, em 15 de dezembro de 1955. Ela descreve as condições materiais necessárias ao funcionamento da Escola, detalhes sobre as instalações, informações a respeito do início das inscrições e as disciplinas que seriam ofertadas. É citada a presença três enfermeiros que irão compor o corpo docente da Escola, entretanto ao longo do texto percebemos que, na verdade, são três mulheres enfermeiras incumbidas de conduzir a EAEN:

²² Encontramos nos jornais *A Ordem* e *Diário de Natal*, nos anos de 1951 e 1952, informações sobre a instalação da Escola de Enfermagem, bem como notícias sobre a abertura das matrículas e orçamento destinado ao seu funcionamento.

²³ Frase ou período localizado abaixo do título que complementa seu sentido ou fornece novas informações sobre o texto.

[...] no mês de março próximo o curso será iniciado já se encontrando entre nós a senhorita Maria de Lourdes Lopes [...] ao lado das enfermeiras Geni Carvalho e a Irmã Ana Tércia as duas primeiras de Escola de Enfermagem do Rio de Janeiro e a última de Recife formará o corpo docente (*O Poti*, 15 dez. 1955, p. 3).

A contratação de três professoras diplomadas²⁴ foi um dos fatores necessários para a criação da Escola, afinal, se havia escassez de recursos humanos para trabalhar nos hospitais, a questão docente era também um entrave. Dessa forma, três professoras com formação externa ao Rio Grande do Norte seriam as pioneiras e semeadoras do ensino de enfermagem em Natal. Não sabemos se por erro de grafia ou de forma intencional, o jornal anunciou a presença de três enfermeiros em vez de três enfermeiras. No entanto, o fato é que a invisibilidade do trabalho feminino marcou a literatura do período analisado, mesmo quando eram protagonistas na execução do trabalho do cuidado, ocupando maciçamente os hospitais, raras as vezes as mulheres eram citadas em posição de destaque.

Além de assumirem os trabalhos escolares também se encarregavam de orientar, ensinar e supervisionar a equipe hospitalar. Não havia separação entre as ocupações de professora e enfermeira, pois “ser membro do corpo docente da EAEN incluía atividades assistenciais no hospital” (Oscarina, 2024). Lucimar Gomes de Freitas, diretora da EAEN entre 1962 e 1967, publicou, em 1963, na *Revista Annaes de Enfermagem Brasileira de Enfermagem* — atual *Revista Brasileira de Enfermagem* (REBEn)²⁵ — um relato no qual expõe os principais desafios enfrentados no processo de criação e consolidação da Escola. Entre os aspectos destacados, sobressai a dificuldade de composição do corpo docente, o que levou à necessidade de contratação de médicos para o exercício da docência, ainda que esses profissionais não estivessem vinculados exclusivamente à instituição:

As referidas enfermeiras, formavam o quadro de professores privativos e a título de ajuda, para início de vida escolar, foi conseguido através do Presidente da Sociedade de Assistência Hospitalar, professores não privativos, os quais recebiam gratificação de acordo com o número de aulas ministradas. Entre esses que colaboraram citamos os doutores: Eudes Moura Caldas, Cleone Noronha, Genibaldo Barros, Hiran Diogo Fernandes, Heriberto Bezerra, Joaquim Luz, Olavo Montenegro, Fernando Fonseca e Srta. Francisca da Silva Rocha (Freitas, 1963).

²⁴ Que possuíam diploma de enfermagem. O oposto de enfermeira leiga.

²⁵ Fundada em 1932 quando o número de enfermeiros no Brasil ainda era inferior a uma centena (Germano, 2011).

É notória a influência e destaque que a SAH possuía nas instituições relacionadas a Saúde e Assistência Social em Natal. Durante esse período, ela geria e mantinha financeiramente a Maternidade Januário Cicco, o Hospital Miguel Couto e a Sociedade de Amparo a criança²⁶. Além disso, foi a responsável por criar a Escola de Enfermagem de Natal (1955) e a Faculdade de Medicina de Natal (1955). Pensando nesse contexto, acontecia um movimento de organização desses serviços acompanhado pela profissionalização dos trabalhadores que atuavam neles. A Faculdade de Medicina funcionava paralelamente à Escola de Auxiliares, ambos tinham atividades nos mesmos hospitais e inclusive alguns médicos ministravam aulas em ambos os cursos. Então, supomos que existia interesse em melhorar o atendimento e assistência nesses equipamentos de saúde, mas também havia necessidade de uma equipe qualificada que trabalhasse em conjunto com a recém fundada Faculdade de Medicina de Natal.

Para elucidar esse pensamento, destacamos um trecho da notícia que abre esta sessão: “Fomos recebidos [a equipe jornalística] por suas dirigentes as quais nos deram conhecimento do que será a nossa Escola de Enfermagem no sentido de preparar as indispensáveis auxiliares dos médicos” (*O Poti*, 1955, p. 3). Cumpre salientar que o início do processo de medicalização ocorreu no século XVIII, e, com o nascimento da clínica, o hospital tornou-se centro de saber, o que fez concentrar nesse espaço a formação do médico (Foucault, 1984). Esse discurso, mesmo depois de séculos, foi conservado ao longo do tempo ganhando caráter de acúmulo (Foucault, 2008). Dessa forma, a enfermagem, assim como outras atividades profissionais voltadas para saúde, foi inicialmente concebida como parte integrante da prática médica, confirmada pelo discurso jornalístico e no recorte da entrevista concedida por Oscarina (2024):

Tinham algumas disciplinas que eram dadas por médicos, no início, né? Depois a enfermagem assumiu, porque se fosse deixar na mão do médico eles queriam formar um mini médico. Alguns, às vezes, queriam ensinar só aquilo que interessava a ele, por exemplo, se o médico fosse cirurgião torácico ele queria que o aluno aprendesse tudo sobre aquilo ali e o restante ficasse de lado, mas para a gente o doente é um só e a gente teria que ver toda a assistência dele. (Oscarina, 2024).

²⁶ Instituição de amparo e agasalho a crianças carentes. Localizada ao lado da Maternidade Januário Cicco, tinha capacidade para atender 90 crianças. De preferência abrigava crianças que nasciam na Maternidade que tinham sido abandonadas pelas mães, bem como filhos de pais reconhecidamente pobres (*O Poti*, 14 de out. 1954).

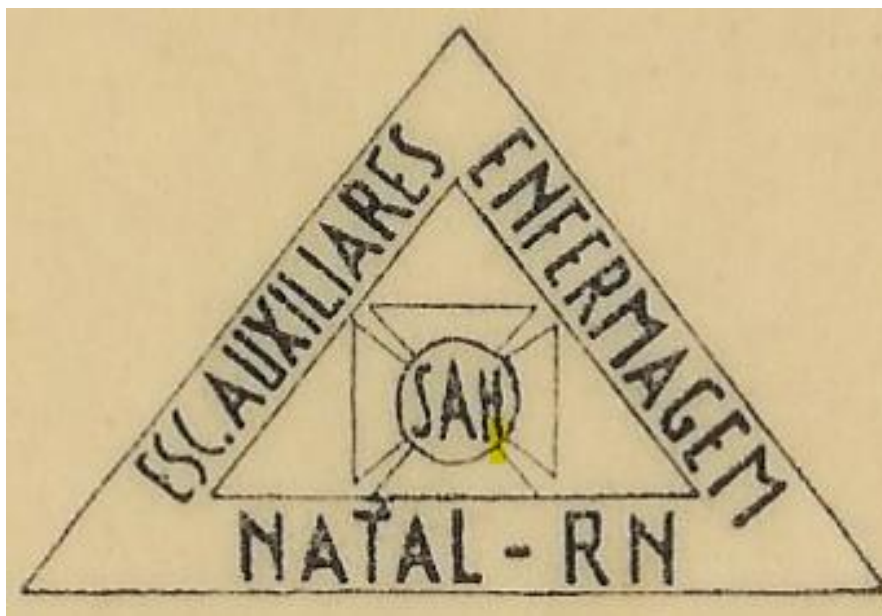
A fala da professora corrobora o movimento de disputa entre os campos da saúde, se por um lado a SAH foi extremamente importante para a fundação da EAEN e para criação de uma enfermagem de padrão científico no interior do aparelho do Estado, do outro lado o discurso médico reivindicava, além do direito de intervenções sobre os corpos, também o direito de prescrever ações de ensino e os comportamentos às enfermeiras. Entretanto, o discurso proferido por Oscarina (2024) confere uma posição de resistência em relação a essa subordinação médica sugerida às alunas. Percebemos que existia um movimento oposto entre os discursos, a dirigente afirma que havia a necessidade de formar as enfermeiras voltadas ao cuidado do paciente e não ao cuidado da doença, como preconizavam alguns professores médicos.

A EAEN, assim como outras escolas de enfermagem implantadas no país, fundamentava-se em discursos que corroboravam a lógica de reafirmação e normalização dos papéis socialmente aceitos para o binômio homem e mulher, tendo em vista que no corpo da notícia o homem é citado como médico e a mulher como enfermeira, os quais respectivamente, assumiam as funções que se localizavam entre mandar e obedecer. O poder é afirmado na relação através da hierarquização profissional, iniciada na formação da enfermeira, submetida a procedimentos ensinados pelos médicos, com características mais operacionais e de menos complexidade, fundamentadas principalmente pelas qualidades entendidas como inerentes ao papel social feminino do cuidado (Oguisso, Freitas, Moreira, 2019).

O logotipo da EAEN apresenta mais um indício do saber-poder²⁷ médico. Como podemos observar na Imagem 1, o símbolo da Escola de Auxiliares é notadamente composto por simbologias. Os nomes *Esc. Auxiliares*, *Enfermagem* e *Natal – RN* se organizam em formato de triângulo, enquanto a sigla SAH ganha destaque à figura ao se dispor centralmente no triângulo.

²⁷ Para Foucault, o saber está essencialmente ligado à questão do poder. [...] Trata-se de analisar não somente a maneira pela qual os indivíduos tornam-se sujeitos de governo e objetos de conhecimento, mas também a maneira pela qual acaba-se por exigir que os sujeitos produzam sobre si mesmos (Revel, 2005).

Imagem 1 – Símbolo da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Essa disposição não é casual. A Enfermagem foi representada, por muito tempo, por um triângulo equilátero cujos lados eram identificados pelas palavras: Ciência – Arte – Ideal. Criado pela enfermeira norte-americana Isabel Stewart, esse emblema sintetizava os atributos exigidos da enfermeira moderna, diferenciando-a das enfermeiras anteriores, consideradas desprovidas de embasamento científico (Dumont, 2012). O símbolo permaneceu em circulação nacional, estando presente, por exemplo, no brasão da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e figurando como marca da revista científica *Annaes de Enfermagem*²⁸.

Tal concepção também circulava no discurso jornalístico natalense da época, indicando uma ressonância discursiva. Em matéria publicada no *Diário de Natal* (1960), ao detalhar o trabalho educacional desenvolvido na EAEN, afirmava-se que “no seu sentido lato, a enfermagem pode ser definida como uma arte e uma ciência, que visam o paciente como um todo: corpo, mente e espírito” (*Diário de Natal*, 10 mai. 1960, p. 2). Assim, é plausível supor que, inserida nesse mesmo horizonte simbólico da enfermagem moderna no Brasil, a EEN também tenha adotado tal configuração gráfica como forma de representação.

²⁸ À época, a revista era concebida como instrumento necessário à unificação dos profissionais de enfermagem dispersos por todo Brasil e, principalmente, como elemento de divulgação de novos conhecimentos profissionais, servindo, sobretudo, de depositária das concepções que moldaram e deram existência à enfermagem nacional (Germano, 2011).

Ainda, não podemos negar a influência religiosa da imagem, já que a sigla da Sociedade de Assistência Hospitalar localiza-se no centro de uma cruz de Malta. A Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta, foi uma ordem de cavaleiros templários com origem em 1099. Eles prestavam serviços hospitalares, cuidando de feridos nas guerras, assim como garantiriam militarmente a expansão do cristianismo. Segundo o Dicionário de Símbolos de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant (2001), a cruz é um símbolo que antecede esse período, pois apresenta-se em outras civilizações desde a Antiguidade, entretanto, a tradição cristã

[...] enriqueceu prodigiosamente o simbolismo da cruz, condensando nessa imagem a história da salvação e a paixão do Salvador. A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima Trindade, ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa [...] Acresce que a iconografia cristã se apoderou dela para exprimir o suplício do Messias, mas também sua presença. Onde está a cruz, está o crucificado (Chevalier; Gheerbrant, 2001, p. 310).

Sob essa configuração e deslizamentos entre dispositivos médicos, religiosos e educacionais, a EAEN inicia seu funcionamento em um local provisório, o pavilhão Santa Izabel do Hospital Miguel Couto. Ainda conforme a notícia do jornal *O Poti* (1955, p. 3), o pavilhão estaria “perfeitamente aparelhado às aulas do curso, dispondo de amplos salões onde seriam ministradas várias matérias”. O local não era apenas um espaço para salas de aula, mas uma ala hospitalar que possuía ambiente para secretaria do curso e hospedaria para alunas que ficavam no sistema de internato. Desde o ano de 1955 havia previsão que a EAEN possuísse instalação própria, “devendo possuir nas suas dependências todos os requisitos exigidos pela técnica moderna” (*O Poti*, 1955, p. 3). Entretanto, o prédio só foi entregue no final da década de 1960 (Gomes et al, 2006), mantendo-se inicialmente nas dependências do Hospital Miguel Couto (Imagem 2).

Imagem 2 – Fachada do Hospital Miguel Couto



Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=442972&view=detalhes>.

Autoria da foto: Jaeci Emerenciano Galvão. Ano 195-

A fotografia datada da década de 1950 põe em plano uma visão central do Hospital Miguel Couto. Notamos uma construção verticalizada composta de térreo e três andares de arquitetura moderna para época. Ampla porta de entrada e numerosas janelas conferem amplitude na construção, luminosidade e ventilação natural dentro dos padrões de higiene preconizados no momento histórico. A rua era pavimentada e o momento é captado com três veículos de cor preta no pátio em frente ao hospital. Não é possível vislumbrar nenhuma outra construção de mesma imponência nos arredores do prédio, entretanto visualizamos que ele se localiza em uma parte mais alta da cidade, confirmado pela disposição dos coqueiros e da vista da praia em plano mais rebaixado à direita da imagem.

Essa percepção espacial encontra eco em um relato memorialístico de Luiz Câmara Cascudo. No livro ensaístico *Pequeno Manual do Doente Aprendiz*, o autor narra lembranças de duas internações hospitalares ocorridas em agosto de 1967 e em abril de 1968. Em determinado momento, descreve a paisagem visível a partir da janela de seu leito, permitindo entrever a relação do edifício hospitalar com o entorno litorâneo da cidade:

Diante de mim o mar sem fim começa onde a terra finda, da imagem hereditária. Não creio que as ondas sejam as mesmas da minha meninice. Nem toda a vastidão idêntica ao tempo em que os primeiros pescadores vieram

morar, entre a Ponta do Morcego²⁹ e Mãe Luiza³⁰, onde hoje se apruma o farol. (Cascudo, 1998, p. 17).

O trecho evidencia que a implantação do hospital em um ponto elevado favorecia condições consideradas ideais de salubridade, como ventilação constante e circulação de ar marítimo, mas também produzia um enquadramento visual privilegiado da paisagem urbana e natural de Natal/RN. Essa perspectiva da janela, que abre o olhar para o mar e para a memória da cidade evocada no relato, contrasta com a própria materialidade arquitetônica do edifício. Enquadrado em uma fase arquitetônica republicana dos prédios públicos, o Miguel Couto é geometricamente composto pela impessoalidade de retas paralelas e perpendiculares. Toda essa semiótica produz sentidos e significados que transmitem ao usuário a sensação de impassibilidade e distanciamento, característica de edifícios concebidos para afirmar autoridade, estabilidade e disciplina no espaço urbano

Nesse momento, é importante destacar que esse ambiente não foi inicialmente pensado para ser hospital, muito menos para ser escola. O local era uma casa de veraneio pertencente ao governador Alberto Maranhão³¹ e por acreditar ser um ambiente propício para tratamento de moléstias devido aos ares da praia, foi doado em 1909 com fins de caridade para a Ordem religiosa Filhas de Sant'Anna. Dessa forma, o nomeado Hospital de Caridade Juvino Barreto, começa a funcionar sob organização das religiosas. Em 1935, com o processo de urbanização e higienização da cidade do Natal, o Hospital é reformado perdendo as características de casa de praia e passa a ser gerenciado pela SAH, passando a ser chamado Hospital Miguel Couto (Silva, 2022).

O fotógrafo Jaeci Emerenciano Galvão, que assina a imagem, foi responsável por registrar iconograficamente de 1940 a 1980 espaços sociais e culturais da cidade do Natal. Elaborou através de uma narrativa visual os centros urbanos como espaço social de progresso e a natureza como espaço de contemplação (Silva, 2022). O Hospital foi um dos locais contemplados para exemplificar o progresso na cidade. O ângulo intencionalmente escolhido pelo fotógrafo ressalta elementos de uma visualização espacial que produzem sentidos e

²⁹ Mirante natural localizado entre a Praia do Meio e a Praia de Areia Preta em Natal/RN.

³⁰ Bairro natalense cuja ocupação teve início na década de 1940, em um contexto marcado, entre outros fatores, pela migração de populações oriundas de áreas rurais. É assim denominado em homenagem à Joana Luiza Pirangi, ora apontada como parteira da comunidade, ora como trabalhadora doméstica. Atualmente, a área é regulamentada pelo Plano Diretor de Natal como Área Especial de Interesse Social (AEIS), através de uma ação comunitária com vistas a defender o território da especulação imobiliária. (Fernandes, 2022).

³¹ Foi governador do Rio Grande do Norte em dois mandatos, o primeiro entre 1900 e 1904 e o segundo entre 1908 e 1913.

estimulam imaginações sobre a interioridade do edifício, sobre os donos dos carros estacionados, sobre o cheiro do ambiente praiano e sobretudo sobre o momento histórico.

Concordamos com Louro (2018), quando afirma que a própria arquitetura é um arranjo físico do tempo e do espaço, ela constitui um “programa” que fala aos sujeitos e que lhes diz como ser ou agir. Assim, o hospital e, conseqüentemente, a Escola que ali funcionava buscavam imprimir desde sua fachada até seus discursos jornalísticos uma distinção das demais instituições, indica que ali há um objetivo especial. Seu espaço interno também se comporta como uma organização plena de significados: seus pavilhões, corredores, salas, a capela, o brasão estão afirmando ou ocultando saberes, apontando valores, exemplos e sugerindo destinos (Louro, 2018).

Mesmo após a autorização para a criação do curso e o funcionamento da Escola, bem como após a organização de sua estrutura física, material e de recursos humanos, o reconhecimento oficial do curso de Auxiliares pelo Ministério da Educação e Cultura não ocorreu de imediato. Em março de 1960, durante as comemorações da Semana da Enfermagem, a então diretora da EAEN, Maria Carmélia de Albuquerque, concedeu entrevista ao *Diário de Natal* e destacou a necessidade de sua regularização junto ao Ministério. Na ocasião, afirmou:

Como sabido, somos um estado sem enfermeiras. A referida Escola é uma louvável tentativa para a criação, no Rio Grande do Norte, de uma Escola de Enfermagem. Já diplomou seis turmas de auxiliares de enfermeiras e sua regularização junto ao Ministério da Educação ainda não ficou concluída, dependendo de serem ultimadas determinadas exigências burocráticas (*Diário de Natal*, 05 mar. 1960, p. 6).

A matéria jornalística permite compreender que o reconhecimento da EAEN não se deu apenas no plano administrativo, mas também no campo discursivo. Ao afirmar que o Rio Grande do Norte era “um estado sem enfermeiras”, a diretora mobiliza uma retórica da carência que produz a necessidade social da instituição, inscrevendo-a em um projeto de modernização e de progresso sanitário. Por outro lado, o fato de a EAEN já ter diplomado seis turmas, enquanto aguardava regularização ministerial, evidencia a tensão entre prática institucional e legitimação estatal. A Escola existia e formava auxiliares, mas dependia do crivo ministerial para consolidar plenamente sua autoridade no campo profissional. A regularização pendente revela, portanto, a burocracia como mecanismo de controle e de hierarquização do saber, definindo quais instituições e quais formações podem ser reconhecidas como válidas.

Como noticiado, a falta de chancela imediata não impediu que houvesse a concretização das turmas durante esse período. Inclusive, as egressas encontravam rápida inserção no mercado de trabalho. Conforme Oscarina (2024), “elas [as alunas] já arranjavam emprego, [...] nos interiores com os prefeitos, porque eles também precisavam da assistência, de alguém que fosse dar assistência por lá e eram absorvidas as pessoas mais qualificadas e que já tinham saído da Escola”. Essa declaração reforça o sucesso da EAEN e denota que, mesmo com as dificuldades iniciais, a instituição cumpria seu objetivo.

A regularização da Escola foi efetivada apenas cinco anos após a autorização de seu funcionamento, em outubro de 1960. Assim, poucos meses depois da manifestação pública de Maria Carmélia de Albuquerque acerca da pendência ministerial, o decreto presidencial foi divulgado pelo jornal *Tribuna do Norte*:

Imagem 3 - Reconhecimento do curso Auxiliar de Enfermagem



Fonte: Tribuna do Norte, 22 de outubro de 1960, Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Chamamos atenção sobre o modo como a regularização é narrada. Ao enfatizar a “satisfação” em transmitir “mais um benefício do Chefe da Nação ao Rio Grande do Norte”, apresenta a ação mais um gesto político personificado do que um ato administrativo. Se anteriormente o discurso da diretora mobilizou a retórica da carência para justificar a importância da Escola e a urgência na legitimação do curso, agora a solução aparece vinculada

à ação do chefe do Executivo nacional. Além disso, apresenta o reconhecimento como dádiva e concessão graciosa do poder federal ao estado. Isso nos permite dizer que o campo profissional da enfermagem foi atravessado por dinâmicas de poder que extrapolam a dimensão pedagógica.

A partir de uma análise sobre o processo de criação da Escola Auxiliares de Enfermagem de Natal, é possível fazer algumas conjecturas acerca da sua criação. Entendemos que o seu surgimento se deve a um conjunto de fatores sócio-históricos-políticos que permitiram a implementação desse modelo de ensino e de uma Escola dentro do hospital. Em uma sociedade patriarcal, a educação para a enfermagem se fazia valer nas intrínsecas características de boa reprodutora, mãe, abnegada, protetora e cuidadora por existência, mas também educava os corpos para o cuidado de maneira técnica.

3.2 FREIRAS SEM HÁBITO: A MISSÃO DA ENFERMEIRA

A Capela, os crucifixos por toda a parte, a presença serena, muda, rápida, eficiente, infatigável das Irmãs, impunha e reforçava o destino sobrenatural da Medicina, a ciência do terceiro evangelista. (Cascudo, 1998, p. 57).

Novamente retomamos às memórias de Câmara Cascudo como estratégia para evidenciar como, o imaginário e a experiência hospitalar daquele período, o cuidado aos enfermos ainda era marcado pela presença religiosa e por valores associados à caridade e à vocação de serviço. Essa configuração não era circunstancial, mas remete a uma tradição mais longa de assistência aos doentes nos hospitais brasileiros.

Nesse contexto, o trabalho de cuidado já ocorria muito antes da existência de regulamentações formais. O trabalho de cuidado nos hospitais brasileiros já ocorria muito antes da existência de regulamentações formais. As ordens religiosas femininas desempenharam um papel central na origem do tratamento e cuidado dos enfermos, baseava-se na experiência prática e era fortemente influenciado por sentimentos de caridade. Assim, as atividades não eram fundamentadas em um ensino estruturado, mas sim no treinamento prático de jovens que optavam pela vida conventual, sob a orientação de superiores mais experientes.

Em Natal, as Irmãs da Ordem Filhas de Sant'Anna foram as primeiras dirigentes do Hospital Juvino Barreto que posteriormente se chamaria Miguel Couto. A partir de 1909, elas desempenharam funções de enfermagem, administração interna e direção das enfermarias. Com

a passagem do hospital para a coordenação da SAH em 1935 essas religiosas foram se afastando paulatinamente das atividades assistenciais. A criação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, em 1955, foi um dos fatores responsáveis pela aceleração dessa transição da mão de obra religiosa e caritativa para a enfermagem leiga, diplomada e remunerada. Conforme a Oscarina (2024), as religiosas

[...] comandavam o serviço de enfermagem, só que com a entrada da Sociedade Médica elas não puderam ficar, aí elas tiveram que sair e o trabalho foi ocupado por leigos. Ficaram uma ou duas porque elas eram encarregadas de muitos serviços, como lavanderia, cozinha, rouparia e serviços administrativos, mas para administrar o serviço mesmo de enfermagem como elas faziam antes, não podia [...], porque elas teriam que obedecer a outra ordem a não ser a das irmãs, à administração do Hospital (Oscarina, 2024).

A substituição das irmãs de caridade por enfermeiras leigas não se fez apenas por uma preocupação com a melhoria da assistência de enfermagem e sim por injunções político-ideológicas. Relacionava-se à intenção de reafirmar a hegemonia da SAH e inaugurar no Rio Grande do Norte uma profissão que servisse de apoio nos equipamentos hospitalares. Assim como em outros hospitais, “os médicos necessitavam de auxiliares com qualidades de devotamento, submissão e rigor na ordem e limpeza, como tinham as religiosas, mas sem o caráter confessional de uma determinada religião” (Oguisso, 2019b, p. 62). Era necessária, portanto, a formação de uma religiosa leiga, confirmado pelos enunciados proferidos pela imprensa da época, conforme observamos na escrita do jornal *A República*:

O heroísmo de Ana Nery, a brasileira que recebeu a glória de iniciar o trabalho em enfermagem no Brasil, estava bem presente nas moças que vimos passar alegres estampando no riso e no entusiasmo, a abnegação e a coragem própria das mulheres. Tinha-se a impressão de que estavam esquecidas de si próprias como que a desenvolver num mister contínuo esforços para amenizar a dor alheia (*A República*, 4 jul. 1956).

Heroísmo, abnegação e coragem são enunciados proferidos a partir de uma argumentação pautada nas características que as alunas deveriam ter. Remetem a uma memória discursiva que reforça uma imagem social direcionada às mulheres e pretende firmar o sentido de enfermeira devota e altruísta ao ponto de esquecer de si para preocupar-se com a dor do outro. Além disso, esses artifícios discursivos parecem ser uma espécie de anuência social para

o desenvolvimento de uma profissão feminina possível em espaço público, mas que tinha características das atividades servis do lar.

Considerando os estudos de Louro (2018) sobre o magistério, podemos fazer um paralelo e replicar que as condições iniciais de existência da docência feminina foram a mesmas para a enfermagem, pois ambas compartilham o estigma do cuidado, a primeira com a educação dos alunos e a segunda com a atenção aos doentes. Dessa forma, a mulher que tinha como destino primordial a maternidade agora poderia sublimá-la ou ampliá-la com essas ocupações. Elas passam a ser associadas a características “tipicamente femininas” como a paciência, minuciosidade, afetividade, doação, reforçando a ideia de que ambas devem ser percebidas muito mais como um sacerdócio do que como uma profissão (Louro, 2018).

Soma-se a isso, na década de 1940, devido ao incipiente e pouco desenvolvido mercado de trabalho hospitalar, foi aprovada a legislação educacional para a área de enfermagem. O Decreto-Lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946, buscou regular a formação técnica dos práticos de enfermagem definindo um exame de habilitação para o título de “parteira prática” e “prático de enfermagem”. Já a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949 regularizou a formação dos auxiliares de enfermagem (Pereira; Lima, 2008) e passou a exigir a presença de enfermeiras técnicas nos estabelecimentos assistenciais. Esses dispositivos foram determinantes para atualização dos profissionais de enfermagem nos hospitais brasileiros e urgência na criação de escolas de formação.

Sob esses deslizamentos jurídicos, a EAEN inicia a oferta do curso de Auxiliares de Enfermagem na forma de internato e externato, com duração de dezoito meses, inicialmente às mulheres de 16 a 36 anos, tornando-se, assim como a Escola Normal do Rio Grande do Norte, um lugar onde o trabalho e a formação eram voltados às mulheres, ou seja, um espaço constituído e constituinte dos gêneros (Nascimento, 2018). Apesar de não haver nenhuma restrição direta a qualquer classe social, o público-alvo da EAEN, segundo os Atas de inscrição às quais tivemos acesso, abarcava pessoas de classes menos privilegiadas e que, muitas vezes, já trabalhavam no serviço de saúde. É importante lembrar que as moças mais abastadas, filhas da elite natalense ou dos coronéis do interior do estado, eram educadas na *Escola Doméstica de Natal*, conforme estudos de Souza (2021). Do mesmo modo, não havia restrições sobre a inscrição de homens, entretanto até o ano de 1960, as turmas eram exclusivamente compostas por mulheres (Gomes et al., 2006).

O processo seletivo tinha início com a inscrição, na qual as candidatas deveriam apresentar Certidão de registro civil que comprovasse idade mínima de 16 anos e a máxima de

38; atestado de sanidade física e mental; atestado de vacinação antivariólica; atestado de idoneidade moral; certificado de conclusão de curso primário³² ou certificado de Exame de Admissão à 1ª série ginasial³³ e três fotos em tamanho 3x4, como podemos constatar na publicação do jornal *O Poti* em 21 de junho de 1956:

Acham-se abertas, a partir desta data, na secretaria da Escola, situada no Pavilhão Santa Isabel, do Hospital “Miguel Couto”, as inscrições ao Curso de Auxiliares de Enfermagem, que iniciará nova turma a 1 de agosto do corrente ano. O curso terá a duração de 18 meses, será inteiramente gratuito, com regime de internato e externato. Os candidatos, serão submetidos a exames de seleção, que será realizado nos dias 23 e 24 de julho próximo, versando sobre: português, aritmética, geografia e história, cujo programa está à disposição dos interessados na Secretaria da referida Escola.

As inscrições serão efetuadas mediante requerimento à Diretoria da Escola, acompanhado dos seguintes documentos:

- 1 - Certidão de registro civil que comprove a idade mínima de 16 anos e a máxima de 38;
- 2 - Atestado de sanidade física e mental
- 3 - Atestado de vacinação antivariólica
- 4 - Atestado de idoneidade moral;
- 5 - Certificado de conclusão de Curso primário oficial ou reconhecido ou Certificado de Exame de Admissão à 1ª série ginasial em curso oficial reconhecido.
- 6 - 3 retratos 3x4

Outros informes serão prestados no momento da inscrição, devendo o prazo para este fim, expira-se a 20 de julho próximo.

Secretaria da Escola de Auxiliares de Enfermagem, 17 de junho de 1956.

(*O Poti* , 21 jun. 1956, p. 4).

Percebe-se um processo de disciplina e higienização concebido antes da aluna se submeter às provas de seleção. A higienização evidenciada pela solicitação de atestados de sanidade física e mental e atestado de vacinação também se estende à higienização de hábitos morais, garantida pela exigência do atestado de idoneidade. Essas exigências eram preconizadas por força da Lei nº 775 de 6 de agosto de 1949, que dispunha sobre o ensino de enfermagem no Brasil, então outras Escolas de Enfermagem no Brasil também exigiam essa documentação.

A solicitação do atestado de vacinação antivariólica (Imagem 4) é um indício que as selecionadas entrariam em contato com trabalhos hospitalares imediatamente após sua

³² Equivalente ao atual Ensino Fundamental (Diniz, 2021).

³³ Equivalente ao atual Ensino Médio (Diniz, 2021).

aprovação e início das aulas. A varíola foi uma doença que teve destaque no Brasil no início do século XX não apenas por seu alto contágio e poder epidêmico, mas porque a obrigatoriedade da sua vacinação derrocou na histórica Revolta da Vacina de 1904 no Rio de Janeiro. A imunização indicava o controle e prevenção da doença principalmente devido à exposição que as alunas teriam nas aulas práticas.

Imagem 4 - Atestado de vacinação antivariólica

Mod. S. D. T. 13

RIO GRANDE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

CENTRO DE SAÚDE DA CIDADE ALTA

ATESTADO DE IMUNIZAÇÃO

Declaro que
 de 25 anos de idade, cor B.n.
 natural de R. G. Monte residência à Rua Costa
 n.º 280 foi imunizado
 contra Varíola
 no dia 20/1 de 1965
 J. S. S. S. MÉDICO

Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Entregue os documentos, as candidatas habilitadas prestavam o exame de admissão que acontecia em dois dias seguidos, o primeiro com prova de português e aritmética e o segundo com as provas de história e geografia. A primeira turma de Auxiliares de Enfermagem iniciou com onze alunas, em 1956, e finalizou sua atividade com oito concluintes. Apesar da ampla divulgação nos jornais, havia uma certa dificuldade em consolidar turmas regulares. O não preenchimento de vagas ocorria pela insipiência de candidatas inscritas para o exame e pelo número considerável de reprovação na seleção. “A fim de minimizar a situação, foi disponibilizada, através do Departamento de Educação do Estado, uma professora primária, Terezinha Soares de Brito, para ministrar aulas de Português, Aritmética, Geografia e História, tanto na preparação dos candidatos à seleção, quanto para as alunas das turmas já existentes, objetivando proporcionar-lhes um melhor embasamento cultural” (Gomes et al., 2006, p. 21). Sobre o exame de seleção, Oscarina (2024) justificou a necessidade das provas:

Tinha uma provinha de seleção. Não era uma prova grande, mas era uma prova. A gente queria conhecer pelo menos o português das pessoas porque o ensino era muito deficitário, deixava muito a desejar, então você pegava um prontuário e via uma redação feita pela aluna toda cheia de erro pelo profissional de enfermagem ou pelo auxiliar, erros de português que doem às vezes, então isso a gente teve que se preocupar. Foi tanto que a gente passou algum tempo dando aula para o auxiliar de enfermagem e tinha um professor de português também. As alunas tinham aula de português para ensinar a redigir porque tinha gente que do jeito que pensava, escrevia (Oscarina, 2024).

A preocupação com a escrita das alunas e a incipiente aprovação no exame de seleção podem ser compreendidos à luz do estrato social ao qual essas mulheres pertenciam, bem como dos limites impostos por sua escolarização prévia. Em consulta aos Livros de Matrícula da EEAN percebemos que as ingressantes, em sua maioria, possuíam apenas Ensino Fundamental e residiam nos interiores do estado ou em bairros menos nobres de Natal, o que possivelmente dificultava o acesso à educação de mais qualidade. Entretanto, mais do que uma exigência meramente cognitiva, o domínio da escrita, nesse caso em particular da caligrafia, integrava um conjunto de práticas disciplinares que visavam à conformação de corpos precisos e eficientes para a prescrição do cuidado. Como problematiza Foucault (1987),

[...] o controle disciplinar não consiste simplesmente em ensinar ou impor uma série de gestos definidos; impõe a melhor relação entre um gesto e a atitude global do corpo [...] Uma boa caligrafia, por exemplo, supõe uma ginástica — uma rotina cujo rigoroso código abrange o corpo por inteiro, da ponta do pé à extremidade do indicador” (Foucault, 1987, p. 178).

Nesse sentido, a aprendizagem da escrita no âmbito da EAEN opera como uma tecnologia de disciplinamento que articulava corpo, gesto e saber, inscrevendo no corpo feminino normas de conduta, precisão e controle compatíveis com o ideal profissional que a Escola estava buscando. Dado o entrave de preencher a primeira turma, o ano de 1956 possui dois ingressos. Em julho de 1956 houve uma segunda oferta de turma, conforme notícia veiculada no jornal *O Poti* (Imagem 5):

Imagem 5 - Notícia sobre a reabertura das inscrições no ano de 1956



Receberá nova turma a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Natal
Já abertas as inscrições — Cresce o interesse pelo ingresso naquele Estabelecimento

Escola de Auxiliar de Enfermagem de Natal, instituição que se instalara sob os auspícios da Associação de Assistência Hospitalar, voltou a abrir matrículas para novas candidatas, curso que terá início primeiro de agosto. A semelhança do ano passado quando curso foi iniciado com supervisão do Ministério de Saúde, grande tem sido o interesse de jovens desta capital e do interior, buscando habilitarem-se em enfermagem hoje tida como profissão de real necessidade as atividades médicas. O curso terá duração de 18 meses ao fim do qual as enfermeiras terão vasto conhecimento de assuntos relativos à medicina, além de prática indispensável à nobre profissão. No Hospital Miguel Couto onde são ministradas as aulas, as interessadas receberão os esclarecimentos que se fazem precisos à inscrição.

Fonte: *O Poti*, 19 de junho de 1956, p. 12.

O destaque da notícia é o caráter persuasivo perante o texto. As afirmações “Cresce o interesse pelo ingresso naquele estabelecimento” e “grande tem sido interesse de jovens desta capital e do interior” representa a intenção de provocar no leitor, a quem a propaganda se destinava, a sensação que a procura para o curso era elevado, criando um pensamento de disputa e exclusividade, como uma nova oportunidade para quem perdeu a primeira seleção da Escola. Ademais, assim como em outras notícias, vincula a enfermagem como uma atividade indispensável ao hospital e ao trabalho médico conferindo-lhe caráter de profissão em ascensão, no fim, o grande intuito da notícia era angariar alunas para instituição.

Um dos fatores fundamentais que colaborou para o recrutamento de alunas foi o sistema de internato. De acordo com as *Fichas de Entrevista* acessadas no Acervo da ESUFRN, notamos que a maioria das alunas o solicitava. Assim como outras Escolas de Enfermagem do país, o internato contornava o problema de moradia das jovens, principalmente das que vinham do interior do estado. Como recurso pedagógico, ele foi pensado institucionalmente com dois objetivos: educar e instruir. Para as Escolas de Enfermagem ele passou a funcionar como um dispositivo pedagógico, fundamental ao desenvolvimento do espírito de serviço, do arsenal técnico específico, da cultura intelectual e geral, além de preparar as mulheres para as intempéries e desafios da vida profissional (Santos, 2008). Dessa forma, era um dispositivo que moldava as alunas para o regime do trabalho, apartando-as do convívio da família e criando outros usos e costumes do corpo e das relações interpessoais, assim como afirma Magalhães (2004):

Quando funcionando em regime de internato, a instituição escolar é uma instância educativa total, na qual é possível: considerar, entre outros, os fatores de integração e de acompanhamento; analisar as instâncias de socialização, alteridade, autonomização, mobilização; reconsiderar os conceitos de aprendizagem, ativismo pedagógico, experiência emocional. Mas a influência da instituição educativa vai para além dos muros e defere-se no tempo, seja pelas transformações de caráter material, seja especificamente como representação, referência e memória dos indivíduos e dos grupos (Magalhães, 2004).

O curso possuía aulas teóricas e práticas e ofertava as disciplinas de Anatomia, Patologia, Microbiologia, Higiene de alimentos e seu preparo, Ética Profissional, História da Enfermagem, Doenças Transmissíveis, Clínica Médica e Cirúrgica, Noções de puericultura, Higiene e Pré-natal, Noções de Pediatria e Educação Sanitária. Percebemos, portanto, que o currículo possuía mais ênfase nos treinamentos práticos direcionados ao ambiente hospitalar.

Ao fim do ciclo básico, que acontecia ainda no primeiro semestre, as alunas eram inseridas no campo prático, esse momento de inserção era marcado pelo recebimento das toucas, cerimônia a ser mais bem discutida nas próximas seções. A avaliação do aprendizado se dava por meio de provas escritas para os conteúdos teóricos e provas práticas. A Imagem 6 ilustra uma aula prática desenvolvida com as alunas da EAEN no laboratório de aulas práticas do Hospital Miguel Couto. A demonstração dessa aula de anatomia, também foi descrita no periódico *A República*. Possivelmente o dia da visita descrito ao jornal na EAEN não foi o mesmo que o dia do registro da fotografia, mas alguns elementos dos discursos apresentados nesses dois suportes podem ser problematizados.

Imagem 6 - Alunas na aula prática de anatomia



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Imagem 7 - *A Lição de anatomia do Dr. Tulp*



Fonte: <https://www.historiadasartes.com/a-licaode-anatomia-do-dr-tulp-rembrandt/>

Na Imagem é possível ver cinco mulheres. A que se localiza no campo central da fotografia veste uma roupa mais clara que as outras, usa touca prendendo os cabelos e parece demonstrar estruturas corporais no modelo educativo anatômico. Em volta dela, temos quatro mulheres vestindo fardamento mais escuro e em processo de observação da aula proferida pela figura central. Dessa forma, conjecturamos que a mulher no campo central da imagem era uma professora ministrando aula a quatro alunas que estão ao seu redor. A imagem das alunas e da professora na aula de anatomia permite mostrar a ordem que atravessa os estudos do corpo e do cuidado, durante a formação em enfermagem.

Destacamos a uniformidade das roupas e das posturas das alunas, todas seguem com os braços soltos ao lado do corpo e seus olhares voltam-se para o modelo anatômico apontado com um lápis pela professora. Não há como perceber os enunciados imagéticos-discursivos dessa Imagem sem lembrar da obra *A Lição de anatomia do Dr. Tulp* pintada por Rembrandt (Imagem 7). O quadro, presente nos mais clássicos livros de anatomia, apresenta em tom realista, um cadáver como plano central. Enquanto Dr. Tulp demonstra a dissecação no braço do corpo inerte, outros sete homens se dispõem ao redor da mesa e observam lição de anatomia. O quadro é a alegoria perfeita da busca pelo conhecimento do corpo humano.

Essa fotografia ganha outras tonalidades discursivas a partir da narrativa jornalística. Em longa notícia sobre a Escola, o periódico *A República* retrata uma visita às dependências do Pavilhão Santa Isabel, que abrigava as salas de aula da EAEN. Nela, há a descrição do modelo anatômico, confeccionado em madeira, presente na Imagem e a declaração que era possível a partir dele estudar diversos sistemas e órgãos:

Ao passarmos por um dos salões de aula, observamos a um canto, protegido por uma coluna de vidro, um esqueleto humano, onde as oito moças, futuras enfermeiras praticam os ensinamentos orais recebidos. Pela formação craneana parece indicar ser, aquela estrutura óssea, de um germano-brasileiro. Mais ao lado, em madeira, um corpo que chama atenção pelas suas linhas perfeitas, serve ao estudo muscular, sanguíneo, respiratório e, também internamente, a verificação dos órgãos. Ali naquele salão as estudantes recebem ensinamentos práticos de anatomia. Mesmo longe da conclusão do curso, pois ainda lhes faltam 12 meses todas aquelas jovens que vimos caracterizando-se pela touca, já prestam destacado serviço ao Hospital, cuidando, zelosamente dos hospitalizados. No salão de Prática, vários leitos onde estão bonecos deitados, simbolizam o doente a ser tratado. (*A República*, 4 de julho de 1956).

Enquanto na imagem percebemos a uniformização das vestimentas das alunas, na notícia, vemos um destaque ao uso das toucas. De antemão, afirmamos que uniforme serve como um marcador de pertencimento, identificando os indivíduos como membros de uma determinada categoria ou instituição e desempenha uma função disciplinadora ao padronizar atitudes e comportamentos, conferindo uma identidade única aos que o vestem. A enfermeira ao se vestir, passa a ser reconhecida como representante da Escola.

Com relação ao uso da touca, destaca-se que, embora o modelo adotado seja mais moderno, em comparação às toucas e véus tradicionais das Irmãs de caridade, a intenção permanece a mesma: aproximá-las de símbolos socialmente aceitos como respeitáveis. O uso oficial do uniforme na EAEN foi uma importante estratégia para a construção de uma nova identidade, funcionando como um símbolo significativo. Embora a linguagem das vestimentas seja não verbal, ela desempenha funções semelhantes às da linguagem verbal, transmitindo informações e comunicando a identidade, valores, disciplinas e tradições da instituição, ponto que melhor discutiremos nos capítulos seguintes.

Por outro lado, reiteramos que a EAEN, assim como outras escolas de enfermagem do Brasil, foi inspirada na Escola de Enfermagem Anna Nery do Rio de Janeiro. Portanto, enquanto instituição, deu origem à estruturação do campo da enfermagem no Brasil, difundindo o modelo *Nightingale*. Esse conhecimento foi representado por técnicas, normas de comportamento, pela homogeneização do sistema de internato e pelo currículo. Não encontramos materiais didáticos usados na escola. Segundo Oscarina (2024), “as aulas eram regidas através de apostilas” (Oscarina, 2024). Entretanto a maioria dos *Manuais de Enfermagem* e materiais didáticos utilizados para formação de enfermeiras durante a década de 1950, determinava doutrinas educativas que corroboravam com entendimentos e posturas normativas e versadas no binômio comportamento feminino e comportamento masculino (Oguisso; Freitas; Moreira, 2019). Essas conjecturas reforçam que tanto o fardamento, quanto a organização curricular integravam um mesmo projeto institucional de produção de identidades profissionais femininas.

Nesse sentido, entendemos que a criação da EAEN se inscreveu em um movimento mais amplo de reconfiguração do cuidado hospitalar, impulsionado por injunções político-institucionais, normativas legais e demandas do campo médico. Entretanto, mesmo substituindo a assistência religiosa pela enfermagem leiga, diplomada e remunerada, mantém-se uma matriz simbólica e moral herdada do cuidado religioso, agora ressignificada e institucionalizada por meio da ciência, da técnica e da normatização estatal. As alunas da EAEN não vestiam mais os

véus e hábitos das ordens religiosas, mas incorporavam, por outros meios, valores historicamente associados à assistência caritativa.

Desde o processo seletivo, permeado por exigências de sanidade, moralidade, escolarização e escrita correta, até o regime de internato, o currículo, o uso do uniforme. A Escola operava a partir de um dispositivo pedagógico que solicitava e produzia uma profissional tecnicamente habilitada e moralmente adequada ao exercício do cuidado. Discurso, inclusive, reforçado pelo campo jornalístico. As “freiras sem hábito” são, assim, mulheres formadas para ocupar o espaço público do trabalho hospitalar sem romper completamente com os sentidos de feminilidade, devoção e sacrifício que historicamente legitimaram a presença feminina no cuidado. Trata-se de uma profissão possível para as mulheres daquele contexto, justamente porque manteve continuidades com as atividades servis do lar e da caridade, ao mesmo tempo em que inaugurou novas formas de inserção social e profissionalização.

3.3 NORMALIZAÇÃO PARA UMA EDUCAÇÃO FEMININA

Apesar da ampla propaganda e das campanhas voltadas à captação de novas alunas, ingressar e, sobretudo, manter-se na Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal não era um percurso simples. As normatizações institucionais se iniciavam antes mesmo da admissão formal, por meio das exigências de inscrição, da apresentação de comprovantes de vacinação e da realização de abreugrafia, compondo um processo que articulava que articulava inspeção médica e vigilância moral. Essa dimensão moral, materializava-se na exigência de comprovação de idoneidade e era reforçada pelas informações registradas em dois mecanismos de vigilância: a *Folha Confidencial* e a *Ficha de Entrevista*, dispositivos analisados nesta subseção.

Após a aprovação nas provas de seleção, as candidatas deveriam apresentar três cartas de recomendação, reunidas sob a denominação de *Folha Confidencial*. Nesses documentos, o declarante preenchia seus dados pessoais e fornecia informações sobre a aluna. Era necessário comunicar o temperamento da estudante (calmo, excitado ou nervoso), se era ela uma pessoa do seu convívio, há quanto tempo a conhecia, seu senso de responsabilidade, se o declarante conhecia seus antecedentes familiares, possíveis desajustamentos de ordem social ou familiar e, por fim, se a recomendaria à Escola. Cabe destacar que nenhuma das *Folhas Confidenciais*, localizadas no acervo da ESUFRN pertence a alunos homens, o que impede afirmar se tais

procedimentos de investigação também lhes eram aplicados. Na Imagem 8, a seguir, são apresentados alguns detalhes desse documento:

Imagem 8 – Folha Confidencial

Folha Confidencial

NOME _____

ENDEREÇO _____

ESTADO CIVIL solteira

INSTRUÇÃO primária

1. Temperamento: Calmo Cem
 Excitado
 Nervoso

2. É pessoa do seu real conhecimento? Cem

3. Há quanto tempo a conhece? 3 anos

4. Qual o seu grau de responsabilidade? acepe de confiança

5. Conhece seus antecedentes familiares? Cem

6. Tem algum desajustamento de origem familiar ou social? nao

7. Pode recomendá-la? ótima pessoa de bem costume

Data: 24 de março 59

Declarante _____

Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

De modo geral, o documento possui caráter moralizante, pois solicita antecedentes da aluna ao requerer de um terceiro informações sobre sua vida particular e a respeito de possíveis “desajustamentos de ordem familiar ou social”, inclusive responsabiliza o depoente indicar a discente à Escola. A preocupação da instituição com a personalidade da aluna e seu comportamento de autogestão revelava-se como um mecanismo de vigilância e controle. Afinal, como afirma Foucault, “é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (Foucault, 1987, p. 118). Nesse sentido, ao indagar se a discente possuía temperamento calmo e senso de responsabilidade, o documento já delimitava o perfil de uma jovem ilibada social e moralmente que pudesse ser moldada pela instituição para tornar-se útil ao cuidado.

Segundo Bassanezi (2004), durante a década de 1950, “o código da moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, os vizinhos, os amigos e amigas, os educadores, os jornalistas” (Bassanezi, 2004, p.

512). Por esse motivo, vários são os declarantes da *Folha Confidencial* e do *Atestado de idoneidade cívica e moral*, entre eles encontramos: párocos, delegados, juízes, chefes, parentes e diretores da escola onde a aluna cursou o ensino primário ou ginásial, ou seja, qualquer pessoa que conhecia a aluna, sua família, e até mesmo instituições que indiretamente teriam informações sobre elas, como Igrejas, Delegacias e Cartórios.

Notadamente esses documentos funcionavam como dispositivos de controle e vigilância, conforme observou Foucault (1987), e vinculavam o acesso à EAEN a uma conformidade moral e civil solicitada às mulheres da época. As chamadas “moças de família” deveriam possuir gestos contidos, respeitar os pais, preparar-se adequadamente para o casamento e conservar sua inocência sexual (Bassanezi, 2004). Assim, antes de qualquer competência técnica, havia avaliação da vida privada da aluna. Extrapolando o ambiente escolar e adentrando na esfera pessoal, a Escola tornava-se um espaço de controle ideológico³⁴, reforçando a reprodução e valores hegemônicos da sociedade da época.

Depois disso, a aluna passava por um processo de entrevista com uma professora ou diretora da Escola. Se o objetivo da *Folha Confidencial* era colher informações da discente por terceiros, as *Fichas de Entrevista* indicam o fornecimento de informações pela própria aluna. De acordo com os documentos, o motivo da entrevista poderia ser para “Colher informações”, “Contato para dar orientações sobre o curso” ou para investigar alguma intercorrência com a discente. Mais uma vez, verificamos clara preocupação e interesse nos comportamentos sociais da aluna, de modo a questionarem quais eram suas diversões prediletas, quais suas aptidões e quais seus hábitos de vida, conforme observamos nos dados transcritos de uma *Ficha de Entrevista*:

Motivo da Entrevista: Colher informações

Revelação do aluno: aparência saudável, satisfatoriamente cuidada com exceção dos dentes que iniciou a tratar. Não fuma.

Diversões preferidas: Praia, cinema, música, lê revistas de rádio e revistas em quadrinho.

Seus pais residem no interior (Monte Alegre). Em Natal, reside com tia na Av. 3 (Alecrim).

³⁴ Aqui nos afastamos do conceito de ideologia proposto por Marx, cujo mecanismo principal são as relações de classe social. Entendemos por controle ideológico e ideologia a construção de discursos que operam para manter ou contestar relações de poder. Foucault não usa o termo ideologia com frequência em sua obra, mas se refere a micropoderes e tecnologias de sujeição – formas sutis e cotidianas de produzir sujeitos obedientes às normas sociais. (DeSouza Filho, 2017).

Nunca tratou de doentes. Diz sentir vocação há algum tempo. Nunca trabalhou.

Conclusão e resoluções tomadas: Deverá ficar interna.

Ficha de Entrevista, 04 de março de 1959
(Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

Não tivemos acesso às perguntas que eram realizadas no processo de entrevista, mas de acordo com as respostas e as impressões escritas nesses documentos podemos levantar algumas hipóteses e debatê-las. Um deles é que a aparência das alunas constantemente tem destaque. O texto das *Fichas de Entrevista* sempre inicia com a descrição da impressão que a entrevistadora tem da candidata. No caso da Ficha que destacamos acima, a aluna apresentava “aparência saudável, satisfatoriamente cuidada, com exceção dos dentes que iniciou a tratar”.

Há uma dimensão da aparência que regia como a aluna deveria ser vista, ela deveria ser e parecer estar apta ao cuidado. No campo das regularidades, o controle sobre os corpos além de possuir cunho moral, também possuía cunho estético. A limpeza e a boa aparência também passavam pela educação do corpo, também era uma maneira de normalização³⁵ e homogeneização das alunas. Os corpos representavam a EAEN, então não era interessante expor à população corpos adoecidos e com má fisionomia, as alunas deveriam ser um exemplo.

Para Foucault (1984), o hospital, a escola, a higiene pública, as instituições de assistência e a medicalização geral das populações funcionam como instrumentos de controle dos corpos. Na ficha, esse controle torna-se evidente através de discursos normalizadores do campo médico, que se materializam quando a entrevistadora cita a saúde bucal e o não consumo do cigarro pela aluna. Percebemos que a lógica de normalização gerida pela instituição é interiorizada através das orientações iniciais fornecidas na entrevista, assim, o cuidado do corpo, da aparência e o ato de não fumar tendo em vista uma melhor “imagem” a ser projetada ao público, vai tornando-se mais que uma necessidade, uma obrigação. Além disso, destacamos que essa narrativa também é perpassada por um discurso do campo da economia. Pensando na sociedade capitalista como uma entidade privilegiada para o exercício de dominação, corpos saudáveis estão ligados a uma maior produção e maior rendimento no trabalho, então, o corpo

³⁵ No sentido foucaultiano, o conceito de normalização refere-se ao processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações. A noção de norma está ligada àquela de “disciplina”, uma configuração de poder que impõem comportamentos e existências. (Castro, 2009).

torna-se um dos pontos centrais de investimento da economia de mercado e é colocado em novo patamar de exploração.

Outra temática presente nas entrevistas é a vocação. Aparentemente era questionado quais as motivações da aluna para se inscrever na seleção e se matricular na EAEN. Nos documentos, uma parte das aprovadas já trabalhava em algum serviço de assistência à saúde, seja no hospital Miguel Couto, no Hospital Colônia³⁶ ou no SESP. Entretanto, a outra parte não tinha proximidade com o trabalho hospitalar. Para esse segundo público encontramos discursos como “Diz que veio fazer o curso por vocação. Conhece os trabalhos executados pela auxiliar de enfermagem (*Ficha de Entrevista*, 1959) e “Já cuidou de pessoas da família”. Admira a profissão de enfermagem” (*Ficha de Entrevista*, 1959).

Derivado da palavra em latim *vocare*, o termo significa “ser chamado [por Deus] a algo”, enunciado diretamente conectado ao campo discursivo da religião. Como já temos discutido, algumas ocupações, como enfermagem e magistério, ao se feminizarem, não representavam um risco para as funções sociais da mulher, pois carregam consigo a dupla marca do modelo religioso e da metáfora materna: dedicação-disponibilidade, humildade-submissão, abnegação-sacrifício (Louro, 2004). Dessa forma, questões sobre vocação estariam justificadas por uma lógica que se apoia na compreensão da enfermagem como função social adequada para mulheres e na aproximação dessa profissão aos cuidados domésticos, à maternidade e à religiosidade. Já ter cuidado de pessoas da família e dizer que possui vocação confere à aluna um espaço na Escola. Cria-se, portanto, uma convergência quando não havia familiaridade com os trabalhos hospitalares, assim, de certa forma, elas não estariam se afastando da sua função supostamente feminina ao se tornarem cuidadoras.

Essas mulheres, mesmo que não fossem abastadas ou de classe média³⁷, pois muitas delas já trabalhavam, deveriam permanecer dentro de um parâmetro de moralidade feminino da década de 1950. A mulher de classe média possuía uma família ou marido responsável por financiar sua permanência na casa. Sua educação era voltada para um ideal de feminilidade envolto pelo papel de dona de casa, mãe zelosa, recatada e ligada ao lar (Del Priori, 2017). Com o crescimento urbano e industrial, aumentaram as possibilidades educacionais e profissionais para as mulheres, porém ainda vestidas de concepções conservadoras e cercadas de

³⁶ O Hospital Colônia foi pensado enquanto espaço terapêutico e assistencial que fazia frente à primeira instituição psiquiátrica do Rio Grande do Norte. Localizado no bairro de Tirol, atualmente chama-se Hospital João Machado (Rodrigues, 2023).

³⁷ Classe intermediária entre as elites tradicionais e o proletariado urbano.

preconceitos. Segundo Saffioti (2013) essa disposição era marcada por uma tripla opressão: de classe, mantida por interesses econômicos, de gênero e, frequentemente, de raça. Dessa forma, podemos dizer que o campo discursivo da economia se cruza com os outros já mencionados aqui (moral, religioso, estético) para submeter as mulheres à ideologia do cuidado. Em outra *Ficha de Entrevista* percebemos que a desconformidade com os preceitos da Escola poderia eliminar a candidata, mesmo que ela já tivesse obtido aprovação no exame de seleção, como verificamos a seguir:

Motivo da Entrevista: Conhecimento e dar informações sobre o curso

Revelação do aluno: Diz não fumar. Diversões preferidas: cinema, praia, baile, leitura (romances e revistas). Boa aparência, bem cuidada e saudável. Trabalha em bordados e costura. Tem curso primário e em datilografia. Candidata é casada eclesiasticamente, separada do marido. Tem um filho. Somente teve oportunidade de cuidar do filho quando adoecia. Seu interesse pela enfermagem foi despertado por informações de uma conhecida, aluna da escola. Mora com os pais (centro da cidade).

Conclusão e resoluções tomadas: Tivemos informações de que tem ótimo comportamento razão por que vamos dar-lhe uma chance de fazer o curso. Dei-lhe várias orientações. Fiz ver a necessidade de bom procedimento.

Ficha de Entrevista, 04 de março de 1959 (Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

No caso em questão, a aluna era divorciada e o adjetivo *eclesiasticamente*, ao fazer menção ao casamento religioso, deixa subentendido que não houve casamento civil. Podemos presumir que essa era uma informação relevante para constar na *Ficha* da aluna, nos levando a crer que o rompimento do matrimônio, seja ele religioso ou civil, era motivo de alerta para a Escola. A aluna foi admitida para instituição, entretanto essa atitude só foi tomada devido a “informações de ótimo comportamento”, possivelmente fornecidas por terceiros. Retornamos, então, que as questões morais funcionavam com dispositivo de controle, principalmente em uma época que o casamento deveria ser mantido a qualquer custo, “a conduta moral da mulher separada estava constantemente sob vigilância, e ela teria de renunciar a sua vida amorosa sob o risco de perder a guarda dos filhos. Estes já estavam marcados com o estigma de serem frutos de um lar desfeito” (Bassanezi, 2004, p. 532).

As mulheres separadas eram mal vistas pela sociedade e mesmo quando havia uma conduta reconhecidamente “honesta” ficavam sob constante observação, pois a definição de moral feminina era tão ampla que se tornou uma arma potencial contra qualquer mulher adulta (Fonseca, 2004). Esse código moral, essencialmente autoritário, dominou a regulação da

sexualidade até os anos de 1960 e tinha respaldo em instituições sociais como o casamento, a heterossexualidade, a vida familiar e a monogamia (Weeks, 2009). Soma-se a isso, a validação do matrimônio enquanto sacramento da vida eclesial pela Igreja católica, fato que o tornava indissolúvel. Portanto, qualquer movimento que levasse à separação era considerado uma ousadia e transgressão da instituição social e religiosa do matrimônio e da família por ele criada.

Mesmo sem muito endosso, o discurso jurídico sobre o divórcio começa a ser privilegiado a partir de algumas reformas liberais, pós década 1960, culminando na criação do Estatuto da Mulher Casada (Lei 4.121/ 27 de agosto de 1962), considerado o primeiro avanço na igualdade de gênero no Brasil. A Lei contribuiu para a emancipação feminina sob os principais pontos: a mulher passou a ter direitos e deveres similares ao marido; instaura a noção de bens particulares para as mulheres e o direito de receber herança, estabeleceu o direito ao exercício profissional sem a anuência do marido e determina a possibilidade de pedir a guarda dos filhos em caso de separação. Apesar desses avanços, devemos lembrar que a Lei do divórcio (Lei 6.515 de dezembro de 1977) só é estabelecida quinze anos depois, quando se permite que o casamento civil possa ser dissolvido sem necessidade de separação judicial.

Tomando por base o pensamento de Butler (2017), consideramos que a construção do sujeito pressupõe a subordinação a normas sociais que regulam a inteligibilidade do corpo e do gênero. Portanto, estando a EAEN no contexto apresentado, ela se torna um local que reproduz as normas culturais e expectativas sociais da época para as mulheres e seus corpos. Esse processo contribuiu para a sujeição das alunas, entretanto, adotando a máxima “onde há poder, há resistência” (Foucault 1999, p. 92), podemos inferir que a dissolução dessas relações conjugais podem ser uma maneira de resistir ou reconfigurar essas normas. Nesse ensejo, apresentamos duas *Fichas de Entrevista* que demonstram como a Escola agia quando a discente não cumpria com o decoro imposto:

Motivo da entrevista: primeiro contato da Escola com a aluna. Apesar de ter a idade mínima exigida por lei, foi orientada sobre os principais serviços prestados pela auxiliar de Enfermagem ao doente.

Revelações do aluno: não tem vício, nem predileção por divertimentos. Deixa transparecer boa vontade e gosta de estudar. Obteve no exame de seleção média 8,2.

Conclusões e resoluções finais: Fiz recomendações sobre o curso, comportamento no internato, maneira de tratar os colegas e subalternos. Interna.

Ficha de Entrevista, 18 de fevereiro de 1960 (Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

Motivo da Entrevista: A aluna foi acometida por uma crise de gritos e choro: (histeria?). Diz ter sido a primeira vez.

Revelação do aluno: Revelou que não sabia organizar os lençóis para executar a técnica (cama do doente).

Impressões: Aluna com pouca idade com tendências infantis, porém dedicada ao estudo e demonstra interesse em aula.

Conclusão e resoluções tomadas: Eliminar na próxima crise.

Ficha de Entrevista, 18 de março de 1960 (Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

Conforme a Lei nº 775 de 6 de agosto de 1949, a candidata ao curso de Auxiliar de Enfermagem deveria ter idade mínima de 16 anos e máxima de 38 anos. As *Fichas* acima fazem referência a uma aluna que possuía a idade mínima permitida e entrou para o sistema de internato da Escola no ano de 1960. A primeira *Ficha* descreve as impressões iniciais sobre a discente, destacando que ela não possui vícios, nem desenvolve atividades de lazer. As informações sobre a boa vontade e disposição para os estudos é complementada pelo seu bom desempenho no exame de seleção. É declarado que foram dadas orientações sobre o trabalho da enfermagem e recomendações sobre o comportamento esperado no internato, com outras colegas de turma e funcionários do hospital.

A segunda *Ficha de Entrevista* descreve um episódio ocorrido com a mesma aluna trinta dias após seu primeiro contato com a Escola, possivelmente ela já estava alocada nas dependências da EAEN e desenvolvia algumas atividades hospitalares. A entrevistadora relata que a discente sofreu uma crise emocional expressa através de choro e gritos e registra no documento a expressão “histeria” finalizada com interrogação, sugerindo, talvez, que o episódio teria sido uma crise histérica. Ao ser questionada sobre os motivos que causaram a ação, a aluna declarou que havia tido dificuldade em organizar os lençóis do leito de um paciente e que essa teria sido a primeira vez que sofreu um abalo como o ocorrido. É destacada na escrita da entrevistadora a pouca idade da discente e suas tendências infantis, bem como uma ponderação sobre o interesse positivo demonstrado por ela em sala de aula. O texto finaliza com as ações a serem tomadas após o episódio: a aluna seria excluída da Escola caso ocorresse outra crise.

Novamente na esteira de Foucault (1999), buscamos compreender a referência sobre a histeria na *Ficha de Entrevista* da aluna. Em *A Vontade de Saber* (1976), primeiro volume de sua *História da Sexualidade* (1999), Foucault discute a “histerização” como parte de um

processo disciplinar³⁸ que marcou o corpo feminino no século XVIII. O termo, à época, associava comportamentos “agressivos” ou “nervosos” à sexualidade reprimida ou excessiva em mulheres. Ele foi inserido no campo das práticas médicas, familiares e sociais, contribuindo para perpetuação de desigualdades de gênero e vinculou a identidade feminina a uma biologia percebida como instável e que necessitava de regulação externa, conforme ressalta o autor:

[...] o tríptico processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado– qualificado e desqualificado – como um corpo saturado de sexualidade; foi integrado ao campo das práticas médicas; foi posto em comunicação orgânica com o campo da família e o espaço das crianças, e com o problema da vida social, através de uma responsabilidade biológico-moral que lhe cabia assumir desde sempre (Foucault, 1999, p. 123).

Comportamentos que contrariavam a imagem da mulher-mãe, restrita ao espaço doméstico, eram vistos como rebeldia e patologizados. Dessa forma, a “descoberta” médica da histeria criou um campo no qual a sexualidade feminina podia ser examinada, regulada e disciplinada, ligando-a a funções sociais de reprodução e maternidade (Foucault, 1977). Ao pressupor que todo corpo feminino fosse, por natureza, materno e reprodutivo, a histeria tornou-se um símbolo da construção social que restringia as mulheres a papéis de gênero específicos. A histerização do corpo da mulher tornou-se um enunciado para diagnosticar a sexualidade e o desejo feminino, ela “é produzida por um discurso consistente cuja função é indicar às mulheres um único lugar – a família – de acordo com sua ‘verdadeira’ natureza, a feminilidade” (Kehl, 2016, p. 41).

Partindo dessas informações e retomando a *Ficha de Entrevista* percebemos que houve uma continuidade de discurso do século XVIII para o século XX sobre a histeria. Mesmo que os conceitos sobre o tema tenham se modificado de certa forma, a histerização feminina se comporta como um regime de verdade (Foucault, 1999), pois continua envolvendo um conjunto de práticas discursivas, principalmente médicas, e institucionais que perpetuam o estereótipo da mulher desequilibrada e nervosa que precisa ser contida ou excluída do convívio social. Quando a aluna tem uma crise de gritos e choro ela automaticamente deixa de atender às expectativas da Escola, então, há uma repressão sobre a manifestação das suas emoções e instintos. Considerando o olhar vigilante que a instituição imprimia sobre às jovens, concluímos

³⁸ “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (Foucault, 1987, p. 164).

que o registro na *Ficha de Entrevista* integra um processo punitivo. Segundo Foucault (1987, p. 175) a punição abrange “toda uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações”. Nesse contexto, a conversa teve o propósito de investigar o ocorrido e de certa forma conter a discente, sob alerta categórico de sua exclusão.

Notadamente, mesmo sob supervisão, possuir 16 anos e assumir responsabilidades rotineiras no hospital-escola era muito complexo. Conforme a *Ficha de Estágios Práticos* (Imagem 9), as atividades aconteciam sob rígida organização diária de segunda a sábado, de forma que as alunas folgavam apenas aos domingos, ou seja, uma “disciplina” aos moldes daquela apresentada por Foucault em *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, ao analisar regulamentos de conventos, prisões e escolas.

No documento há o registro de todas as atividades práticas durante os 18 meses de curso, iniciado em março de 1960 e finalizado em setembro de 1961. Na primeira linha da tabela há a numeração referente aos dias e na segunda coluna há o nome de cada mês. Os registros são realizados por marcações que representavam as disciplinas, conforme legenda localizada ao fim da página. Percebemos que a cada ciclo de seis dias há a marcação de um D que representa no calendário o dia de domingo. O primeiro ano do curso, correspondente a dois semestres, ocorreu de maneira ininterrupta de março de 1960 a janeiro de 1961. Posteriormente, verificamos o registro do período de férias no mês de fevereiro e em seguida a marcação do segundo e último semestre, realizado entre março e setembro de 1961.

O documento possui coloração amarelada e algumas margens danificadas, nada que comprometa suas informações, mas indicam seu tempo de armazenagem. A folha é transparente ao ponto de identificarmos que havia mais elementos escritos no seu verso – ou na sua frente. Na verdade, o outro lado abrigava o boletim escolar, com as notas e a frequência da aluna em cada disciplina. Visualizamos que documento era um formulário padrão e pré-pronto que foi preenchido com informações datilografadas. No início da Ficha há um espaço para colocar o nome da aluna e ao final, o dia de finalização da grade curricular juntamente com o local de assinatura da diretora da Escola. Uma legenda abaixo da tabela faz a indicação do significado dos elementos visuais preenchidos.

Imagem 9 - Ficha de Estágios Práticos da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal

ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM
FICHA DE ESTAGIOS PRATICOS

ALUNA _____

Ano	Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total
1960	Março	-	-	-	-	-	-	P	P	P	P	P	P	D	P	P	P	P	P	P	D	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	- 22
	Abril	P	P	D	P	P	P	P	P	P	D	P	P	P	S	S	S	D	P	P	P	F	P	P	D	P	P	P	P	P	P	= P - 22	
	Mai	D	P	P	P	P	P	P	D	P	P	P	P	P	F	D	C	C	C	C	C	D	C	C	C	F	C	C	D	C	C	P - 11	
	Junho	G	C	C	C	D	C	C	C	C	C	C	C	D	C	C	C	F	C	C	D	C	C	C	F	E	D	C	C	F	C	- Est. 23	
	Julho	M	M	D	M	M	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	C	D	C	F	C	C	C	D	Est. 25	
	Agosto	C	C	C	C	C	C	D	C	C	C	C	C	D	F	C	C	A	C	C	D	C	C	C	C	C	C	D	C	C	C	Est. 25	
	Setemb	G	C	C	D	C	C	F	C	C	C	D	C	C	C	C	C	D	C	C	C	C	C	C	D	C	C	F	C	C	- Est. 24		
	Outub	G	D	F	C	A	A	A	A	D	E	E	E	E	E	E	D	C	E	M	C	E	F	D	E	E	E	E	E	E	D	A	Est. 24
	Novemb	S	F	M	M	M	D	M	M	M	M	M	M	D	M	F	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	- Est. 23	
	Dezemb	M	M	M	D	M	M	M	F	M	M	D	M	A	A	A	A	A	D	A	A	A	F	F	D	M	M	M	M	M	M	Est. 15	
	Jan.	D	P	S	P	S	P	S	P	S	P	S	P	S	D	P	S	P	S	P	S	D	P	S	P	S	P	S	P	S	P	Est. 24	
	Fev.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	Férias	
	Março	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	D	M	M	M	M	M	D	A	M	M	S	S	Est. 24		
	Abril	A	D	S	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	Est. 23
	Mai	F	M	T	A	A	A	M	T	D	M	T	M	T	M	T	M	T	F	F	D	M	T	M	T	M	T	M	T	M	T	Est. 19	
	Junho	S	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	- Est. 23
	Julho	A	D	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	Est. 24	
	Agosto	S	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	Est. 25
	Setemb	S	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	S	O	Est. 25
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

SUMARIO :-	Frequência	Férias	Ausência	Recup. das faltas	Total
	408	30	23	23	461

" P " Preparatório
 Am - Ambulatórios
 " M " C. Médica
 C - C. Cirúrgica
 S. O - Sala de operações
 Pd - Pediatria.
 L - Lactário
 G - Ginecologia

M - Maternidade
 B - Berçário
 T - Tuberculose
 D. C. - Doenç - Contagiosas
 S. N. - S. Noturno
 A - Ausência
 F - Férias
 S. P - Saúde Pública

Terminou o curso em 30-9-1961

Diretora

Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN

Observamos, então, que as atividades eram desenvolvidas de forma exaustiva, com práticas iniciadas ainda nos primeiros dias do curso, folgas semanais apenas aos domingos e férias uma vez ao longo de toda formação profissional. Para confirmar essa rotina apresentamos

um trecho da entrevista da nossa entrevistada: “Geralmente, a gente dava a teoria e depois levava para prática, mas teve uma época que a gente fazia teoria e prática. Tinham as aulas e depois iam para a prática, mas isso não foi por muito tempo porque requeria muito tempo do aluno, ele ficava preso muito tempo, né?” (Oscarina, 2024). Isto significa que essa Ficha de Estágio concerne exatamente ao período no qual as aulas teóricas e práticas ocorriam de modo simultâneo e que, segundo a participante, colaborava para um cotidiano escolar exigente.

Essa configuração não era específica apenas da EAEN. Os cursos de Auxiliar em Enfermagem no Brasil seguiam a orientação do Decreto nº 27.426, de 14 de novembro de 1949, cujo Art. 26 exigia o cumprimento de quarenta e quatro horas de atividade escolar por semana, incluídos os estágios (Brasil, 1949). Considerando que havia programação durante os seis dias semanais, essa carga horária contabilizava aproximadamente sete horas diárias de atividades curriculares.

Ademais, o documento em questão pertence à mesma aluna descrita nas *Fichas de Entrevista* anteriores, portanto, podemos mapear que ela iniciou suas atividades na Escola dia sete de março e o episódio descrito como uma suposta histeria ocorreu dia dezoito do mesmo mês, ou seja, durante a segunda semana de curso. Visualizamos a letra P marcada na Ficha nos primeiros dois meses indicando o início da fase *Preparatória* da formação. Portanto, “organizar os lençóis do leito do paciente”, dificuldade relatada pela aluna, fazia parte do currículo dessa etapa de aprendizagem. Talvez essa fase de adaptação às rotinas da Escola e ao sistema do internato, o grau de exigência solicitado pelo currículo e docentes, a pouca idade e não possuir experiência no atendimento hospitalar tenham sido fatores que colaboraram para uma sensação de esgotamento. O fato é que, aparentemente, o protocolo a ser seguido nesses casos se resumia na expulsão da aluna.

Desse modo compreendemos que a EAEN, enquanto instituição disciplinadora, buscou modelar a forma como as discentes deveriam se comportar e a aparência que deveriam demonstrar. Era necessário alinhar a “figura ideal” de estudante que deveria se tornar enfermeira e uma das primeiras maneiras de tentar operar esse projeto era estabelecer parâmetros com esses dispositivos de seleção e controle. Mesmo que de modo tácito, esses documentos e o discurso impresso neles criam um conjunto de normas caracterizadoras do campo enunciativo da formação em enfermagem da época. Percebemos que dentro da idealização da enfermeira e de suas atribuições de cuidado havia um determinado protocolo de existência, o qual definiu condições de silenciamento e autorizações de certas posturas e práticas.

Até aqui, evidenciou-se que o processo de reconhecimento e legitimação da Escola, ao alinhar-se ao modelo da Escola de Enfermagem Anna Nery e às normativas nacionais, a constituiu como um espaço autorizado de formação técnica e moral da enfermagem profissional em Natal. Por sua vez, ao analisar a transição do cuidado religioso para a enfermagem leiga, foi possível perceber que símbolos e discursos associados à vocação e à abnegação preservaram continuidades com a lógica caritativa e confessional, ainda que ressignificados em moldes institucionais e laicos.

Nesse mesmo movimento, os documentos de inscrição, a *Folha Confidencial* e a *Ficha de Entrevista* configuraram-se como práticas discursivas produtoras de normas, padrões e modos legítimos de ser profissional do cuidado no âmbito da EAEN. Esses registros operaram como dispositivos normativos que visavam conformar corpos obedientes às engrenagens do sistema disciplinar que os instituiu.

Desse modo, a formação das alunas mostrou-se sustentada por mecanismos rigorosos de seleção, vigilância e disciplina que ultrapassavam o ensino técnico e incidiam sobre a vida privada, os corpos, os afetos e as condutas das jovens, produzindo um ideal de enfermeira moralmente ilibada, dócil e funcional às demandas do trabalho hospitalar. Conjuntamente, esses indícios corroboram a tese de que o cuidado, operado pela EAEN, configurou-se como uma prática educativa.

4 OS CONTORNOS DO CUIDADO NA ENFERMAGEM: SUAS IMAGENS, SUAS VESTIMENTAS E SEUS RITUAIS

Estudar uma instituição educativa não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do seu passado, mas de vislumbrar um novo instrumento para uma compreensão da história da escola (Nosella; Buffa, 2013). Partindo do conceito ampliado de fonte de pesquisa discutido por esses autores, concordamos que a fotografia atua como material inestimável para investigar a história da educação e de instituições educativas. A imagem não apresenta toda a verdade, mas é um fragmento, um vestígio que deve ser compreendido como um acontecimento visual, podendo delinear determinado momento histórico (Didi-Huberman, 2012) ou, como no nosso caso, auxiliar na análise de discursos sobre uma Instituição ou uma profissão. Ela pode ser pensada individualmente ou associada a outros documentos. No nosso caso, as imagens a serem analisadas, e entendidas enquanto *enunciados*, fornecerão índices relativos ao cuidado como prática educativa na EAEN.

Nesta seção, direcionamos o olhar para a construção de uma imagem do cuidado que envolvia características estéticas, morais, técnicas e comportamentais empreendidas pela EAEN. Para problematizar a criação e educação de um corpo voltado para o cuidado analisamos o uniforme, os rituais religiosos, a sessão de recebimento das toucas e a cerimônia da colação de grau. Percebemos que as vestimentas se configuravam como um dos dispositivos centrais na constituição da identidade profissional da enfermagem. Ele atuou simultaneamente como marcador de gênero, moralidade e pertencimento institucional.

De mesmo modo, ao analisarmos tanto a recepção das toucas quanto a colação de grau, evidenciamos que esses rituais não se limitavam a marcar etapas formais da formação, mas operavam como dispositivos pedagógicos e políticos. Em ambos os momentos, o ritual produzia visibilidade, organizava hierarquias e fixava, no imaginário coletivo, determinadas verdades sobre o cuidado, a feminilidade e o exercício da enfermagem.

4.1 A IMAGEM DO CUIDADO: O UNIFORME COMO REPRESENTAÇÃO DA ENFERMEIRA

Assim como em outras instituições de ensino e de formação profissional, o uniforme desempenhou papel central na construção da imagem profissional da enfermagem. Ele diferenciava as alunas de outros profissionais e pessoas que trabalhavam no hospital, era uma maneira de marcar a presença do modelo anglo-americano de enfermagem caracterizando as discentes como “mulher-enfermeira de elevado padrão intelectual e moral” (Peres; Padilha, 2014, p. 113). As alunas representavam um ramo profissional no interior da classe trabalhadora³⁹, mas seu comportamento e vestimenta também faziam parte da simbologia da Escola. Havia, portanto, uma preocupação em manter uma identidade do grupo e da instituição.

Soares (2011), ao eleger as *roupas nas práticas esportivas* como objeto de análise, afirma que o vestuário de determinado grupo social é responsável por “uma educação do corpo e dos comportamentos associados ao modo de vestir-se, a um desejo de pertença, de partilha, mas ao mesmo tempo de isolamento, de individualização” (Soares, 2011, p. 22). O uniforme normaliza o comportamento das alunas a nível institucional, pois faz ele parte do currículo do curso, como também individualiza e aparta os indivíduos de outras áreas ao criar um comprometimento corporativo. Nesse sentido, o uniforme é um potente aliado na moldagem de comportamentos, gestos, hábitos e posturas (Peres; Padilha, 2014). Em uma análise foucaultiana, podemos dizer que o uso desse tipo de vestuário é um procedimento disciplinar cuja função principal é treinar e domesticar os corpos, não para destruí-los, mas para utilizá-los e adaptá-los a um sistema de controle (Foucault, 1987). Tomando a fotografia como discurso visual, podemos analisar algumas práticas e valores que estruturaram a formação das alunas na EAEN.

³⁹ Entendemos aqui como classe trabalhadora a população que vende sua força de trabalho para sobreviver. Para Saffioti (2013) essa mulher “não dispõe de tempo, dinheiro nem das possibilidades sociais e culturais que permitem à mulher da classe média cumprir o papel idealizado pela sociedade. Para ela, trabalhar fora e dentro de casa é uma necessidade, e não uma escolha” (Saffioti, 2013, p. 102).

Imagem 10 – Alunas no pátio da Escola de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Na imagem 10 apresentamos uma fotografia capturada em plano geral, no qual destaca-se onze alunas protagonistas do enquadramento, seus corpos aparecem da cabeça aos pés em um espaço de jardim, coberto por grama e plantas ornamentais ao fundo. Segundo indicações do Acervo da ESUFRN, o cenário do registro era o pátio do Hospital Miguel Couto, onde funcionava a EAEN ainda na década de 1950. É uma foto dotada de intencionalidade, pois ela é posada para o fotógrafo. As alunas olham para a câmera e esboçam sorrisos, em sua maioria com as mãos postas ao lado do corpo. A pose não possui muita elaboração, entretanto as mãos ao lado, o corpo reto, os pés juntos, conferem, mesmo com os sorrisos, uma certa seriedade à imagem.

O vestido utilizado pelas alunas era confeccionado em um tecido de finas linhas azuis e brancas, possuía mangas curtas e era fechado frontalmente por botões. Visualizando a Imagem 10, percebemos que a saia tinha um comprimento padronizado que, independentemente da altura da aluna, se dispunha levemente abaixo dos joelhos. Havia uso de meias brancas de cano médio e sapatos fechados também na cor branca que permitia a visão de um terço da perna das alunas. O uso do vestido de listras azuis e brancas constitui mais uma herança do modelo anglo-americano de enfermagem implantado no Brasil (Peres; Padilha, 2014). Entretanto o comprimento da saia foi adaptado às tendências da moda vigentes na década de 1950 e a

aspectos de ordem prática, evidenciados no encurtamento das saias, possivelmente em função do clima mais quente da região Nordeste.

Mesmo com essas alterações, há uma tendência de continuidade nos discursos criados nas roupas das alunas, sob a influência da Escola Anna Nery do Rio de Janeiro. O uniforme, sem dúvida, acompanha esse movimento e revela-se como um marcador de gênero. Ou seja, existia uma preocupação em criar um padrão e performar um *status* de enfermeira da Escola. Ao falar da diferença entre os uniformes femininos e masculinos para atividades físicas, Soares (2011) também esclarece a influência da moda sob o encurtamento das saias nos uniformes femininos:

Como peça específica dos uniformes escolares destinados às meninas e moças, as saias recobriam os corpos femininos com uma camada a mais de tecido sobre os calções e shorts, e foram moda mais ou menos até a década de 1960. Talvez o seu encurtamento desde a década de 1920 tenha sido mesmo uma das grandes revoluções em relação às roupas femininas (Soares, 2011, p. 80).

Ainda sobre as vestimentas da Imagem 10, nota-se o uso de mais dois elementos: o avental e a touca. Na cor branca, o avental, possui dois bolsos frontais, cada um na altura dos quadris (detalhe melhor visualizado na Imagem 11), era disposto por cima do vestido, como se ambos fossem complementares. Signo do higienismo médico-hospitalar, podemos afirmar que o avental é pensado como equipamento de proteção individual e defesa contra agentes contaminantes em atividades hospitalares. A cor branca, inclusive, reforça esse dispositivo, ao ser introduzida no espaço hospitalar juntamente com condutas de antisepsia. Ela substitui o tecido escuro usado nos hábitos das freiras, pois um vestuário claro podia ser rapidamente identificado como limpo (Peres; Padilha, 2014).

Imagem 11 – Uniforme das alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Entretanto, não podemos deixar de pensar o avental como um símbolo do trabalho doméstico e de subalternidade (Gonçalves, et. al., 2023). Mulheres aparecem como protagonistas do trabalho doméstico e do cuidado, seja no trato com as crianças e idosos, seja no caso de dependentes no seio da família (Guimarães; Hirata, 2020). Apesar de essencial, diversas vezes essas atividades não são consideradas trabalho e, portanto, são desprovidas de remuneração. Relativamente à construção social e histórica da enfermagem, percebe-se que essas subjetivações foram fruto de algumas relações de poder coercitivas. A profissão tradicionalmente feminina e ligada às casas de caridade é permeada de enunciados que atravessam e influenciam sua formação até hoje, como por exemplo: doação, desvalorização e cuidado por amor.

Por fim, a touca desponta como signo maior do uniforme das alunas enfermeiras. Também em cor branca e com aba arredondada, a touca é feita em material mais rígido e presa sob os cabelos das alunas. Tornando nítida a estratégia de formação de uma identidade profissional, a touca simbolizava a vocação da profissão, o compromisso e a responsabilidade com o cuidado e atendimento assistencial (Gonçalves et al., 2023). Entretanto, esse elemento só era utilizado após as alunas cumprirem o bloco de aulas pré-clínicas, após seis meses o ingresso na instituição⁴⁰. Para tanto, havia um ritual de recepção das toucas, assunto a ser tratado na próxima subseção desta pesquisa.

Ao modelar ações e criar hábitos e posturas, há uma dialética constante entre o individual e coletivo, transpondo a disciplina institucional para além dos muros da escola, uma vez que o vestuário era visível e a acompanharia aonde fosse. As vestimentas da enfermeira, então, ganham conotação iconográfica com o uso do vestido, do avental e da touca, simbolizando submissão a uma ética e estética profissional. Nessa regularidade discursiva, a limpeza e a boa aparência também passavam pela educação do corpo, também era uma maneira de normalização e homogeneização das alunas.

Esses corpos que representavam a EAEN, não poderiam ser adoecidos e de aspecto descuidado, pois as alunas seriam um exemplo para sociedade natalense. O uniforme, então, era complementado por outros elementos como o cabelo, as unhas e ausência de maquiagem e adornos, à exceção de relógio analógico no braço esquerdo.

Rossi (2001), ao descrever sua socialização na Escola de Enfermagem do estado do Rio de Janeiro em 1954, afirma que “só seriam permitidas pinturas no rosto e nas unhas se fosse algo bem discreto como uma pintura ou esmalte leve, natural” (Rossi, 2001, p. 15). Sobre essa exigência podemos pensar em duas possibilidades: a primeira diz respeito a aspectos higiênicos e assépticos, pois a maquiagem poderia conter partículas ou resíduos contaminantes de áreas estéreis e a segunda possibilidade seria a influência de resquícios religiosos e conventuais de se evitar a vaidade. Em relação os cabelos, consideramos a fala de Oscarina (2024) para entender melhor a Imagem:

A gente orientava também, prender os cabelos, né? Porque a medida que você baixa a cabeça, você vai fazer alguma atividade, se os cabelos estiverem soltos e forem grandes, eles caem sobre o paciente. Teve uma época que a gente

⁴⁰ O curso auxiliar de enfermagem durava 18 meses e era composto por um bloco básico de aulas teóricas e laboratoriais. Após seis meses de aulas, as alunas aprovadas nas disciplinas, começavam a desenvolver suas atividades no hospital.

utilizava até uma redinha. Uma redinha assim que prendia os cabelos. A gente comprava no comércio essas redinhas transparentes que prendiam os cabelos assim não caíam (Oscarina, 2024).

À orientação para prender os cabelos aparece também como uma medida técnica, vinculada às noções de higiene e segurança do paciente. O argumento “se os cabelos estiverem soltos e forem grandes, eles caem sobre o paciente” reforça o discurso biomédico e hospitalar. No entanto, essa justificativa técnica pode ser entendida, assim como a maquiagem, como uma maneira de regular a feminilidade das alunas, evitando que traços associados à vaidade, sensualidade ou desordem invadam o espaço escolar e hospitalar. As mesmas justificativas podem ser pensadas para a ausência de adornos, com exceção do relógio de pulso, uma vez que esse não se configura como adereço, mas compõe o uniforme da enfermeira em virtude do uso, nas atividades dos cuidados prestados, por exemplo, para a mensuração do pulso, respiração e controle de gotejamento do soro (Simiele, et. al, 2014). Percebemos, então, que várias dessas solicitações convertem as práticas cotidianas em obrigação institucional.

Portanto, não podemos negar que a institucionalização da enfermagem na EAEN, apesar de ter se apresentado a partir de um processo de laicização, não implicou uma ruptura total com o universo religioso, que historicamente sustentou o cuidado. Ao contrário, observa-se a permanência de enunciados que transitam do campo religioso para o educacional, sendo reconfigurados sob novas formas de regulação moral e disciplinar. Como propõe Foucault (2008, p. 119). “o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”.

Os enunciados não necessariamente se extinguem com a mudança das instituições, mas podem se manter ou se reorganizar em outras formações discursivas. Nesse sentido, o vestido, o avental e a touca, embora desvinculados formalmente do hábito religioso, mantêm uma gramática simbólica associada à modéstia, à obediência e à abnegação, valores relacionados a uma ética cristã do cuidado. O uniforme opera preservando regularidades que atravessam diferentes campos sociais, produzindo uma continuidade discursiva que redefiniu, sem romper, os sentidos atribuídos ao corpo feminino e à prática do cuidar.

Essas delimitações estabelecem o que Michel Foucault denominou, no livro *A Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, de efeito de raridade discursiva. Para o filósofo, o discurso é elaborado a partir de um sistema limitado que define o que pode ser verbalizado e

dito em determinado tempo e espaço. Para esse momento, era necessária uma profissão feminina, com todos seus encargos e *status* de subalternidade, que auxiliasse o profissional médico nas atribuições hospitalares. Contudo, como já elaboramos na seção anterior, essa profissão deveria permanecer dentro de um parâmetro de moralidade para mulheres regido pela década de 1950 e ser uma extensão do trabalho do cuidado doméstico. É uma mulher que está dentro do campo trabalho remunerado, mas que ainda atende a normas e relações de poder por meio de códigos de conduta, discursos de moralidade e uma hierarquia fortemente marcada pelo gênero

Inclusive, essas regulações perpassam pelo desenvolvimento do cuidado. Atravessada pela ideologia cristã e pelo modelo biomédico, o cuidado é parcializado, fragmentado e coisificado. Um olhar sobre a estrutura curricular permitiu perceber que disciplinas como Anatomia, Patologia, Microbiologia, Doenças Transmissíveis, Clínica Médica e Cirúrgica, Noções de puericultura, Higiene e Pré-natal, Noções de Pediatria e Educação Sanitária, imprimem a marca da fragmentação reducionista mecanicista do referencial cartesiano, desconsiderando a humanidade do corpo. Ao profissionalizar-se pela via do modelo médico, a enfermeira conhece o corpo através da representação anatômica do esqueleto e pela patologia que o acomete (Silveira, Gualda, 2003).

Em um processo de docilização, o poder disciplinar, como assinala Foucault, opera sobre os corpos ao transformá-los em instrumentos úteis e controláveis, pois faz do corpo das alunas “por um lado, uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (Foucault, 1987, p. 165). Nesse movimento, as futuras enfermeiras eram submetidas a sucessivas transformações e aperfeiçoamentos que orientavam seu aprendizado para o trabalho do cuidado.

Em outras palavras, um processo formativo marcado pela subordinação, no qual as alunas aprendiam a servir ao doente, ao médico e à instituição hospitalar (Collière, 2012), por meio de práticas conduzidas por rotinas e pela rigorosa organização de tarefas prescritas. Não por acaso, havia uma ênfase significativa nos treinamentos voltados ao ambiente hospitalar. Ainda no ciclo básico, como evidenciam alguns documentos analisados, as alunas já eram inseridas no campo prático (Imagem 12), e a avaliação do aprendizado ocorria tanto por meio de provas escritas, referentes aos conteúdos teóricos, quanto por provas práticas.

Imagem 12 – Alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem em Laboratório de aulas práticas



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Mesmo que os atores da Imagem 12 não estejam olhando diretamente para a lente da câmera, percebemos que a fotografia faz parte de uma performance. As alunas simulam o procedimento de punção de acesso venoso periférico⁴¹ para a infusão de soro fisiológico. Identificamos uma pessoa deitada, possivelmente outra aluna, pois era (e ainda é) muito comum o revezamento de alunos no papel de paciente para simulações de atendimento assistencial. Em pé, há cinco pessoas, dois homens e uma mulher que observam o procedimento, enquanto uma discente encena a técnica de puncionar a veia da suposta paciente. Ao passo que, outra aluna segura o equipo⁴² para passagem do soro fisiológico. Não sabemos se os homens eram alunos

⁴¹ Procedimento de inserção de cateter em veias periféricas nos membros inferiores ou superiores, com a finalidade de permitir a infusão de fluidos ou medicação. À época, a maioria dos acessos utilizava agulhas em aço inoxidável que eram afiadas à mão, esterilizadas e reutilizadas diversas vezes.

⁴² Dispositivo em formato de tubo fino constituído por material plástico e desenvolvido para administração de medicações e soluções via venosa por meio gravitacional, como por exemplo, soro fisiológico.

da Escola ou funcionários/atendentes do hospital, mas as discentes são identificadas pelo uso do uniforme.

As vestimentas, inclusive, são as mesmas descritas nas Imagens 10 e 11, entretanto, podemos visualizar o uniforme com mais detalhes, pois agora a fotografia encontra-se em plano americano. Também chamado de plano três quartos, seu principal diferencial é a aproximação dos protagonistas, e destaque do enquadramento seccionando as pessoas a partir da altura do joelho ou coxa até a cabeça. As alunas seguem o padrão de vestimenta exigido pela Escola, trajando o vestido, avental e touca. As duas discentes em destaque possuem cabelos curtos, enquanto a da esquerda possui cabelo repartido lateralmente e franja presa atrás da orelha, a da direita mantém os fios levemente vincados, com penteado típico da década de 1950.

O ambiente da fotografia é o laboratório de aulas práticas, localizado no Hospital Miguel Couto. Na Imagem 12, identificamos uma cama branca tipo leito hospitalar e rouparia completa, pois percebe-se o colchão forrado, o travesseiro com fronha e um lençol cobrindo a “paciente”. Ao lado do leito, complementando a mobília, há uma espécie de cômoda do mesmo estilo da cama. Ela, no momento do registro, serve de apoio para uma bandeja de preparo, aparentemente em aço inoxidável, onde mantêm-se os materiais necessários à punção.

Notamos na parede um quadro com uma figura da estrutura interna de um tronco humano, todavia, a representação anatômica não é tradicional. As estruturas, órgãos e sistemas são representados por engrenagens remetendo o corpo humano a uma máquina. Ainda no cartaz identificamos a inscrição “Pravaz Recordati – Labotatórios S. A.”, indústria farmacêutica ítalo-brasileira lotada no estado de São Paulo (*Diário da Noite* (SP), 14 jul. 1960, p. 49). Essa representação possui forte influência do pensamento de Descartes sobre o funcionamento do corpo humano. Segundo o filósofo, analogamente a um autômato, o corpo funcionaria sob os princípios físicos da Mecânica Clássica, assim, os seus órgãos e fluidos seriam uma máquina hidráulica (Nóbrega, 2009). Considerando esse quadro um enunciado, podemos vislumbrar que a compreensão de corpo apresentada pela Escola carregava essas concepções, entretanto concordamos com Nóbrega (2009), ao afirmar que “tradição cartesiana ignora a complexidade do homem e reduz a aprendizagem em função do aspecto lógico, relegando a planos inferiores a corporeidade e a motricidade” (Nóbrega, 2009, p. 83.)

Dentro da idealização da enfermeira e de suas atribuições de cuidado havia um determinado protocolo de existência, o qual definiu condições de silenciamento e autorizações de certas posturas e práticas. A imagem da aluna-paciente no leito sendo cuidada por duas enfermeiras é o ímpeto do cuidado do outro, uma expressão da prática de velar, confortar,

consolar e estar disponível para servir o doente ou o necessitado. Contudo essa atividade, durante a década de 1950, era permeada também por novas organizações dos cuidados, a enfermeira profissionaliza-se pela via do modelo biomédico e conhece o corpo através da representação anatômica do esqueleto e pela patologia que acomete o doente (Lunardi Filho, 2000).

O culto da eficiência fez com que as práticas de enfermagem ganhassem nuances reforçadas pela introdução de tecnologias (Waldow, 2012), como os dispositivos para o soro presentes na imagem, e também pela presença da indústria farmacêutica. O quadro fixado na parede é um enunciado que nos remete ao corpo-máquina, corpo-objeto da Idade Moderna, mas também à *Instrumentalização racional do corpo* (Gleyse, 2018) que atravessará as *epistemes* dos séculos seguintes. Nessa imagem, a tecnologia assume papel central na definição do que é o corpo, que agora se apresenta como mecanismo eficiente, preciso e controlável, ou seja, “um corpo onde a animalidade, a ‘natureza’, é substituída pela máquina e pela tecnologia, doravante fortemente identificatória” (Gleyse, 2018, p. 264).

Assim, percebemos que o uniforme se configurou como um dos dispositivos centrais na constituição da identidade profissional da enfermagem. Ele atuou simultaneamente como marcador de gênero, moralidade e pertencimento institucional, articulando elementos do modelo anglo-americano, exigências do hospital moderno e permanências simbólicas do campo religioso. Nesse sentido, a laicização da instituição não suprimiu esse imaginário confessional, mas o ressignificou por meio de novos códigos morais e disciplinares.

Ainda nesse interim, destacamos que a análise das imagens, compreendidas como discursos visuais, evidenciaram seu papel na produção de regimes de verdade voltados à legitimação de um determinado modelo de cuidado e da figura ideal da enfermeira. A partir delas, percebemos que as vestimentas integravam, ainda que de forma tácita, o currículo formativo e operavam de modo semelhante e complementar às disciplinas e dos documentos oficiais. Esse conjunto de normas, portanto, contribuiu para a conformação de um corpo treinado, disciplinado e reconhecido institucionalmente como apto ao exercício profissional do cuidado.

4.2 SESSÃO SOLENE DE RECEPÇÃO DAS TOUCAS: ENTRE VOCAÇÃO E DISCIPLINA

Antes de iniciarem no módulo prático hospitalar do curso, após seis meses de ingresso, as alunas assumiam o compromisso com a profissão por meio da *Sessão Solene de Recepção das Toucas*. O evento configurava-se em um rito de iniciação e possuía grande significado para as alunas que atingiam este nível formativo. Representava não só a conquista, o vínculo e a responsabilidade destas com a enfermagem, mas também o êxito que alcançavam junto à sociedade. Dada a importância da solenidade, a imprensa que circulava na época em Natal, anunciou o feito, conforme podemos observar no trecho da notícia publicada no jornal *O Poti*:

Imagem 13 - Recepção de toucas pelas alunas da Escola de Enfermagem de Natal



Fonte: *O Poti*, 25 abr. 1956, p. 8.

No enunciado: “A turma formada de 14 senhoritas e senhoras já alcançou o nível para recepção das toucas, o que significa não só a vitória que as alunas vêm obtendo, porém o êxito que o curso vem alcançando em nosso meio que há muito o exigia” (*O Poti*, 1956, p. 8), percebe-se uma clara marcação linguística entre os termos “Senhoritas” e “Senhoras”, demonstrando uma preocupação dos periodistas em destacar o estado marital dessas mulheres. Afirmar que havia solteiras e casadas entre as alunas, reforça as questões patriarcais sobre o

corpo feminino na década de 1950, que deliberadamente vivia sob a observação e escrutínio da sociedade. Nomear o estado civil aparece como um mecanismo de classificação moral, que informa à coletividade que aquelas mulheres, embora inseridas no espaço público do trabalho e da formação profissional, permaneciam inscritas nos parâmetros da feminilidade socialmente aceitável. Nesse sentido, a escola se incumbia “de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos de outros [...]” (Louro, 2018, p. 61).

Para mulheres oriundas de camadas médias ou populares, a formação em enfermagem podia representar uma via legítima de mobilidade social, ainda que limitada e condicionada. O acesso à EAEN, o uso do uniforme e, sobretudo, o recebimento da touca conferiam distinção simbólica, funcionando como um selo de “virtudes morais e profissionais, como humildade e competência” (Peres; Barreira, 2003, p. 35). Esses elementos autorizavam a atuação profissional da aluna no espaço hospitalar, mas também a protegia moralmente diante da exposição pública do trabalho feminino fora do lar.

Em paralelo, o emprego dos substantivos “vitória” e “êxito” denotam simultaneamente o desempenho individual das alunas e a legitimação social da própria Escola, apresentando-a como uma resposta bem-sucedida a uma demanda pela formação profissional em enfermagem. Nesse sentido, a notícia atua como um enunciado que produz reconhecimento público, atribuindo prestígio à instituição e ao modelo de formação que ela adotou. Como assinala Foucault, os discursos não se limitam a nomear ou descrever realidades, mas funcionam como práticas que “formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 55), convertendo o recebimento da touca em uma evidência concreta do progresso, da utilidade social e da legitimidade da EAEN no cenário natalense.

A notícia extrapola o âmbito escolar e reafirma, perante a sociedade, a produção de um corpo profissional reconhecível e digno de confiança. Em outras palavras, o discurso jornalístico produz uma verdade sobre a formação das auxiliares na EAEN. A Imagem 14, ao registrar esse momento solene, permite aprofundar a análise dessa celebração como prática simbólica e disciplinar.

Imagem 14 – Sessão solene de Recepção de Toucas



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

A fotografia, enquadrada em plano americano, captura o instante preciso em que a touca é colocada sobre a cabeça da aluna, fixando visualmente o ápice do ritual do seu recebimento. A discente aparenta conter a respiração, em um gesto de tensão, enquanto isso a mulher responsável por impor a touca exibe um sorriso largo, indicando uma espécie de assimetria simbólica entre quem concede e quem recebe a distinção. À direita da cena, observa-se a presença atenta da professora-enfermeira Maria de Lourdes Lopes, primeira diretora da EAEN, durante o período de 1955 a 1957, cuja posição reforça o caráter institucional e hierárquico do ritual.

No que se refere à indumentária, a vestimenta da discente se difere discretamente daquele observado nas fotografias analisadas na subseção anterior. Embora a aluna continue trajando vestido e avental, ambos são integralmente brancos, em contraste com os vestidos listrados utilizados no cotidiano das aulas. Essa distinção, principalmente cromática, sinaliza a existência de uma roupa específica para atos solenes, reservada a momentos de consagração institucional, nos quais a pureza, a assepsia e a moralidade são visualmente reforçadas pelo branco. Em outros termos, a escolha do branco pode reforçar a produção de uma imagem idealizada da futura profissional, associando cuidado, limpeza e decoro.

Como elemento novo introduzido na cena, destacamos, no lado esquerdo do avental, à altura do peito, a presença de um pequeno broche, possivelmente uma insígnia recebida durante a solenidade. Esse objeto, embora discreto, complementa o vestido, a touca e o avental na construção visual da aluna. Infelizmente não encontramos nenhuma imagem ou descrição a respeito do broche que integrava essa vestimenta solene na EAEN. No entanto, Peres et al. (2022), ao analisarem os uniformes da Escola de Enfermagem Hermantina Beraldo, criada em 1946 em Minas Gerais, indicam que essa peça também era entregue às alunas mineiras e ela apresentava o formato do símbolo institucional da escola. Diante disso, é plausível supor que o broche utilizado na EAEN poderia ter configuração semelhante ao símbolo apresentado na Imagem 1, analisado na seção três desta pesquisa.

O cabelo da discente é curto, encontra-se repartido lateralmente, seguindo um penteado característico da década de 1950. Ela não usa adornos, com exceção do broche institucional e do relógio analógico localizado no pulso esquerdo. A postura corporal, com os braços posicionados à frente do corpo e as mãos espalmadas na altura do quadril, sugere uma suspensão do movimento, como se a discente estivesse momentaneamente paralisada para atender às exigências do registro fotográfico. Percebemos que o corpo da aluna não é apenas fotografado, ele é reconhecível como corpo escolarizado, disciplinado e elegível. Assim, o gesto contido, a postura controlada e a ausência de adereços remetem àquilo que Louro (2018) descreve como marcas corporais duráveis da escolarização que:

[...] se inscreviam, assim, nos corpos dos sujeitos. Por vezes isso se fazia de formas tão densas e particulares que permitia — a partir de mínimos traços, de pequenos indícios, de um jeito de andar ou falar — dizer, quase com segurança, que determinada jovem foi normalista, que um rapaz cursou o colégio militar ou que um outro estudou num seminário. (Louro, 2018, p. 66).

Voltando à imagem, observamos que a diretora da Escola já se apresentava usando a touca, fato que a localiza como autoridade certificadora e legitimadora do ritual. Sua presença é protocolar e profundamente simbólica, pois materializa a instância institucional que autoriza a passagem da aluna para um novo *status* dentro da formação. Além disso, a diretora veste uma roupa branca acompanhada de uma murça, igualmente branca, sob os ombros, elemento que também reforça sua distinção hierárquica e a aproxima de uma figura quase que sacerdotal dentro da cerimônia. A terceira mulher presente na cena, possivelmente está desempenhando o papel de madrinha, é quem coloca a touca sobre a cabeça da aluna, semelhantemente a um

processo de coroação. Esse gesto também nos remete a práticas ritualísticas atuais como as cerimônias do jaleco dos cursos da área da saúde, em que padrinhos e madrinhas vestem seus afilhados em um processo de validação que engloba a família, a instituição e a sociedade.

Tomando por base os estudos foucaultianos, podemos dizer que a cerimônia da touca era uma prática disciplinar. Ela estabelece uma hierarquia simbólica, na qual as alunas tornam-se legitimadas pelas autoridades institucionais, como percebemos pela anuência da diretora da Escola presente na entrega da touca. Assim, a Imagem 14 captura a dinâmica de poder exercido pela solenidade, evidenciando como a instituição mantém os corpos dóceis e aperfeiçoados (Foucault, 1987) através de uma prática ritualizada.

Diferentemente da aluna que iniciava o curso, a discente que recebia a touca carregava a simbologia da competência. A jovem passava para uma nova fase da sua atividade escolar e de trabalho, já que agora ela cursaria as disciplinas práticas dentro do hospital. Assim, o recebimento da touca simboliza que a aluna se tornou discípula de *Florence Nightingale*⁴³ e que estava habilitada para desenvolver atividades práticas sob os moldes da Enfermagem Moderna. Para verificar melhor esse movimento e demonstrar que o processo de expansão das Escolas de Enfermagem no Brasil ocorria sob os mesmos preceitos, apresentamos a análise realizada por Gonçalves et al. (2023) a respeito da Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo (EERHL), criada na década de 1940 no Rio de Janeiro:

Após a aprovação do período pré-clínico as alunas ingressavam efetivamente na Escola, e ocorria um ritual de recepção de toucas e insígnias com a presença de familiares e membros da Escola. A partir deste momento elas passavam a usar o uniforme hospitalar nas aulas e estágios, em cumprimento ao regulamento institucional da EERHL. Eis aqui um efeito simbólico do uniforme, qual seja, anunciar o que a aluna deveria ser, como resultado da inculcação de uma postura discreta e homogênea, evidenciada na vestimenta e na maneira de usar o corpo, especialmente por meio da economia de gestos, postura discreta e olhares decentes. (Gonçalves et al., 2023, p. 3).

A presença de familiares e membros da Escola na cerimônia amplia o alcance do ritual, deslocando-o do âmbito interno da instituição para a esfera pública e social. Ele se configura, portanto, como um rito que legitima a aluna diante da Escola ao mesmo tempo em que produz reconhecimento social, tornando visível a nova identidade que passa a ser incorporada pela aluna. Consequentemente, ao entrarem no campo de aulas práticas, inaugura-se um regime mais

⁴³ Fundadora da Enfermagem Moderna.

intenso de vigilância e normalização, no qual a aluna passa a representar de modo mais efetivo a Escola em espaços externos, como o hospital.

Além disso, a cerimônia da touca marca a própria trajetória da aluna na enfermagem. Sua identidade era internalizada em um exercício de construção de imagem pensado para ser visto e conservado, criava-se um pequeno lugar de memória. Utilizamos das palavras de Peres e Barreira (2003), para reforçar que a touca, enquanto parte do uniforme e do imaginário da enfermeira, era uma forma de manter uma conduta exemplar “simbolizando virtudes espirituais, morais e profissionais como: humildade, competência, abnegação e altruísmo” (Peres; Barreira, 2003, p. 35). Dessa forma, as alunas sabiam que, depois desse momento e durante o novo período de aprendizado, elas seriam interpeladas a adotar posturas consideradas dignas e competentes, pois elas estariam profissionalmente autorizadas a cuidar do outro.

Nesse ponto, entendemos que a captura da fotografia atua como mecanismo que prolonga os efeitos desse ritual disciplinar. Ao fixar o instante exato da imposição da touca, a imagem transforma um gesto efêmero em um acontecimento durável, passível de circulação, arquivamento e reatualização contínua. Como assinala Michel Foucault, “a visibilidade é uma armadilha” (Foucault, 1987, p. 224), pois tornar-se visível implica submeter-se a um campo de observação permanente que pode produzir efeitos de autocontrole e conformação.

Pensando sobre isso, constatamos que a imagem é cuidadosamente enquadrada. Temos a aluna em posição central, a autoridade institucional à direita e a agente que dispõe a touca à esquerda, produzindo uma cena ordenada, na qual cada corpo ocupa um lugar preciso e reconhecível. A fotografia nos ensina a ver, ela orienta o olhar sobre como deve ser o corpo da aluna de enfermagem, quais gestos são permitidos, quais emoções podem ser exibidas e quais devem ser contidas. Assim, o corpo é investido por relações de poder que “o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (Foucault, 1987, p. 29). Ou seja, a contenção corporal visível na imagem, como a postura ereta, os gestos mínimos e a economia das expressões, evidencia a incorporação dessas exigências disciplinares.

Diante disso, a leitura de Didi-Huberman permite compreender que a imagem carrega um excesso de sentido que ultrapassa o visível imediato. Para o autor, “ver é sempre perder alguma coisa” (Didi-Huberman, 2010, p. 34), e o que se perde, nesse caso, são os movimentos possíveis e as emoções não autorizadas. O corpo paralisado na imagem silencia o esforço disciplinar necessário para produzir essa postura, apagando o processo em favor do resultado. Contudo, é justamente nesse apagamento que a imagem se torna reveladora. Ao congelar o

corpo feminino em um estado de contenção exemplar, a fotografia indica a intensidade do controle exercido sobre o corpo das discentes, revelando a eficácia de regime pedagógico. Assim, as imagens “mostram sempre mais do que acreditam mostrar” (Didi-Huberman, 2013, p. 52) e, por essa razão, a fotografia da aluna no momento do recebimento da touca revela, em suas fissuras, o exercício de um poder que se torna visível justamente para melhor se interiorizar.

É a partir dessa chave interpretativa que se torna possível compreender alguns deslizamentos religiosos presentes na sessão de recebimento da touca. Do mesmo modo que a touca constitui uma herança simbólica das vestimentas das irmandades religiosas, o ritual de seu recebimento remete diretamente às cerimônias de vestição das freiras noviças, nas quais o uso do hábito marca a passagem para uma nova condição institucional e identitária.

Nessa etapa formativa, a aspirante abandona a roupa do “mundo” e adota uma vestimenta conventual, gesto que simboliza a ruptura com uma identidade anterior e a adesão a um novo regime de vida. Inclusive, em algumas congregações, a noviça ingressa na Igreja vestida de noiva, com uma coroa de flores sob sua cabeça, simbolizando o casamento com Cristo, e, no momento da consagração, troca essas vestes por um hábito composto por túnica, escapulário e véu. O véu, ao ocultar os cabelos, tradicionalmente associados à feminilidade, opera como marca de distinção, sinalizando que aquele corpo se tornou oficialmente parte de uma comunidade religiosa, regulada por normas morais, disciplinares e espirituais. A partir da vestição e do ingresso no noviciado essa mulher assume um compromisso que reorganiza sua identidade e sua visibilidade social.

As aproximações entre esses rituais, ainda que provenientes de campos enunciativos distintos, convergem para a compreensão do papel das vestimentas e das cerimônias na educação do corpo. Se a recepção do hábito marca a entrada em uma vida conventual e a assinatura de um compromisso com a Igreja, a indumentária funciona como signo visível desse compromisso, lembrando diariamente à freira sua escolha e tornando-a reconhecível perante a sociedade. De modo análogo, o recebimento da touca constitui um rito de iniciação na enfermagem, pois a aluna assume publicamente um compromisso simbólico com as práticas do cuidado e com os valores da instituição.

Apesar dessa adesão não se configurar como um vínculo trabalhista formal, sustentado por garantias institucionais, o pacto estabelecido na cerimônia opera sobretudo no plano simbólico e imagético. A aluna não assina um contrato, mas é publicamente incumbida de uma responsabilidade que passa a regular sua conduta futura. Ao vestir a touca, ela começa a

representar o coletivo da profissão, incorporando expectativas morais, técnicas e comportamentais que, à época, associava-se à dedicação integral e à disponibilidade permanente, mesmo em contextos de aprendizagem. Essa forma de adesão ao trabalho do cuidado, na qual a entrega, a abnegação e a dedicação são moralmente valorizadas, tende a operar em detrimento do reconhecimento material e financeiro, contribuindo para processos históricos de desvalorização do trabalho feminino na enfermagem.

Nesta subseção, a cerimônia da recepção das toucas foi analisada como um dispositivo pedagógico, ritual e visual que articulava formação profissional, disciplinamento corporal e produção de subjetividades femininas. Ao ultrapassar sua dimensão meramente comemorativa, o ritual revelou-se como prática de poder que instituía hierarquias, regulava gestos e posturas e inscrevia simbolicamente as alunas em um regime moral de dedicação, obediência e abnegação. A análise das imagens evidenciou como a touca operava simultaneamente como marcador de pertencimento institucional, herança de tradições religiosas e substituto simbólico de um vínculo contratual inexistente, antecipando no espaço formativo a lógica de responsabilização individual típica do trabalho do cuidado.

4.3 A COLAÇÃO DE GRAU: RITUAL, PODER E VISIBILIDADE

Ao finalizar todas as disciplinas teóricas e práticas, as alunas estavam aptas a receber os certificados de conclusão. Entretanto, a EAEN só obteve o reconhecimento oficial do Ministério de Educação e Cultura no ano de 1960 (Gomes, et. al, 2006), fato que provocou um considerável atraso na entrega de certificados das turmas iniciais. Dessa forma, em 1961, organizou-se a primeira colação de grau da Escola e diplomação das alunas que até então tinham finalizado o curso.

Mais uma vez em um processo de legitimação e êxito da EAEN, o evento foi divulgado na imprensa local, em jornais como: *A Ordem*, *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte*. Todos fizeram referência à missa de Ação de Graças e à entrega dos certificados que ocorreu na *Escola Doméstica de Natal*, conforme notícia abaixo:

A turma concluinte, que é composta de 47 enfermeiras, escolheu como patrono o Magnífico Reitor da Universidade, Dr. Onofre Lopes e Parainfa a Enfermeira Marina de Andrade Rezende, Assistente Técnica. Foi escolhida

como Oradora a concluinte Sebastiana de Moura. O programa para hoje é o seguinte: às 8 horas foi celebrada uma Missa em Ação de Graças na Capela do Hospital Miguel Couto. Às 20 horas, terá lugar, a entrega solene dos certificados, no salão de Honra da Escola Doméstica (*A Ordem*, 20 de maio de 1961, Acervo da Escola de Saúde da UFRN).

Assim como na sessão da recepção das toucas, a notícia jornalística a respeito da entrega dos diplomas funciona como um alicerce discursivo que produz verdade sobre a formação em enfermagem. Afinal, como aponta Foucault, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções” (Foucault, 1984, p. 10). Ao estabelecer quais práticas merecem ser celebradas, tornadas visíveis e fixadas no imaginário social, esses discursos operam dentro de um regime que legitima determinados valores, comportamentos e modos de ser enfermeira, silenciando outros possíveis.

Conforme a notícia, a programação da cerimônia de conclusão evidencia um ritual estruturado em dois tempos distintos, mas claramente articulados: o religioso, representado pela Missa em Ação de Graças, e o institucional, materializado pela entrega solene dos certificados. A realização do ato litúrgico (Imagem 15), celebrado na capela do Hospital Miguel Couto e antecedendo a entrega solene dos certificados reforça, o que já atestamos anteriormente, que o campo religioso cristão-católico permanecia operando como instância legitimadora da profissão. O ritual não se inicia na escola ou em um espaço exclusivamente acadêmico, mas no ambiente hospitalar sacralizado, onde o cuidado se associa à ideia de missão, serviço e entrega ao outro.

Imagem 15 – Missa de ação de Graças à Entrega de Certificados das turmas concluintes da Escola de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

A Imagem 15 é uma fotografia da Capela⁴⁴ do Hospital Miguel Couto. O registro foi realizado aparentemente no altar e ao lado direito do padre de modo a captar tanto o sacerdote quanto a igreja de maneira diagonal. Em destaque, visualizamos o presbítero regente em posição de celebração do ato litúrgico. Ele veste uma casula, indumentária sacerdotal utilizada geralmente aos domingos e nas solenidades e festas litúrgicas. Em frente a ele, considerando a visão lateralizada do fotógrafo, apresentam-se as alunas da EAEN. Todas usam um vestido branco de botões frontais e calçados fechados também brancos de salto baixo. Presas nos cabelos, repousam as toucas, representação maior da profissão. Nas primeiras fileiras visíveis do registro, observamos que as moças estão na mesma posição em pé. A esquerda da imagem, as alunas apresentam-se com as mãos parcialmente levantadas dispostas à frente de seu tronco, postas em cima da parte superior do banco da frente. Já as alunas à direita da fotografia mantêm

⁴⁴ A Capela de Sant'Anna, situada nas dependências do Hospital Onofre Lopes, preserva ainda hoje parte significativa de sua arquitetura e de sua configuração original. Atualmente, encontra-se vinculada à Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, localizada no bairro de Areia Preta, em Natal. (Arquidiocese de Natal, 2022).

as mãos juntas à frente do corpo. Algumas delas olham para o altar e outras estão com a cabeça levemente abaixada, mas todas parecem estar em ato de contrição e resignação.

Diferente da disposição convencional das igrejas, que possuem entrada em frente ao altar, a capela apresenta três portas laterais, uma delas ao lado do altar (à esquerda do padre), condição que só permite seu acesso pelas dependências do Hospital. A perspectiva do fotógrafo registrou uma lateral completa da igreja, onde identificamos seis quadros que possivelmente representam o caminho que Jesus fez até a crucificação, a *Via Crucis*, obras comumente expostas em igrejas católicas. Além das amplas janelas, a igreja possui pé-direito alto com a presença de *oculus*, pequenas janelas circulares características da arquitetura clássica, que conferem ventilação e iluminação natural para o ambiente. O piso cerâmico quadriculado, com lajotas pretas e brancas, se faz presente na área onde os bancos estão dispostos, região denominada *nave* pela arquitetura litúrgica. Já no corredor central da capela há um revestimento também em preto e branco, mas com figuras geométricas menores que, sem muito rigor, lembram o mosaico de Burle Marx do calçadão de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro.

A Missa de Ação de Graças é uma celebração cristã-católica realizada em agradecimento a uma bênção recebida, nesse caso a entrega dos certificados de conclusão no ano de 1961. Esse movimento confirma que a laicização institucional não implicou a eliminação do imaginário religioso, mas sua tradução em novas formas rituais e discursivas. Ou seja, cruzamento entre o campo discursivo religioso e educacional, uma vez que a cerimônia representa a influência que a Igreja Católica possuía na Instituição, não só pelo ato litúrgico, mas também pela representatividade da celebração para Escola e formandas. Ela também se configura como uma prática disciplinar e a perpetuação de um discurso institucional de compromisso e temor a Deus pelas formandas.

No segundo tempo da celebração, conforme informações do jornal, às vinte horas do mesmo dia, as alunas foram recepcionadas no Salão de Honra da Escola Doméstica e lá receberam seus certificados, marcando a transição definitiva das alunas para a condição de profissionais reconhecidas. Nesse momento, o discurso religioso cede lugar à formalização institucional, mas sem anular o primeiro.

Nesse contexto, a escolha de uma enfermeira como paraninfa assume um papel central na engrenagem da cerimônia. Essa figura feminina atua como mediadora simbólica entre a instituição formadora e as alunas concluintes, encarnando o modelo profissional que se deseja reproduzir. Diferentemente das autoridades masculinas que também aparecem no discurso

jornalístico, como o reitor e patrono Onofre Lopes, a paraninfa confere legitimidade ao ritual, funcionando como referência concreta e horizonte de identificação para as novas profissionais.

Não por acaso, a paraninfa *Marina de Andrade Rezende* ocupava posição estratégica no campo da enfermagem nacional. Ela foi a responsável pela avaliação da viabilidade do curso de enfermagem em Natal, produzindo um relatório que destacou as limitações materiais e estruturais então existentes. Essas condições foram decisivas para que o Ministério da Educação recomendasse a criação de uma escola de nível médio. Assim, a EAEN obteve autorização oficial em 1955 e iniciou suas atividades no ano seguinte (Freitas, 1963). A presença de *Marina de Andrade Rezende* como paraninfa não apenas reforça o caráter exemplar atribuído à figura feminina no ritual, mas também inscreve a cerimônia em uma rede mais ampla de decisões técnicas, administrativas e políticas que conformaram a institucionalização da enfermagem em Natal/RN.

Segundo dados obtidos na Ata da referida Colação, estavam presentes cinco turmas de auxiliares. Uma turma de formandas que finalizou as atividades no ano de 1957, duas turmas de 1958, uma de 1959 e a turma concluinte do ano de 1960. A sessão solene foi presidida por Maria Carmélia de Albuquerque, diretora da Escola de Auxiliares de Natal, à época. Mais uma vez, para ilustrar a importância desse evento enquanto ato de validação pública, apresentamos os membros que compuseram a mesa de abertura:

Convidou para a mesa os seguintes membros: Ilmo. Senhor Djalma Maranhão, muito digno prefeito da cidade do Natal, Monsenhor Alair Vilar, representante do Clero; Dr. Hiram Diogo Fernandes, representante da Sociedade de Assistência Hospitalar; Dr. José Martorano, representante do Serviço Cooperativo de Saúde, Dr. Grimaldi Ribeiro, Secretário de Educação, como representante do Exmo. Senhor Governador do Estado, Senhora Noilde Ramalho, diretora da Escola Doméstica de Natal, Sr. José de Medeiros Melo, Inspetor Federal de Escola, professora Lucimar Gomes de Freitas, Professora Oscarina Saraiva Coelho (Ata de formatura da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, 20 de maio de 1961, acervo ESUFRN).

A lista de autoridades presentes na mesa revela que a colação de grau ultrapassava o âmbito escolar. Destacamos o comparecimento de representantes do poder municipal, estadual, federal, secretaria de educação, do campo médico-hospitalar e do clero, evidenciando que a EAEN se encontrava inserida em uma racionalidade mais ampla de gestão social. Como sugere Foucault, “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar

sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso.” (Foucault, 1984, p. 101). Assim, o poder circula e se exerce por meio de dispositivos que produzem verdade. Nesse caso, a cerimônia funcionava como instância de consagração oficial que torna visível e autorizada a identidade profissional das formandas.

Ao mesmo tempo, também podemos destacar a distribuição dos lugares na mesa. Majoritariamente masculina, ela evidencia que os homens se apresentavam como representantes do Estado, da Igreja e do campo da saúde, ocupando posições formalmente reconhecidas de autoridade pública. As mulheres, por sua vez, figuravam como diretoras, educadoras e formadoras, associadas aos espaços pedagógicos e ao universo do cuidado. Essa configuração reitera uma pedagogia de gênero que, como afirma Louro (2019), ensina modos de ser e de ocupar o mundo. Desse modo, ao distinguir simbolicamente os espaços de poder daqueles vinculados ao cuidado e à formação para o cuidado, o evento produz e naturaliza formas hierarquizadas de presença e atuação social de homens e mulheres.

A entrega solene dos certificados, realizada no Salão de Honra da Escola Doméstica, também foi registrada fotograficamente, conforme podemos observar na Imagem 16. De acordo com a ata de colação de grau (1961), das quarenta e seis (46) concluintes, distribuídas nas cinco turmas finalizadas, apenas vinte e nove (29) compareceram à cerimônia.

Imagem 16 – Cerimônia de diplomação no Salão de Honra da Escola Doméstica de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Na fotografia as alunas encontram-se ao redor de uma mesa posta, no que parece a recepção de um jantar. Todas elas seguem com a mesma vestimenta que visualizamos na imagem da capela, um vestido branco de mangas curtas, com fechadura frontal por botões, nele há um volume na saia causado por dois bolsos quadrados costurados externamente na altura do quadril. A fotografia é registrada em plano geral, entretanto não conseguimos ver as pernas de todas as alunas devido à sua disposição ao redor da mesa, mesmo assim percebemos o uso de sapato branco fechado em algumas discentes e uma certa pose em suas pernas. Os cabelos seguem o mesmo padrão das fotografias já apresentadas, sempre curtos ou presos em coque ou penteado típico da década de 1950, sobre eles a touca cumpre o papel na identidade profissional das enfermeiras. Ainda podemos acrescentar que a roupa nesse momento é um marcador de *status* pois, diferentemente da vestimenta utilizada na cerimônia de recepção das toucas, ela se configura como um traje de gala.

As mãos assentadas ao lado ou atrás do corpo mostra uma certa disciplina e uma educação corporal solicitada pela cerimônia. O momento é captado por um segundo e a

fotografia mais uma vez é posada, mostrando intencionalidade no registro da celebração e da postura das alunas. Percebemos que há um propósito em expor um suposto banquete a ser servido após a entrega dos diplomas, pois a mesa se organiza a partir de uma toalha branca com pratos, talheres e guardanapos dispostos de acordo com as regras de etiqueta. Quase ao centro há um jarro com flores, mas não há comida, nem locais suficientemente disponíveis para todas as alunas se sentarem, indicando, talvez, que nessa mesa iriam sentar apenas autoridades, sendo as alunas distribuídas em outros espaços. Essa disposição seria mais um indício que a imagem foi feita para apresentar apenas uma estética de celebração.

Em um certo sentido, “a imagem, seja uma fotografia, uma gravura, uma pintura, tem uma longa história na tradução dos desejos e naquilo que se vislumbra ensinar [...] Ela é muito mais convincente que a palavra (Soares, 2011, p. 86). Ela pode ser lida, interpretada e complementada com outras fontes de pesquisa, conforme fizemos ao entrelaçar as fotografias da EAEN com alguns textos jornalísticos e documentos oficiais, como *Livro de Atas*. Essas fotografias nos permite a leitura de um discurso presente na instituição que padronizou as alunas, determinando hábitos e maneiras que elas poderiam ou não se portar.

Considerando que esses “discursos não são simplesmente traduções; eles são práticas que sistematicamente formam os objetos de que falam” (Foucault, 2008, p. 49), as fotografias representam a realidade, mas também participam da construção de discursos visuais e narrativas sobre enfermagem. Há a representação de normas e valores institucionais, reforçando a ideia de disciplina, de educação e feminilidade assim como há uma legitimação da própria Escola através dos ritos e rituais que as alunas eram submetidas ao escalar as etapas de sua formação profissional. As imagens, então, registram e perpetuam uma memória que reforça a continuidade e a legitimidade das práticas da profissão.

A ideia que guiou esta seção foi a de analisar as imagens do cuidado, seja na representação das alunas-enfermeiras, seja nas solenidades institucionais da EAEN. Tomando as fotografias como principal objeto de investigação, procuramos traços, vestígios e fagulhas que nos levassem a compreender os sentidos e discursos proferidos na e sobre a Escola no período de 1956 a 1971. Percebemos como as fotografias são importantes para ilustrar acontecimentos que foram registrados por outras fontes como jornais e documentos oficiais. Além disso, confrontar e complementar as informações sobre um determinado evento, nos permite perceber como normas e práticas variam no espaço e no tempo, mas também permanecem enquanto discurso. Concordamos, portanto, com Didi-Huberman (2012) que

É preciso fazer com a imagem, de um modo teoricamente rigoroso, o que fazemos já, sem dúvida com mais facilidade (ajudou-nos a tal Foucault), com a linguagem. Pois em cada produção testemunhal, em cada ato de memória, ambos – linguagem e imagem – são absolutamente solidários, não cessando de compensar as suas respectivas lacunas: uma imagem surge amiúde no momento em que a palavra parece falhar, uma palavra surge frequentemente quando é a imaginação que parece falhar (Didi-Huberman, 2012, p. 43).

Destacamos o uso do uniforme enquanto prática educativa que imprime gestos, modela ações e limita movimentos. Ele faz parte de uma educação do corpo (Soares, 2011), pois não apenas cobre e protege as alunas, no caso do avental, como também o reveste de signos. Considerando uma das exigências curriculares, vestir um uniforme designado pela EAEN significava pertencer ao grupo de alunas-enfermeiras, era a afirmação do envolvimento e adesão a padrões de comportamento e aparência e à representação social da enfermagem da época. As fotografias revelam a normalização aplicada para que as alunas desempenhassem um papel social que se projetava, além das técnicas de enfermagem, um comportamento que refletisse identidade profissional.

Do mesmo modo, as cerimônias de recebimento da touca e entrega de certificados apresentam-se como momentos solenes no contexto da formação em enfermagem. Marcava a transição das alunas de uma condição de estudante para a de profissionais legitimadas pela EAEN. Esses rituais, de forte caráter simbólico, se apresentam também como dispositivos que articulam relações de poder, disciplinamento e normalização. Por meio de uma análise foucaultiana, é possível compreender que essas solenidades, assim como o uso do uniforme, ultrapassam o caráter comemorativo e se afirmam como ritual político e pedagógico, no qual produzem, tornam visíveis e fixam determinadas verdades sobre a profissão, suas normas e seus modos legítimos de ser no imaginário social.

5.0 AS PRÁTICAS DO CUIDADO

A fim de esquadrihar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas face ao projeto de formação para o *cuidado de si* e *cuidado do outro*, nesta seção, analisamos os *Relatórios de Capacidade Profissional*, documento cuja finalidade era avaliar as alunas durante o estágio prático curricular. Neste ponto, é importante ressaltar que o termo subjetivação, em Michel Foucault, refere-se ao processo por meio do qual um sujeito é constituído, ou, mais precisamente, pelo qual se produz uma determinada forma de subjetividade. Quando falamos em subjetivação, buscamos compreender os mecanismos e práticas através dos quais os indivíduos passam a se reconhecer e a ser reconhecidos como sujeitos. Para o filósofo os modos de subjetivação ou processos de subjetivação do ser humano podem ser pensados sob dois tipos de análise:

de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (Revel, p. 82, 2005).

Acreditamos que os critérios estabelecidos pelos relatórios engendram um conjunto de discursos que operam na constituição do que Foucault identifica como a *Disciplina*: o “controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987, p. 164). Nesse sentido, tais avaliações podem ser compreendidas como parte de um conjunto mais amplo de técnicas por meio das quais o poder investe sobre os sujeitos, orientando condutas, definindo expectativas e produzindo formas específicas de comportamento. Somados aos documentos e imagens já analisadas, essas avaliações revelam como as práticas educativas desenvolveram um regime moral, estético e disciplinar sobre a formação das jovens enfermeiras.

Nesse sentido, apresentamos na primeira subseção, os itens avaliativos do documento, analisando o modo como essas exigências sugeriam uma educação dos gestos e sentidos. Ao analisá-lo meteticulosamente é possível entender hierarquias, bem como algumas intenções sobre o que era solicitado às alunas. Identificamos que uma parte do documento se reservava para *observações*, espaço de poucas linhas em que as professoras-instrutoras

deixavam suas impressões sobre o comportamento das alunas. A partir das injunções ali descritas, catalogamos discursos que versavam sobre o cuidado de si e o cuidado do outro. Assim, na segunda subseção, identificamos como o cuidado de si converte-se em uma estratégia para produção de subjetividades profissionalizadas através da higiene, do autocontrole emocional, da docilidade e autogestão e por fim, na terceira subseção analisamos como as dimensões afetivas e emocionais influenciam o trabalho do cuidado, atividade fim da enfermagem, tornando-se uma extensão do trabalho feminino.

5.1 O CORPO EDUCADO: EDUCAÇÃO DOS GESTOS E DOS SENTIDOS

Toda enfermeira deve ser uma pessoa com quem se pode contar, isto é, capaz de ser uma enfermeira “de confiança”. [...] Deve ser estritamente sóbria, honesta e, mais do que isso, ser uma mulher religiosa e devotada. Deve ser uma observadora segura, direta, rápida e ser uma mulher de sentimentos delicados e modestos (Nightingale, 1989, p. 138).

Em sua obra *Notas sobre Enfermagem*, Florence Nightingale registrou uma das bases necessárias para fundação da Enfermagem Moderna: o comportamento da enfermeira. Ser de confiança, sóbria, honesta, religiosa, devotada, observadora segura, direta, rápida e possuir sentimentos delicados e modestos, são enunciados que repercutiram diretamente em discursos sobre a performance profissional dessas mulheres no Brasil. Não obstante, como verificado nos documentos e imagens apresentados até agora, a educação dos gestos e dos sentidos passam a ser, em graus diversos, pautadas pelo poder disciplinar, pela avaliação e por sanções normalizadoras propostas pela EAEN.

No que tange os processos avaliativos, destacamos o *Relatório de Capacidade Profissional* (Imagem 17), como mais um dispositivo pedagógico e institucional que modelava as alunas para o cuidado. O documento era preenchido durante a fase de práticas hospitalares e servia para examinar o comportamento e desempenho das discentes durante essa etapa curricular.

Imagem 17 – Relatório de Capacidade Profissional

SOCIEDADE DE ASSISTENCIA HOSPITALAR ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM Relatório de Capacidade Profissional					
Nome: _____		Classe _____			
Serviço: _____		Data: _____			
		Médico: _____			
Itens:	Má (1-2)	Suf. (3-4)	Reg. (5-6)	Bom (7-8)	Exc. (9-10)
I- Tem entusiasmo pela enfermagem? Os doentes apreciam sua presença? É pontual? Tem iniciativa? É exata em relatar e observar os fatos?					
II- Adapta-se bem ao trabalho?" Executa a técnica aprendida Organiza e planeja, com método, o seu trabalho? Tem interesse pelo aprendizado? É econômica e cuidadosa com o material?					
III- É cooperadora? É leal? É cortês? Tem domínio próprio? É persistente: leva a cabo os empreendimentos?					
IV- O uniforme é nítido e completo? É saudável e alegre? Tem facilidade de apreensão? Seu trabalho merece confiança? É capaz de executar suas tarefas sem supervisão contínua?					
V- É acessível ao criticismo? Aceita, de bom grado, as sugestões? Aprecia e observa a ética profissional? Acata sempre as ordens superiores? Notifica espontaneamente seus erros?					
Observações:					
_____ Aluna			_____ Instrutora		
			_____ Diretora		

Fonte: Modelo elaborado pela autora a partir do documento disponibilizado pelo acervo da Escola de Saúde da UFRN.

No cabeçalho do documento, há três inscrições: *Sociedade de Assistência Hospitalar*, em negrito e em caixa alta; seguido de *Escola de Auxiliares de Enfermagem*, em letra menor que a primeira e sem negrito e, por fim, *Relatório de Capacidade Profissional*, também em letra menor que a primeira, em caixa baixa e em negrito. Ainda nesse espaço inicial, havia locais para registrar o nome da discente e a classe à qual pertencia, no caso, colocava-se o ano de entrada da aluna na Escola. Havia também ambiente para registrar o período que ocorreu o estágio, o nome do médico que acompanhou as atividades e o serviço prestado, indicando a disciplina cursada na prática.

O Relatório considerava cinco pontos a serem avaliados: “Tem entusiasmo pela enfermagem?”; “Adapta-se bem ao trabalho?”; “É cooperadora?”; “O uniforme é nítido e completo?” e “É acessível ao criticismo?”. As respostas eram assinaladas e variam entre: má

(1-2), suficiente (3-4), regular (5-6), bom (7-8), excelente (9-10). Ao fim do documento há um espaço para observações onde era inserida a nota e, em algumas linhas, podia-se escrever considerações sobre a aluna. O documento era assinado pela diretora da Escola, pela professora-instrutora da disciplina, e pela discente.

Tivemos acesso a 72 *Relatórios de Capacidade Profissional*, os quais todos pertenciam a alunas mulheres inscritas nas turmas de 1959, 1960, 1961, 1962 e 1963. A partir deles foi possível observar as pretensões da Escola sobre a prática profissional e comportamentos das discentes. De início notamos que a avaliação estava ligada, em grande medida, à proposta de adesão à profissão, desenvolvimento de técnicas, desenvolvimento interpessoal, zelo pelo uniforme e respeito à hierarquia.

A inscrição *Sociedade de Assistência Hospitalar* aparecendo em ordem de destaque e a presença de um espaço para inserção do nome do médico que ia acompanhar as atividades denota a influência institucional que a medicina possuía na Escola. Devemos lembrar que na década de 1950 as práticas em enfermagem eram dependentes de ordens e prescrições médicas, o que reforçou a imagem de auxiliar da medicina (Waldow, 2012). Apesar disso, em nenhum dos documentos acessados, o local referente ao nome do médico estava preenchido ou assinado, denotando uma possível ausência desses profissionais no acompanhamento dos documentos. Outra possibilidade é essa ausência ser um enunciado de resistência e autonomia do próprio corpo docente da Escola em assumir a responsabilidade do treinamento das alunas. Conforme nossa entrevistada, inicialmente muitos médicos faziam parte do corpo docente, mas, “depois quando se conseguiu mais enfermeiros eles foram saindo, mas teve muitos médicos que deram aula na Escola de Enfermagem. As disciplinas clínicas... teve muito. A gente assumia enfermagem e eles a parte clínica” (Oscarina, 2024).

O fato é que a EAEN estava ligada ao curso de medicina desde sua criação em 1955. Ela foi financiada por uma instituição médica, a SAH, e tinha como uma das finalidades dar suporte profissional para os médicos e residentes, conforme também constatamos pela fala da entrevistada. Segundo ela, havia um trabalho de cooperação para o funcionamento do hospital e a Escola de Enfermagem era peça fundamental para o trabalho médico: “o médico não podia fazer as coisas sozinho, ele teria que ter alguém para ajudar e esse alguém era a enfermagem, era o suporte, entendeu? Você ia para uma cirurgia, [...] tinha que ir a enfermagem também” (Oscarina, 2024).

Ainda sobre essa atuação, destacamos que no ano de 1964, a Escola ao ser incorporada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte⁴⁵ foi agregada à Faculdade de Medicina⁴⁶, dando continuidade a regularidade discursiva sobre a subordinação da enfermagem aos saberes médicos, conforme Resolução nº 02 de 9 de janeiro de 1964 do Conselho Universitário da Universidade do Rio Grande do Norte (CONSUNI):

Art. 1 – É incorporada à Universidade do Rio Grande do Norte, para funcionar junto à Faculdade de Medicina, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, autorizada a funcionar pela Portaria Ministerial nº 381, de 17 de dezembro de 1955 e reconhecida pelo Decreto nº 49.120-A, de 17 de outubro de 1960 (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1964).

A federalização da escola e sua incorporação à UFRN possibilitou a reorganização do quadro de professores, manutenção do material necessário para o desenvolvimento das atividades e melhores acomodações físicas (Gomes, et. al, 2006). Dessa forma, ao final da década de 1960 a instituição ganhou prédio próprio, localizado em frente ao Hospital, na Avenida Nilo Peçanha, nº 619, como observamos na Imagem 18.

⁴⁵ A Universidade do Rio Grande do Norte foi criada por lei estadual em 1958 e se federalizou em 18 de dezembro de 1960. A partir de 1968, com a reforma universitária, passou por um processo de reorganização que marcou o fim das faculdades e a consolidação da atual estrutura (https://cartadeservicos.ufrn.br/identidade.php?a=i_historico).

⁴⁶ O Departamento de Enfermagem só foi estruturado no ano de 1973 em virtude da criação da Graduação em Enfermagem. A partir desse momento, a Escola desvincula-se da Faculdade de Medicina e associa-se ao Departamento de Enfermagem, ofertando três modalidades de curso: o Auxiliar em Enfermagem (1955), o Técnico em Enfermagem (1971) e a Graduação em Enfermagem (1973).

Imagem 18 - Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Construído em patamar mais elevado que o nível da rua, o prédio possuía características neoclássicas em contraste com a edificação modernista e verticalizada do Hospital Miguel Couto. Uma balaustrada, com pequenas colunas ornamentais, acompanhava o ponto mais alto do muro, bem como o corrimão da escada de acesso e o guarda-corpo das janelas e do alpendre. A entrada era delimitada por duas colunas em concreto, onde havia um portão de ferro com padrão em losango, visualizado sutilmente entreaberto na Imagem 18. A ampla varanda possuía um telhado em meia-água, permitindo a chuva escorrer em apenas uma direção, enquanto o telhado do lado esquerdo era embutido e protegido por uma platibanda decorada. Na imagem, ainda visualizamos duas grandes janelas retangulares à esquerda e elementos decorativos arredondados ligando as colunas, em madeira, do alpendre com o telhado.

Ao lado direito, ainda no terreno da construção, observamos uma espécie de jardim coberto por grama e algumas plantas ornamentais do tipo palmeira. A inclinação nas plantas promove movimento à imagem e indica que a localização praiana e a ausência de prédios mais

altos nas redondezas conferiam ventilação natural à Escola. Devido às características descritas na imagem podemos desconfiar que o imóvel não foi inicialmente pensado para ser uma Escola, assim como ocorreu com o Hospital Miguel Couto. Essa conjectura foi confirmada pela entrevistada quando ela afirmou que “esse prédio em frente [ao hospital] era uma residência de veraneio, dos ricos aqui de Natal” (Oscarina, 2024).

Embora não tenha sido concebido originalmente para fins escolares, o ambiente passa a assumir a função de espaço formativo, reorganizando circulações, distribuindo corpos e instituindo novas práticas. Como afirma Louro (2018, p. 62), “o prédio escolar informa a todos/as sua razão de existir. Suas marcas, seus símbolos e arranjos arquitetônicos ‘fazem sentido’, instituem múltiplos sentidos, constituem distintos jeitos”. Ao ser apropriado como escola, o imóvel altera sua finalidade e promove um processo de ressignificação social, convertendo-se em ambiente de formação técnica de mulheres destinadas ao campo do cuidado.

Somados a esses elementos, ainda destacamos a inscrição localizada acima das colunas de entrada: *URN – Faculdade de Medicina – Administração*. A sigla URN significa Universidade do Rio Grande do Norte e indica um resquício de quando a universidade possuía vínculo estadual. A marcação identifica a ocupação do mesmo espaço, ao menos inicialmente, pela administração da Faculdade de Medicina. Esse enunciado do campo imagético se entrelaça com o enunciado do campo jurídico descrito na Resolução nº 02/64 do CONSUNI e, conseqüentemente, com o enunciado do campo pedagógico-educacional dos *Relatórios de Capacidade Profissional*. Os três demonstram que a EAEN foi forjada de maneira subsidiária às instituições médicas, talvez para garantir uma mão-de-obra obediente, confiável, submissa e que não constituísse em ameaça à prática da medicina (Lunardi Filho, 2000).

A própria Florence Nightingale, apesar de ter instituído a Enfermagem Moderna e contribuído para a emancipação de um trabalho feminino remunerado, defendia que as enfermeiras possuísem forte vocação para obedecer e servir. A organização disciplinar tinha como principal finalidade a execução de tarefas ordenadas pelos médicos, como bem ilustram as seguintes assertivas de sua autoria:

Seria um grande auxílio, ao invés de obstáculo, se os médicos soubessem fazer com que as enfermeiras obedecessem às suas ordens (Nightingale, 1989, p. 145).

[...] ninguém pense, entretanto, que a obediência ao médico não é, absolutamente necessária. Apenas, nem o médico, nem a enfermeira

ênfatizam suficientemente a obediência inteligente e o fato de a mera obediência ser muito pouco (Nightingale, 1989, p. 166).

A obediência é um comportamento central para a produção de corpo dóceis. Não é por acaso que Florence Nightingale (1989) a enfatizava como princípio indispensável ao exercício profissional da Enfermagem. Embora reconhecesse a necessidade de uma “obediência inteligente”, a hierarquia e a subordinação eram consideradas fundamentais para garantir tanto a ordem quanto a eficácia das práticas cotidianas. Entendemos que esse *ethos* disciplinar preserva resquícios da herança religiosa das Irmãs de caridade⁴⁷, cujo ideal de servir ao outro implicava renúncia de si e sujeição à autoridade. A obediência figura entre os votos fundamentais da vida conventual, ao lado da castidade e da pobreza, conforme ilustrado no discurso proferido por noviças, ao se consagrarem freiras, no *Ritual de Iniciação Religiosa*:

Movidos pela misericórdia de Deus, viemos experimentar a vossa forma de vida; ensinai-nos a seguir a Cristo crucificado, a viver na pobreza, na obediência e na castidade, entregues à oração e à prática da penitência, ao serviço da Igreja e de todos os homens; e a ser convosco um só coração e uma só alma. Ajudai-nos a viver os preceitos do Evangelho todos os dias da nossa vida, a conhecer a vossa Regra e a guardar a lei da caridade fraterna (Secretariado Nacional de Liturgia, [s.d.], p. 18-19).

Entretanto, ao discutir formas históricas de sujeição do corpo, Foucault (1987) distingue as disciplinas das práticas ascéticas e monásticas das disciplinas modernas. Ambas regulam o corpo e impõe obediência, porém elas pertencem a lógicas de poder distintas. A primeira vincula-se ao poder espiritual, a renúncia e a salvação da alma, já a segunda, designa utilidade, produtividade e se relaciona ao poder econômico e social. Reconhecemos a influência religiosa no ensino da enfermagem, mas concordamos com o filósofo, quando afirma que os processos disciplinares modernos moldam os indivíduos para uma submissão funcional que promove a eficiência útil transformando a relação com o corpo uma estratégia política e econômica. Nas palavras do autor:

Diferentes ainda do ascetismo e das “disciplinas” de tipo monástico, que têm por função realizar renúncias mais do que aumentos de utilidade e que, se

⁴⁷ Lembramos que Florence Nightingale acompanhou a Ordem religiosa Filhas de São Vicente de Paulo durante a Guerra da Criméia (1953-1956), disputa territorialista entre a Rússia e as forças aliadas da França, (Oguisso, 2019b), indicando o porquê de seu discurso possuir forte apelo pela abnegação da Enfermagem.

implicam em obediência a outrem, têm como fim principal um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo. O momento histórico das ‘disciplinas’ é o momento em que se nasce uma arte do corpo humano, que visa unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (Foucault, 1987, p. 164).

O entrecruzamento entre os campos discursivos da religião, da educação e da enfermagem evidencia que a obediência exigida das enfermeiras não se limitava a uma regra moral ou religiosa. Configurava-se como uma política de coerções que atuava sobre o corpo, esquadrihando-o e recompondo-o como instrumento dócil e útil ao exercício do cuidado, “uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (Foucault, 1987, p. 164). Aqui visualizamos o cuidado como um conjunto de estratégias legais, corporais, pedagógicas e administrativas para disciplinar as mulheres com vistas à aplicação dos saberes médicos.

Além disso, o discurso de Nightingale, escrito em 1989, perdurou, influenciando o currículo e as práticas das primeiras escolas de enfermagem no Brasil, ao final do século XIX. Na EAEN, por exemplo, essa lógica pode ser observada no *Relatório de Capacidade Profissional*. Embora os documentos não se refiram necessariamente à subordinação médica, as avaliações enfatizam hierarquias e a adesão às normas profissionais exigidas pela instituição. Compreender os processos avaliativos é também interpretar as diferentes relações que a EAEN estabelecia com o corpo, já que este era treinado com a finalidade de torná-lo controlado e produtivo em suas funções técnicas. Ao retomar o referido documento, deparamos com os seguintes pontos avaliativos:

1 - Tem entusiasmo pela enfermagem?

Os doentes apreciam sua presença?

É pontual?

Tem iniciativa?

É exata em relatar e observar os fatos?

2 - Adapta-se bem ao trabalho?

Executa a técnica aprendida

Organiza e planeja, com método, o seu trabalho?

Tem interesse pelo aprendizado?

É econômica e cuidadosa com o material?

3 - É cooperadora?

É leal?

É cortês?

Tem domínio próprio?

É persistente: leva a cabo os empreendimentos?

4 – O uniforme é nítido e completo?

É saudável e alegre?

Tem facilidade de apreensão?

Seu trabalho merece confiança?

É capaz de executar suas tarefas sem supervisão contínua?

5 – É acessível ao criticismo?

Aceita, de bom grado, as sugestões?

Aprecia e observa a ética profissional?

Acata sempre as ordens superiores?

Notifica espontaneamente seus erros?

Relatório de Capacidade Profissional, 1959. Acervo da Escola Saúde da UFRN.

Ter *entusiasmo pela enfermagem* era o primeiro requisito enumerado, nele verificamos que a adesão à profissão era mensurada por meio da estima dos pacientes e por traços como pontualidade, proatividade e capacidade de comunicação clara. Esses elementos indicam a produção de uma subjetividade profissional alinhada às expectativas institucionais principalmente porque tornam esses critérios observáveis e mensuráveis em um exercício de poder disciplinar que, como afirma Foucault, examina. Nesse caso, “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza” (Foucault, 1987, p. 164), convertendo comportamentos individuais das alunas em parâmetros institucionais de avaliação.

De mesmo modo, avaliava-se a *adaptação ao trabalho* pelo domínio de técnicas, com ênfase na qualidade da execução, na organização metodológica e no uso eficiente dos materiais. O objetivo era a racionalização do corpo, operando sobre ele microgestões dos processos aprendidos. Soma-se a isso, critérios como lealdade, cortesia, autogestão e persistência, destacados na dimensão sobre *cooperação*, que propõem a construção da enfermeira inscrita em um modelo de feminilidade disciplinada e servil. Ou seja, a aluna é moldada como uma trabalhadora ideal: obediente, eficiente, discreta e conhecedora das técnicas de enfermagem.

A apresentação do *uniforme*, que deveria estar completo e “nítido”, expressa não apenas uma exigência higiênica, mas uma vigilância estética que reforça o controle visual. A aparência também era avaliada pelo aspecto saudável e alegre da aluna, indicando um controle que ultrapassa os muros da Escola. A aluna deve ser saudável para cumprir melhor suas atividades e sua aparência deve ser alegre para melhor apresentar-se aos pacientes. Além disso, requisitos sobre *facilidade de apreensão*, *ser confiável* e *autossuficiente* ao realizar tarefas complementam um mecanismo institucional que produz e regula identidades (Louro, 2018), portanto, fabrica verdades sobre o que é ser uma boa aluna e uma boa enfermeira.

Sobre a *receptividade às críticas*, valoriza-se a aceitação dócil da autoridade e a capacidade de reconhecer erros espontaneamente. Ao exigir que a aluna vigie a si mesma, reconheça suas falhas e se corrija, a instituição opera uma forma de poder que funciona de dentro para fora. No entanto, sabemos que discurso da conformidade e da submissão como virtudes pode silenciar experiências críticas e subjetividades destoantes do modelo apontado por esses discursos oficiais.

Como vimos na seção 3, a aluna que questiona, resiste ou se desvia do modelo ideal, corre o risco de ser desclassificada tecnicamente e eliminada da instituição. Além disso, a autonomia exigida, que aparece frequentemente em forma de autogestão, está longe de representar liberdade. Essa noção parece ser pensada pela lógica do trabalho silencioso de uma aluna capaz de realizar atividades hospitalares sem que haja uma supervisão constante, ou seja, eficiente e de confiança. Não coincidentemente, as avaliações eram repassadas para as alunas, que assinavam o documento e tomavam ciência de suas observações.

Em convergência, Butler (2017) demonstra que o gênero não é uma essência ou identidade fixa, mas o efeito reiterado de normas que se corporificam cotidianamente, de modo que “a própria ordem de *ser* de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos” (Butler, 2017, p. 251). Dessa forma, podemos dizer que o papel da “boa enfermeira”, reforçado por uma performatividade de gênero (Butler, 2017), é a repetição disciplinada das atribuições: “séria”, “calma”, “obediente” e “contida”. Em outros termos, os atos regulados pela avaliação inscrevem caminhos discursivos que contribuem para a construção de uma feminilidade institucionalizada. Assim, mesmo construindo resistências ou subvertendo alguns regulamentos, as práticas educativas voltadas para o cuidado eram corporificadas pelas discentes.

Nesse ponto, torna-se fundamental articular essa discussão com o conceito de *habitus*, proposto por Marcel Mauss em 1936. Ao descrever as *técnicas do corpo*, Mauss demonstra

como os gestos, posturas, ritmos e modos de ação são aprendidos socialmente e incorporados até parecerem naturais. Mais especificamente sobre o comportamento das enfermeiras ele faz a seguinte observação:

Uma espécie de revelação me veio no hospital. Eu estava enfermo em Nova Iorque. Perguntava-me onde já vira senhoritas caminharem como minhas enfermeiras. Tinha tempo para refletir sobre o assunto e, afinal, descobri que fora no cinema. Ao voltar a França, observei, sobretudo em Paris, a frequência desse passo; as mocinhas eram francesas e andavam também daquela maneira. De fato, as modas do caminhar americano, graças ao cinema, começavam a chegar até nós. Era uma ideia que eu podia generalizar. A posição dos braços, das mãos caídas enquanto se anda, formam uma idiossincrasia social, e não simplesmente um produto de não sei que agenciamentos e mecanismos puramente individuais, quase que inteiramente psíquicos (Mauss, 1974).

O caminhar das enfermeiras apresenta-se como uma expressão concreta dessa técnica dos gestos e dos corpos. É um *habitus* incorporado que, embora pareça natural, é resultado de processos históricos e sociais de aprendizagem e normalização. No caso descrito, Mauss (1974) atribuiu ao cinema norte-americano a propagação do comportamento replicado pelas enfermeiras francesas. Talvez o gesto tenha realmente ultrapassado barreiras geográficas e de cidadania através das películas, mas é necessário dizer que a difusão do modelo nightingaleano proposto no livro *Notas sobre Enfermagem* (1889) pode também ter contribuído para a construção de um *habitus* profissional.

Pensando nesse *habitus*, percebemos que o *Relatório de Capacidade Profissional* era uma ferramenta importante para EAEN moldar as discentes. As exigências sobre forma de se apresentar até a maneira que a aluna aceitaria críticas, funcionam como uma educação corporal. O corpo cuidador é moldado por meio da repetição de condutas que expressam o cuidado, a disponibilidade e a eficiência. É um verdadeiro processo de aquisição de um *habitus* profissional, no qual o aprender a cuidar envolve também aprender a parecer cuidadora: ser cortês, confiável, pontual, saudável, alegre, silenciar diante da autoridade, usar o uniforme corretamente, manter a higiene, ser proativa etc. Essa pedagogia dos gestos e o investimento sobre os corpos das estudantes reforça que tais técnicas estão inseridas em um projeto disciplinar cujas relações de saber-poder são usadas para produzir corpos úteis e identidades funcionais. Conforme Foucault (1987):

[...] através dessa técnica de sujeição, um novo objeto vai se compondo e lentamente substituindo o corpo mecânico – o corpo composto por sólidos e comandado por movimentos, cuja imagem tanto povoara os sonhos dos que buscavam uma perfeição disciplinar. Esse novo objeto é o corpo natural, portador de forças e sede de algo durável; é o corpo susceptível de operações especificadas, que têm sua ordem, seu tempo, suas condições internas, seus elementos constituintes. O corpo tornando-se alvo dos novos mecanismos do poder, oferece-se a novas formas de saber (Foucault, 1987, p. 132).

Assim, torna-se evidente que a Escola produziu formas de saber-poder educando o corpo e a sensibilidade das futuras auxiliares de enfermagem. A partir da análise dos quesitos solicitados no *Relatório de Capacidade Profissional*, percebemos que a avaliação funcionava como operador de subjetivação, articulando desempenho técnico e exigências sobre entusiasmo, docilidade, aparência, autonomia e submissão à autoridade. Esse entrelaçamento de critérios revela uma prática educativa voltada para desenhar modos de ser e de sentir, instaurando uma economia moral que definia o que era apropriado fazer, como era adequado mover-se e como deveria se comportar alguém que cuidava de outros. Ao propor um regime de visibilidade constante, no qual cada conduta era registrada, comparada e corrigida, a EAEN inscreveu no corpo das estudantes um aprendizado silencioso, no qual a prática do cuidado implica em uma vigilância contínua sobre si própria. Dessa forma, a educação dos gestos e dos sentidos tornaram-se mecanismos decisivos para produzir alunas disciplinadas pela lógica institucional de utilidade, normalização e eficiência.

5.2 A ORDEM COMO TAREFA: DESLIZAMENTOS ENTRE A SUBJETIVIDADE E O CUIDADO DE SI

A aluna pode e deve progredir mais, pois tem capacidade. Não sei por que as vezes noto um pouco de revolta. Suas maneiras devem ser mais delicadas. Seu uniforme merece mais cuidado. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Homens, 1960).

Conforme já mencionado, o *Relatório de Capacidade Profissional* possuía um espaço destinado a fixação da nota e observações sobre o comportamento das alunas. Os comentários, a exemplo do trecho que abre essa subseção, destacam elementos que reforçam o caráter disciplinar das anotações. Aspectos como a evolução na capacidade técnica, delicadeza e cuidado com uniforme confirmam que os critérios avaliativos do documento eram reforçados

nos discursos escritos pelas professoras-instrutoras. Como forma de garantir aderência a essas normas de conduta, as orientações agem corrigindo cotidianamente as discentes a cada disciplina cursada.

A partir da repetição dessas práticas discursivas, valores institucionais vão sendo incorporados e transformados em valores próprios das alunas, em um processo que Foucault (1984) compreende como a constituição do sujeito. Nesse movimento, as estudantes realizavam sobre si operações de ajuste e adequação às normas, internalizando-as como parte de um modo de ser. Concordamos, portanto, com Revel quando afirma que “o poder não pode disciplinar os indivíduos sem produzir igualmente, a partir deles e sobre eles, um discurso de saber que os objetiva e antecipa toda experiência de subjetivação” (Revel, 2005, p. 78). Em outras palavras, a produção dos sujeitos não se limita à mera obediência externa, mas envolve um acordo tácito com as regras que se impõe.

A correção cotidiana das discentes, reiterada ao longo das disciplinas, não operava apenas como mecanismo avaliativo, mas como prática de subjetivação. Pela repetição dessas intervenções, os valores institucionais deixavam de ser prescrições externas e passavam a integrar o horizonte moral das próprias alunas. Como afirma Foucault, “o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 1984, p. 103). Assim, ao obedecer às normas, as estudantes exerciam sobre si práticas de vigilância e adequação, incorporando critérios institucionais como parâmetros de conduta. O poder disciplinar, desse modo, não apenas impõe regras, mas produz modos de ser reconhecidos como parte da identidade profissional dessas jovens.

Partindo desse raciocínio, ao analisarmos os *Relatórios*, e conseqüentemente as práticas avaliativas, percebemos que o cuidado de si exigido das alunas era um processo profundamente orientado pelas normas institucionais. Os dispositivos de vigilância, as observações minuciosas realizadas nos estágios e os critérios de avaliação operavam como mecanismos de condução dos comportamentos, orientando as estudantes em relação à aspectos como vestimenta, aparência, higiene, modulação da voz, postura moral e cuidados com a saúde. Em outras palavras, o cuidado de si se tornava simultaneamente um exercício disciplinar e um processo subjetivo. Pois, se por um lado, ele assegurava a obediência às regras e à funcionalidade demandada pelo hospital, por outro, alimentava a ideia de autonomia ao responsabilizar a aluna pela vigilância constante de si mesma.

Dentre os mecanismos dessa educação do corpo, novamente o uniforme aparece como elemento constitutivo de gestos e posturas. Embora já tenha sido abordado, sua relevância no processo formativo justifica seu retorno neste ponto da análise, especialmente por ser um enunciado em constante proeminência durante as atividades práticas. Nos *Relatórios*, as exigências sobre as vestimentas diziam respeito ao zelo com a roupa, a sua completude e a sua limpeza, conforme notamos nas citações a seguir:

Ter o uniforme sempre completo e tenha mais confianças quando executar os trabalhos (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Homens, 1960).

A aluna precisa zelar mais pelo seu uniforme. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Mulheres, 1960).

A aluna precisa ter mais agilidade no serviço e usar seu uniforme mais limpo, evitando nódoas. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres, 1960).

A inspeção da indumentária, realizada de forma sistemática, expunha o interesse da instituição em promover a homogeneização das alunas, produzindo uma identidade profissional facilmente reconhecível dentro e fora da Escola e do hospital. Ao exigir que o uniforme estivesse sempre limpo e em perfeitas condições a EAEN convertia o asseio em um critério de regulação cotidiana, ou seja, a manutenção das vestimentas era entendida como mais uma tarefa disciplinar a ser assumida. Destacamos também que o uso de cores claras, por facilitar a visualização imediata de sujidades, reforçava essa lógica, pois sugeria às alunas um cuidado contínuo com a própria apresentação, atualizando permanentemente a vigilância sobre si mesmas.

As determinações normativas em torno do uniforme derivaram das mesmas orientações da Escola de Enfermagem Anna Nery. Reconhecida nacionalmente como “a escola oficial padrão” (Brasil, 1931)⁴⁸, ela instituiu um modelo de aparência que funcionou como diretriz formativa e foi disseminada por todo o país. Seguindo tal modelo, as demais Escolas de Enfermagem incorporaram práticas de inspeção que, ao mesmo tempo em que avaliavam o uniforme, instituíam uma pedagogia do corpo. O estudo de Aperibense et al. (2019) aprofunda

⁴⁸ A Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública iniciou suas atividades em 1923, passou a denominar-se Escola de Enfermeiras Anna Nery em 1926 e, em 1931, foi elevada à categoria de escola oficial padrão, consolidando essa designação (Germano, 2011).

esse funcionamento ao explicar o significado do critério “nitidez”, nos Relatórios avaliativos na Escola Anna Nery:

Nitidez era o nome dado ao quesito que avaliava o uniforme das estudantes no que diz respeito à aparência, apresentação, limpeza, higiene, conservação. Uma professora mais antiga era designada para instruir as estudantes quanto à forma de manter o asseio de seus uniformes, principalmente no que diz respeito ao processo de engomar o vestido e o avental (Aperibense et. al, 2019, p. 6).

Não obtivemos informações se havia especificamente uma professora responsável por essa orientação na EAEN, entretanto confirmamos, a partir dos *Relatórios*, as exigências sobre a apresentação pessoal das alunas. O uso da maquiagem, inclusive, era uma prática desaprovada pela Escola, conforme observamos na seguinte avaliação: “Tem a aluna procurado melhorar seus trabalhos; muito deixa a desejar quanto a habilidade, iniciativa, como também não esquecer o que diz respeito à pintura quando de uniforme” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres, 1960).

Mais uma vez, constatamos que o uniforme não estava apenas vinculado às peças de roupas, como o vestido, o avental, a touca, as meias e os sapatos, mas projetava-se ao corpo das estudantes, configurando um campo de vigilância que legitimava correções e advertências. A “proibição de qualquer adorno ou maquiagem, tornava todas iguais, indistintas visualmente no espaço da Escola” (Aperibense et. al, 2019, p. 7), dificultando o reconhecimento individual e instaurando uma forma de anonimato regulado, no qual a individualidade cedia lugar à padronização e à identidade institucional.

A vigilância, ao se estender da roupa ao corpo e deste às condutas, evidencia a forma como disciplina e subjetivação se entrelaçavam. Parecia haver uma ênfase na aparência que refletia na eficácia dos gestos das alunas. Estes, de modo repetitivo, reforçavam o caráter performativo da formação, aproximando-se do que Butler define como “a repetição estilizada de atos ao longo do tempo” (Butler, 2017, p. 242), processo pelo qual comportamentos desejados são naturalizados. No caso da formação das auxiliares, eles determinavam os modos de ser enfermeira. Nesse sentido concordamos com Soares (2011), ao afirmar o lugar das roupas na educação do corpo:

Uma atenção ao corpo revela-se, uma educação do corpo especializa-se, um elemento a mais se impõe-se. Vestir-se não é apenas e tão somente um ato que protege o corpo, como já foi afirmado aqui inúmeras vezes, mas, sim, um ato que vai cobri-lo de signos, atestando lugares sociais e de gênero. (Soares, 2011, p. 72).

Nesse mesmo interim, destacamos menções recorrentes ao asseio, tais como: “melhorar a higiene pessoal” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres 1961) ou relativos à aparência, como: “cuidar da aparência pessoal” (Relatório de Capacidade Profissional, Pronto Socorro, 1960), mostram que as exigências inicialmente solicitadas nas *Fichas de Entrevista*, analisadas na seção três, são amplificadas nos *Relatórios de Capacidade Profissional* e operam como um discurso institucional unificado. Esse movimento revela a existência de uma continuidade no discurso e uma prática educativa centrada na modelação desses corpos para o cuidado. A fim de reforçar esse pensamento, destacamos a seguinte fala da nossa participante:

Havia uma orientação... cuidar da roupa, não ir suja, porque qualquer atividade que você vá fazer, você pode se sujar, né? então, ter o cuidado de limpar, não pode ir suja para o serviço. “Ah, mas eu sujei no trabalho”. Sujou, mas vai ter que lavar. O que não pode é ir suja para o serviço. É ruim para o paciente... Imagine você chegar para entrar no hospital e vem uma pessoa toda suja para lhe atender. É triste. (Oscarina, 2024).

Percebemos que havia uma ênfase normativa atribuída à limpeza e ao zelo com uniforme, compreendidos como indispensáveis ao exercício do cuidado. Ao afirmar que “não pode ir suja para o serviço” e que, mesmo após sujar-se no trabalho, a roupa deveria ser lavada antes de um novo turno, a entrevistada associa diretamente a aparência corporal à qualidade da assistência prestada. A justificativa centra-se, sobretudo, no impacto simbólico dessa imagem para o paciente, já que uma profissional “toda suja” seria percebida como inadequada e causaria desconforto durante a assistência. Nesse sentido, a roupa “suja” emerge como um signo negativo do cuidado, ao mesmo tempo em que o asseio é convertido em um marcador visível de competência, responsabilidade e respeito com outro.

Embora seja inegável que questões de higiene, microbiológicas e de contaminação cruzada atravessam o trabalho em saúde, a fala evidencia que a preocupação predominante não recai sobre a biossegurança da aluna, mas sobre a segurança do paciente e a imagem institucional do cuidado. O corpo que cuida deve apresentar-se limpo, organizado e visualmente

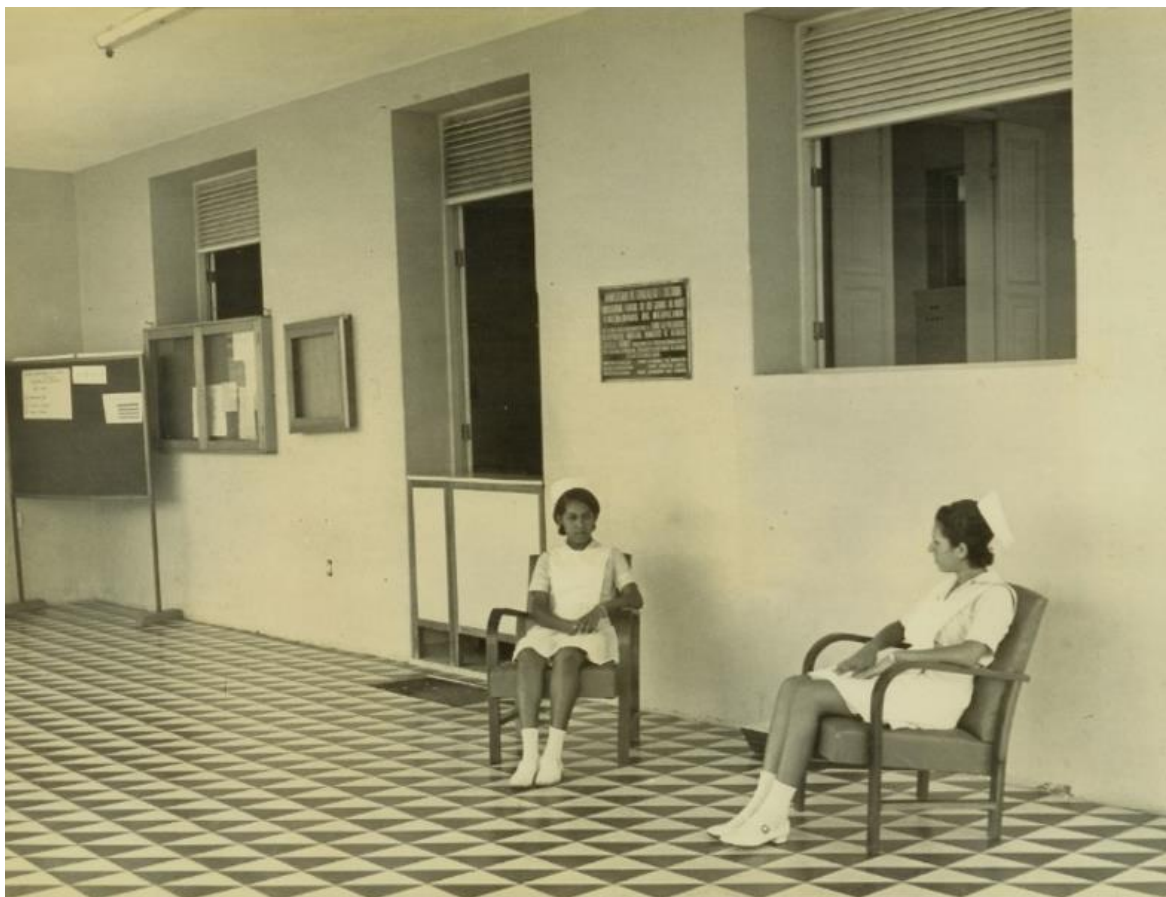
controlado, ou seja, incorporando signos de asseio e disciplina. Tal testemunho confirma uma estratégia disciplinar que articula vigilância e autovigilância. Como afirma Foucault, “o poder disciplinar se exerce tornando-se invisível; em compensação, impõe aos que submete um princípio de visibilidade obrigatória” (Foucault, 1987, p. 187). O corpo que cuida deve apresentar-se limpo, organizado e visualmente controlado, aprendendo a governar a si mesmo para tornar-se adequado ao olhar institucional e social.

Inclusive, ao impor limites a determinados movimentos e condutas, a vestimenta institucional delimitava o que era permitido vestir, como o corpo devia se comportar. Induzia formas específicas de deslocamento, de posicionamento ao sentar-se e de ocupar o espaço, moldando corporeidades de modo implícito. Esses modos de conduta não precisavam ser necessariamente verbalizados ou registrados em ata, pois estavam inscritos na própria materialidade e simbologia da roupa, operando como um recurso pedagógico silencioso e normativo.

Além disso, ao considerarmos o campo discursivo religioso, relembramos a influência que as vestimentas das Congregações religiosas tiveram sobre o uniforme das enfermeiras. Curiosamente, essa vestimenta é denominada “hábito”, termo derivado do latim *habere*, que significa “ter” ou “possuir”. O hábito, portanto, “é sinal de consagração” (Secretariado Nacional de Liturgia, [s.d.], p. 8), mas também é a apropriação de um modo de ser e de agir, inscrito no corpo e reiterado cotidianamente. Ele opera como marca de inscrição institucional e cria um *habitus* corporal. À semelhança do que ocorria nas irmandades religiosas, o fardamento das alunas de enfermagem pode ser compreendido como um dispositivo de pertencimento, um sinal de dedicação à profissão e de conformidade disciplinar.

Na Imagem 19, observamos que o uso do uniforme ultrapassa a função estética ou funcional do vestuário, estendendo-se à regulação das atitudes corporais coletivas. Ou seja, é um conjunto visual em que podemos identificar elementos de subjetivação. Mesmo considerando que a pose das alunas não foi espontânea, a disposição das estudantes uniformizadas revela uma padronização de comportamentos: pernas e pés alinhados, mãos repousadas sobre o colo, corpos eretos, ou seja, sinais visíveis da interiorização de um código de conduta. Nesse sentido, reforçamos que o uniforme distingue as alunas enquanto grupo institucional ao mesmo tempo que atua como operador de subjetivação, orientando gestos, gestualidades e modos de estar. Ao vesti-lo, as alunas são conduzidas a incorporar uma identidade moldada pelas normas da Escola, orientada por valores como disciplina e compostura.

Imagem 19 – Alunas no saguão de entrada da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

A Imagem 19 é uma fotografia em plano aberto que registra o saguão de entrada do prédio próprio da EAEN. As duas alunas são figuras centrais na composição fotográfica, ambas utilizam o uniforme institucional completo, conforme descrito anteriormente em outras imagens: vestido, avental, touca, sapatos e meias brancas. Seus cabelos, cuidadosamente cortados na altura das orelhas, seguem o estilo *chanel*⁴⁹ e são mantidos discretamente sob a touca. As alunas estão sentadas em poltronas idênticas, dispostas em um cenário evidentemente preparado, o que reforça o caráter não espontâneo da fotografia. Estamos diante de uma *mise-en-scène* cuidadosamente planejada, com o objetivo de produzir e registrar um quadro representativo das estudantes e, por extensão, da própria instituição.

⁴⁹ Esse gênero de cabelo caracteriza-se por corte curto na altura do quixo que tapava as orelhas e deixava a nuca desnuda. Muitas das enfermeiras norte-americanas deslocadas para a França durante a Primeira Guerra Mundial usavam esse penteado, igualmente adaptado [pela estilista] Coco (Gabrielle) Chanel. (Poirier, 1998, p.243).

A disposição dos corpos evidencia a rigidez de um protocolo comportamental. As alunas estão com os cotovelos apoiados sobre os braços da poltrona, as mãos posicionadas sobre o colo, uma sobre a outra, com os dedos levemente afastados. Gesto que, além de compor a estética da compostura, parece também exercer leve pressão sobre a saia, impedindo que ela se desloque com o vento. O tronco permanece ereto, os joelhos estão unidos e os pés paralelos, compondo uma postura contida, expressando certo recato.

A pose e comportamento registrado na imagem ilustra um ideal de feminilidade institucionalizada constituída por uma pedagogia silenciosa de normalização dos corpos que “tanto se oculta quanto impõe suas regras” (Butler, 2017, p. 251). A repetição desses gestos naturaliza um determinado modo de ser mulher, neste caso, atravessado pela docilidade, pela compostura e pelo silêncio impressos na imagem. Nesse sentido, a performance disciplinada, a postura alinhada e o olhar rebaixado entre as alunas remetem a um processo de subjetivação no qual o corpo se torna objeto de trabalho sobre si mesmo.

Ainda observando o ambiente da imagem, percebemos o mesmo piso em mosaico presente na Igreja retratada na Imagem 15, reforçando a ideia de continuidade estética e simbólica entre espaços distintos e fisicamente separados. Podemos pensar que essa repetição material sugere uma lógica de conformidade entre o espaço sagrado e o espaço formativo, indicando, talvez, um investimento institucional na construção de uma ambiência homogênea e disciplinadora. Conforme nos lembra Didi-Huberman (2015), as imagens não são meros reflexos do real, mas produções simbólicas que revelam camadas de sentido ocultas sob a superfície visível. Assim, a fotografia em questão documenta este instante específico e compõe um dispositivo visual de pedagogia.

Ao fundo, elementos arquitetônicos e mobiliários contribuem para finalizar a leitura simbólica do espaço. Observamos uma porta e duas janelas dispostas na parede por trás das discentes. Há um quadro de avisos instalado à frente de uma das janelas, o qual bloqueia parcialmente a entrada de luz natural. Ele é constituído a partir de uma estrutura em madeira com portas de vidro, cujos comunicados são fixados em uma superfície de feltro verde, reafirmando a centralidade da informação reguladora no cotidiano escolar. Outro quadro, desta vez de maiores proporções, está apoiado sobre dois suportes e igualmente funciona como espaço para avisos, entretanto diferentemente do outro, este possui livre acesso pela ausência de portas de vidro. Ainda nas paredes entre a janela da esquerda e a porta há outro quadro menor com moldura quadrada e vidro de proteção, mas sem nenhuma inscrição dentro dele, como se ali tivesse alguma informação que não é mais necessária.

As portas e janelas apresentam características particulares, como grelhas de ventilação superior, confirmando a prioridade dada à iluminação e à ventilação naturais. Entretanto, a porta encontra-se parcialmente bloqueada por um obstáculo que permite sua abertura apenas pela parte interior do prédio, sugerindo um sentido preferencial de circulação de pessoas. Esses elementos arquitetônicos reforçam o regime de visibilidade e controle que estrutura o espaço escolar, produzindo e sustentando subjetividades disciplinadas, exatamente como propõe Foucault (1987):

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (Foucault, 1987, p. 169).

Ainda percebemos que houve certa modernização estrutural ao compararmos esses elementos à Imagem 18, que registra a fachada da Escola, sinalizando que as duas fotografias foram capturadas em anos diferentes. Ainda visualizamos, entre a porta e a janela da direita, uma placa de inauguração fixada na parede, provavelmente em ferro, cuja inscrição não é legível na imagem. Presume-se, contudo, que continha dados institucionais como o nome da universidade, a data da entrega do edifício, a unidade de ensino e os nomes de algumas autoridades públicas, como reitor da Universidade e diretora da Escola etc. A presença dessa placa reforça o caráter solene e institucional do espaço, indicando sua relevância dentro do projeto educativo.

Considerando o planejamento espacial e a arquitetura da EAEN, podemos identificar como a circulação e o comportamento das alunas era controlado. O sentido preferencial de passagem, o local adequado para sentar-se, os quadros de informação e o próprio fluxo de ar e luminosidade indicam a construção de um local que visava garantir ordem e funcionalidade. A disposição do ambiente assegura “a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos” (Foucault, 1987, p. 174). Assim, a racionalização da arquitetura, objetivando tornar a instituição e a prática sobre os corpos mais eficiente, é mais um ponto que contribui para a fabricação de subjetividades.

Pensando nesse exercício de subjetivação e conformidade do tempo e gestos às regras institucionais, voltamos às observações dos *Relatórios de Capacidade Profissional* e

encontramos injunções sobre o controle das emoções das alunas. A cortesia, a delicadeza e a monitoração de impulsos formavam um eixo pedagógico importante e eram tratados como uma habilidade a ser adquirida no mesmo plano das práticas clínicas. Assim, o caráter performativo das avaliações revela que as estudantes precisam administrar estados de espírito, produzindo uma versão pública sobre si, conforme observamos nos seguintes trechos:

[...] a aluna deve procurar controlar seus ímpetos, não excedendo-se (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Sala de Operações, 1961).

Dominar seus impulsos. Responder com mais cortesia” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Mulheres, 1961).

A aluna fala muito alto com seus doentes e de maneira indelicada. Repreendida procurou melhorar. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Homens, 1960).

A aluna desenvolveu-se bem no estágio, porém é preciso educar um pouco a voz (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Saúde Pública, 1961).

A expressão emocional e o cuidado com a aparência convergem nesse mesmo dispositivo pedagógico, compondo uma gramática disciplinar que pretendia moldar a enfermeira como “corpo útil, corpo inteligível” (Foucault, 1999, p. 163). Paralelamente, essas orientações também coadunam com a produção de um corpo feminino instrumentalizado para o cuidado, conforme sugere Federici (2017) ao discutir a historicidade da domesticação das mulheres para o trabalho reprodutivo e economia do cuidado. Observa-se, assim, uma convergência entre a racionalidade disciplinar do hospital, a pedagogia institucional da escola e a lógica histórica de produção de subjetividades femininas voltadas ao serviço e à obediência.

Comentários a respeito do tom de voz das alunas são um indício de ajuste comunicativo no contexto do cuidado e integram um processo mais amplo de formação de um corpo profissional governável. A exigência de que “falem baixo” funciona como índice de docilidade, de disciplina emocional e de adequação a um ideal de feminilidade compatível com instituições que valorizam silêncio, ordem e submissão. Como observa Soares (2011), “modos e comportamentos, gestos e tonalidades de voz, maneiras de se sentar à mesa, ou seja, uma educação do corpo é posto já em um imenso acervo de pequenas coisas que formam um gigantesco mosaico de vida em sociedade” (Soares, 2011, p. 23). No âmbito da EAEN, percebemos que esse “mosaico” é resultado de micro regulações sociais, mas também institucionais. Conter-se, suavizar-se, regular impulsos e voz operam como dispositivo de

subjetivação, pois orientam o corpo feminino nas suas ações e no modo como ele se apresenta e se torna audível nos espaços educacional e hospitalar.

Essa normatização ganha densidade nos enunciados avaliativos cujo objeto direto é a correção disciplinar. O discurso, de tom explicitamente imperativo: “Seja meiga, porém sincera com o próximo, não ateste ingenuidade em situações inoportunas; procure ouvir com atenção os ensinamentos dos superiores, mesmo que já sejam do seu conhecimento; não fale antes de ser individualmente interrogada” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres, 1959), posiciona a aluna em uma economia hierárquica da palavra, na qual a escuta é valorizada e a fala, contida. Além disso, exigir que a aluna não se expresse, mesmo quando já domina o conteúdo, desautoriza seu saber prévio, reafirmando a autoridade simbólica dos seus “superiores”. Ou seja, o cuidado deve ser aprendido e realizado sem tensionar as relações de poder que estruturam a instituição. Assim como a lógica religiosa do voto de obediência, é preciso aceitar e acatar as ordens dos superiores sem questionamento.

Se, por um lado, a correção disciplinar incide sobre a economia hierárquica da palavra e regula quem pode falar, quando e em que condições, por outro, esse mesmo regime estende-se às esferas da moralidade e das relações interpessoais, ampliando o alcance institucional sobre os modos de ser e de se conduzir nos espaços educacional e hospitalar. Expressões avaliativas como “apresentou boas qualidades morais” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Saúde Pública, 1960) ou “revelou boas qualidades morais e profissionais” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Sala de Operações, 1961) são mobilizadas sem que se explicita o conteúdo dessa moralidade, produzindo um critério vago, porém normativo.

No entanto, em registros como “nota-se que esta aluna precisa melhorar a sua conduta para com os médicos e acadêmicos, pois gosta de chamá-los sem consultar a instrutora encarregada” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Homens, 1959) ou “a aluna precisa manter maior distância entre médicos e estudantes, não dando muita atenção às brincadeiras; digo, procurando afastar-se” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Sala de Operação, 1962) torna nítido que um dos focos da vigilância era a regulação das interações entre alunas e médicos ou acadêmicos de medicina. A preocupação institucional é reforçada pelo relato de Oscarina (2024) ao frisar o comportamento de algumas estudantes:

[...] a gente queria que as pessoas tivessem uma conduta boa porque tem pessoas que acham que porque vão para dentro de um hospital que se o doutor

der um riso para ela, ela se joga [...]. Tinha muita gente que se encantava... que o médico sorria e ela estava toda para lá (Oscarina, 2024).

A preocupação com a moralidade incide diretamente sobre a preservação da reputação das alunas e, de modo indireto, sobre a imagem pública da própria Escola. Avaliada sob esses parâmetros, a moralidade torna-se sexualizada e generificada, pois supõe a jovem como sujeito simultaneamente vulnerável e potencialmente descontrolado diante da autoridade masculina do médico. Essa leitura desloca para o corpo feminino a responsabilidade pela manutenção da ordem moral no espaço hospitalar. É notório que a exigência de distanciamento ocorre sob o pretexto de proteger a reputação da Escola de possíveis escândalos e ainda opera de maneira machista reinscrevendo desigualdades de gênero e de poder.

Esse regime de vigilância moral e de regulação das relações não se restringia às interações com médicos ou à preservação da reputação institucional, mas desdobrava-se em um controle minucioso da própria expressividade das alunas no cotidiano do trabalho e de sua formação. Assim, não apenas os vínculos considerados “inadequados” eram disciplinados, mas também os modos legítimos de se comunicar, de se aproximar e de se fazer presente no espaço hospitalar. Percebemos, por exemplo, que timidez era objeto de regulação, pois as alunas deveriam ser comunicativas com os pacientes, conforme avaliação: “procurar dedicar-se mais ao doente, ser menos tímida e mais comunicativa” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Pronto Socorro, 1960). Entretanto, também era solicitado que houvesse discrição com colegas e funcionários: [...] Conversar menos em serviço com os funcionários” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Pronto Socorro, 1960). Ou seja, havia um limite na comunicação. Era necessário ser expressiva, mas conversar demais com funcionários ou médicos era inadequado. Isso reafirma a comunicação como um campo de vigilância moral e de subjetivação.

Nesse mesmo horizonte normativo em que aparência, docilidade, autocontrole emocional e moralidade constituem o cuidado de si esperado das alunas, o cuidado com a própria saúde emerge como mais uma dimensão atravessada pelo regime disciplinar. Em alguns relatórios, reconhece-se que o estado de saúde interferia no desempenho no estágio:

A aluna procurou preencher as necessidades de estágio, porém este tipo de serviço não se adapta com seu estado de saúde” (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Pronto Socorro, 1960).

[...] aconselho que a aluna procure dar mais atenção ao seu estado de saúde (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Homens, 1960).

[...] apesar de sempre doente, é esforçada (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Dermatologia, 1961).

Os enunciados revelam como o corpo da cuidadora é produzido institucionalmente como instrumento de trabalho, cuja adequação é medida pela capacidade de sustentar ritmos intensivos mesmo em condições de adoecimento. Ao afirmar que determinado serviço “não se adapta” ao estado de saúde da aluna, desloca-se o problema das condições formativas para o corpo individual, que passa a ser avaliado como insuficiente ou inadequado. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, destacamos a recomendação: “dê mais atenção à própria saúde”, que também opera responsabilizando a estudante por uma fragilidade que não é pensada como efeito possível da sobrecarga formativa.

Mais contundente ainda é a valorização do esforço em detrimento da saúde. O trecho: “apesar de sempre doente”, institui um ideal de abnegação no qual o adoecimento não suspende a exigência de desempenho, mas é convertido em índice de mérito. Esses registros revelam, assim, uma pedagogia que naturaliza o desgaste físico da cuidadora e produz subjetividades ajustadas a um regime no qual o cuidado do outro se sustenta, muitas vezes, à custa do silenciamento da própria vulnerabilidade corporal das alunas.

Em outros termos, o cuidado de si é convocado não como direito ou como prática de preservação do próprio corpo, mas como requisito funcional para a manutenção da produtividade e da disponibilidade para o cuidado do outro. Assim, o corpo da aluna é instrumentalizado, uma vez que ele deve ser saudável o suficiente para sustentar o ritmo do estágio, mesmo quando a doença é reconhecida, e o “esforço” é valorizado precisamente na medida em que a aluna persiste apesar do adoecimento. O cuidado de si, nesse caso, revela seu caráter ambíguo, pois ele é apresentado como orientação e como mecanismo de gestão dos limites corporais, mas desloca para a própria aluna a responsabilidade por conciliar adoecimento, desempenho e exigências institucionais.

Ao discutir historicamente o cuidado de si, Foucault (1985) aborda três grandes momentos. No primeiro, o socrático-platônico, o cuidado de si está relacionado ao conhecimento de si e a uma estética da existência; no segundo, a Idade do Ouro (I-II d. C.), o cuidado de si é compreendido com uma prática de si, e não mais ao conhecimento de si; e no terceiro, o Momento Cristão (III-IV d. C.), o cuidado de si é reconfigurado como renúncia de

si, obediência, confissão e submissão da vontade própria à palavra de um outro (Mendes; Gleyse, 2025).

À luz dessa síntese foucaultiana, as análises desenvolvidas neste tópico permitem compreender que o cuidado de si, mobilizado no contexto institucional, estruturava-se por um conjunto de prescrições que incidiam sobre a aparência, a contenção dos gestos, a docilidade da voz, o autocontrole emocional, a moralidade e o estado de saúde. Tais exigências compunham um regime normativo que tornava o corpo feminino legível como corpo profissional adequado, ajustado às expectativas da formação e do espaço hospitalar. Longe de se configurar como um exercício de retorno reflexivo a si, tal cuidado de si funcionava como um dispositivo de conformação do corpo e da conduta a um ideal de enfermeira governável, produtiva e moralmente regulada.

Então, percebemos que o cuidado de si mobilizado na formação das alunas da EAEN aproxima-se menos do cuidado de si como prática de liberdade, tal como elaborado no mundo greco-romano, e mais de um cuidado de si cristianizado, orientado “através da renúncia a si mesmo” (Foucault, 2004, p. 263), pelo sacrifício e pela submissão a uma autoridade moral. Nesse regime, o sujeito não realiza “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (Foucault, 2004, p.259), mas a vigiar-se, examinar-se e conformar-se a uma norma que lhe é exterior. A valorização do esforço apesar do adoecimento, a moralização do sofrimento e a responsabilização individual pela manutenção da própria aptidão corporal atualizam, em um contexto moderno e profissionalizante, elementos de uma tecnologia cristã do eu, ainda atravessada por preceitos conventuais que não foram completamente rompidos na formação em enfermagem.

Entretanto, não podemos desconsiderar a existência de pontos de resistência aos dispositivos disciplinares que atravessavam a formação das alunas. Se os relatórios avaliativos registram correções e constantes orientações, é justamente porque nem todas as estudantes aderiam plenamente às normas de conduta instituídas pela Escola. Ainda que não configurem resistências organizadas ou explicitamente politizadas, tais práticas evidenciam rachaduras cotidianas com o regime disciplinar, revelando que o poder não opera como imposição unilateral, mas como campo de forças instável, no qual as alunas negociam, contornam, atrasam, reconfiguram ou silenciosamente subvertem as expectativas institucionais. Ou seja, confirma que “nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência[...], não haveria de forma alguma relações de poder (Foucault, 2004, p. 270). Essas rupturas cotidianas, muitas vezes capturadas e reinscritas nos

próprios *Relatórios*, expõem os limites da eficácia disciplinar e mostram que a produção de subjetividades ajustadas nunca se dá sem falhas, sem zonas que escapam, mesmo que provisoriamente, da total normatização dos corpos e das condutas.

Ao reunir esses elementos, compreendemos que a EAEN operava simultaneamente no plano do *cuidado de si* e do *cuidado do outro*. Se, por um lado, disciplinava gestos, hábitos e sensibilidades para garantir um corpo dócil e útil, por outro, formava cuidadoras cuja ação prática dependia dessa mesma interiorização de normas. A síntese que se delineia, portanto, é a de que os processos formativos analisados estruturaram uma profissão e gestaram modos de vida, imprimindo nas estudantes uma gramática própria do cuidado, em que corpo, ética, gênero e poder se entrecruzam para constituir a enfermeira como sujeito histórico. Nesse sentido, o cuidado operava como uma prática educativa, por meio da qual se ensinava a ver, sentir, agir e governar a si mesma em conformidade com um ideal institucional de enfermeira.

5.3 O CUIDADO DO OUTRO: ENTRE A TÉCNICA E A FEMINILIZAÇÃO DO CUIDADO

Precisa raciocinar com mais rapidez. Executar suas tarefas com mais desembaraço. Perder tempo mínimo em adquirir o material de uso. Observar os doentes e dedicar-se totalmente a ele. Procure desenvolver-se melhor nos demais estágios. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Mulheres, 1962).

A partir do trecho transcrito, observamos mais alguns enunciados normativos que apontam o tipo de alunas que a EAEN buscava produzir, uma agente do cuidado regida pela eficiência técnica e pela disponibilidade total ao paciente. Dessa forma, “raciocinar com rapidez” e “minimizar o tempo gasto em providenciar materiais” solicitam à aluna raciocínio ágil, gestão do tempo e associações entre o conteúdo teórico e prático, operando como um mecanismo de disciplinamento e dos ritmos corporais.

A estudante, então, é convocada a cumprir um tempo produtivo, ajustando seu corpo a um fazer regulado, previsível e racionalizado. Ou seja, “no bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido. Um corpo bem disciplinado, forma o contexto de realização do mínimo gesto”, como explicou Foucault (1987, p. 178).

Além disso, exigir “tempo mínimo”, “dedicação total” e “rapidez”, provoca um apagamento sistemático do cansaço e dos limites corporais das alunas, similarmente às análises realizadas no tópico anterior a respeito do estado de saúde das jovens. Ou seja, uma normatização que naturaliza ritmos intensos de trabalho e silencia os efeitos físicos e emocionais de uma exigência contínua. Como aponta Brugère (2023 p, 81), “o cuidado, apesar de ter como finalidade o tratamento de vulnerabilidade, frequentemente ele não faz senão instaurar cadeias de vulnerabilidade, que são também cadeias de exploração dos indivíduos que fornecem o cuidado”. Por consequência, quando o cuidado é submetido a determinações da eficiência econômica torna-se quase impossível sua prática, pois não há tempo necessário, nem disponibilidade física do cuidador para desenvolvê-lo adequadamente.

Essa dinâmica também é problematizada por Tronto (2013) ao analisar a inserção do cuidado na racionalidade econômica. Segundo a autora, o trabalho de cuidado é moldado pelo tempo e pelo dinheiro e, quando passa a ser uma atividade comprada e vendida no mercado, torna-se sempre vulnerável (Tronto, 2013). Essa reflexão contribui para compreender como, no âmbito da formação das auxiliares de enfermagem, a eficiência temporal e a intensificação dos ritmos de trabalho podem normalizar práticas que tensionam os próprios fundamentos éticos do cuidar, tais como: a atenção, a responsabilidade, a competência e a capacidade de resposta (Brugère, 2023).

Para reiterar essas conjecturas, destacamos mais uma vez a *Ficha de Estágios Práticos* apresentada na Imagem 9 da seção três. Nela, percebemos que a organização curricular era marcada por uma extensa carga horária de aulas teóricas e práticas hospitalares. O documento indica, por exemplo, a existência de apenas uma folga semanal, revelando uma estrutura formativa que reproduz, ainda no período de aprendizagem, as exigências de uma disponibilidade contínua e, consequentemente, eletiva de subjetividades adaptadas à sobrecarga.

De mesmo modo, a demanda por dedicação total ao doente mobiliza uma dimensão afetiva que, no campo da enfermagem, historicamente se confunde com expectativas de feminilidade. Assim, identificamos uma preocupação institucional em regular os gestos de cuidado conforme uma lógica que reinscreve e associa mulheres à disponibilidade emocional ilimitada. Há, portanto, uma produção de subjetividade que combina a racionalidade técnica moderna com os códigos tradicionais de abnegação e sacrifício, aquilo que Federici (2017) define como a forma específica de exploração que historicamente recai sobre o trabalho reprodutivo feminino.

Considerando essa perspectiva, o enunciado apresentado torna-se ambivalente, pois ao mesmo tempo em que contribui para a capacitação de um trabalho feminino remunerado, enfatizando a rapidez e competência técnica, reproduz a expectativa de disponibilidade afetiva tradicionalmente exigida das mulheres. Em outras palavras, converte a eficiência em obrigação moral e reforça, o que temos constatado ao longo da pesquisa, que havia uma tensão constitutiva entre formação técnica e demanda por sacrifício pessoal. Consequências de um alicerce discursivo que favorece a desvalorização econômica e o não reconhecimento das práticas de cuidado enquanto trabalho (Guimarães; Hirata, 2020).

Ainda é possível interpretar que, na formação de corpos-trabalhadores especializados para engrenagem hospitalar, era empregado um regime de visibilidade e vigilância. O trecho “observar os doentes” não é neutro, ele dialoga diretamente com a economia do olhar clínico em observar, vigiar sinais e sintomas e antecipar demandas. Nesse interim ocorre uma espécie de panóptico (Foucault, 1987) difuso onde a aluna observa o paciente enquanto é observada pela instituição, conforme reforçado pela observação seguinte:

Tem a aluna possibilidade de fazer melhor estágio, porém a frequência deve ser mais assídua, pois em 45 dias de estágio, a aluna consta 17 faltas. Procure se dedicar mais ao doente. Perder menos tempo em providenciar material. Ter mais atenção ao preparar e administrar medicamentos. A sra. trabalha com vidas alheias. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Mulheres, 1962).

A constante recomendação a respeito da qualidade técnica reflete também as exigências de uma profissão que “trabalha com vidas alheias”, e que conseqüentemente deve ser encarada com responsabilidade. O discurso pedagógico reconhece, conforme argumenta Brugère (2023), que a prática da enfermagem implica uma relação permanente com a vulnerabilidade do outro, exigindo responsabilidade contínua e atenção ética às condições de vida que se colocam sob seus cuidados. Esse ponto permite expandir a discussão sobre a relação entre confiança nos procedimentos, a segurança do paciente e sobrecarga profissional.

Casos em que as professoras não sentiam plena confiança nas alunas eram registrados de maneira explícita nas observações dos relatórios, como se observa no trecho: “Capaz de obedecer às ordens que são impostas, todavia requer supervisionamento constante pelo fato de mostrar-se pouco responsável parecendo-nos não dar valor o seu trabalho”. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Médica de Mulheres, 1960). A formulação revela

que, embora a aluna cumprisse as ordens, esse desempenho não era suficiente para constituí-la como um sujeito responsável. A obediência aparece, assim, como um requisito básico, como uma categoria profissional mobilizada pelas docentes para medir a confiabilidade nas estudantes.

Essa lógica avaliativa encontra ressonância nos discursos hegemônicos sobre a formação em enfermagem no período. Ao investigar artigos publicados na REBEn entre 1955 e 1980, Germano (2011) identifica que “[...] a noção de educação e de enfermagem se pauta por conceber a primeira como ensino rígido, autoritário, elitista e pouco criativo, enquanto a segunda é concebida sob o prisma do espírito cristão, da obediência e do tecnicismo” (Germano, 2011, p. 114). Tal configuração discursiva contribui para compreender por que a obediência e a vigilância permanente aparecem também como elementos centrais nos *Relatórios*.

Similarmente, o comentário evidencia que a responsabilidade é tratada como uma qualidade subjetiva, algo que a aluna mostra ou parece ser, não apenas como um desempenho técnico. A expressão “parecendo-nos não dar valor ao seu trabalho” indica uma leitura interpretativa sobre algum comportamento discente, uma avaliação que ultrapassa a esfera do fazer e incide sobre o ser. Reforça, portanto, o caráter disciplinar do relatório, que além de registrar ações, produz diagnósticos sobre o comportamento das estudantes. Classificá-la como alguém que precisa de “supervisionamento constante”, potencializa um regime de vigilância que busca modelar atitudes consideradas inadequadas ou insuficientemente amadurecidas.

Além disso, o contraste entre “Capaz de obedecer às ordens” e “requer supervisionamento constante” revela uma tensão entre o cumprimento mecânico de tarefas e a expectativa institucional de autonomia. Pensando no nosso recorte temporal e nas relações de gênero imbricadas na enfermagem, podemos conjecturar que a autonomia só era reconhecida quando acompanhada de atributos historicamente associados à feminização da profissão, como a docilidade, zelo e dedicação. Portanto, a crítica à suposta falta de responsabilidade pode ser lida como parte de um dispositivo pedagógico que, mais uma vez, visava formar não apenas alunas competentes, mas mulheres disciplinadas, cuidadosas e emocionalmente alinhadas aos valores institucionais, conforme observações a seguir:

Noto que a aluna trabalha com pouco carinho, bem como falta de sinceridade para com seus colegas. (Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres, 1961).

A aluna cumpre os trabalhos da escala, entretanto muito deixa a desejar. Melhorar a higiene pessoal e lidar com os doentes de maneira mais gentil.

(Relatório de Capacidade Profissional, Disciplina Clínica Cirúrgica de Mulheres, 1961).

Ao requerer “carinho” e “gentileza”, qualidades culturalmente associadas ao universo feminino e à vocação, o discurso pedagógico institui uma verdadeira coreografia institucional do cuidado. Propõe uma performance na qual o tom de voz, os gestos e as atitudes deveriam comunicar atenção e afeto. Essa expectativa não deve ser lida como uma prescrição teórica defendida neste trabalho, mas como um traço histórico do regime formativo analisado, no qual determinadas concepções sobre o cuidado parecem ter sido incorporadas ao currículo e às práticas educativas. Nesse sentido, aproxima-se da formulação de Pascale Molinier, para quem o amor e o afeto são componentes inevitáveis do cuidado (Molinier, 2020), como indício de uma matriz discursiva que, em determinados contextos históricos, contribuiu para naturalizar a exigência de envolvimento emocional das trabalhadoras do cuidado. Mais do que uma disposição espontânea, a gentileza no trato aparece como atributo que precisa ser aprendido, exercitado e exibido no cotidiano hospitalar. Não bastava cuidar, era necessário demonstrar que se cuida e preferencialmente de modo reconhecível para a instância avaliadora.

Compreendemos, ainda, que a formulação segundo a qual a aluna “cumpre os trabalhos da escala, entretanto muito deixa a desejar” explicita uma hierarquização simbólica entre o simples cumprimento das tarefas e aquilo que é reconhecido como “bom cuidado”. O enunciado sugere que a execução das atividades prescritas não é suficiente para legitimar a estudante como profissional adequada, instaurando uma distinção entre o trabalho técnico-operacional e um ideal ampliado de cuidado, associado a disposições morais, afetivas e relacionais. Nessa lógica, o valor do trabalho deixa de estar restrito ao fazer e passa a depender da incorporação de comportamentos considerados desejáveis, reiterando a performatividade do cuidado, na qual determinadas atitudes adquirem maior peso simbólico do que a própria realização das tarefas.

Para observar a materialidade do cuidado, trazemos aqui um registro das jovens enfermeiras segurando bebês em um ambiente hospitalar, muito provavelmente nas dependências da Maternidade Januário Cicco. A Imagem 20 ilustra de forma significativa a disciplina Noções de Puericultura⁵⁰, ao observarmos as vestimentas percebemos que elas fazem uso de um uniforme solene. Isso nos leva a pensar que a fotografia foi registrada no dia da

⁵⁰ Considerando o recorte temporal desta investigação, identificamos que os boletins escolares da década de 1950 denominavam essa disciplina inicialmente de *Berçário*, o que indica uma variação de nomenclatura na década seguinte. Infelizmente não encontramos registros sobre a ementa das disciplinas, impossibilitando verificar se, além da mudança de nome, houve mudança nos conteúdos ensinados.

formatura das alunas, suposição evidenciada pelo vestido branco, avental engomado, mas também pela presença do brasão institucional localizado ao lado esquerdo da gola do avental. Na imagem há dez alunas, cada uma segurando uma criança de colo, sorrindo e com o olhar dirigido ao fotógrafo, o que reforça, mais uma vez, um registro realizado intencionalmente.

Imagem 20 - Alunas da Escola de Auxiliares de Enfermagem aula de puericultura



Fonte: Acervo da Escola de Saúde da UFRN.

Capturada em plano geral, a fotografia destaca as alunas como elemento cêntrico. Elas se apresentam enquadradas de corpo inteiro e distribuídas de modo a ocupar a maior parte do registro, fato que acaba reduzindo a visibilidade do espaço ao redor. Ainda assim, alguns indícios materiais sugerem que o ambiente se trata de um berçário hospitalar, tais como: berços metálicos dispostos simetricamente nas laterais da composição, lençóis claros, panos estendidos e objetos associados ao cuidado infantil.

As alunas situam-se no encontro de duas paredes, entre uma janela aberta, que assegura iluminação e ventilação naturais, e uma passagem que conduz a outro ambiente do serviço de saúde. À esquerda, observa-se um berço de metal forrado com tecido branco e sobre ele um pano estendido no varal funcionando, possivelmente, como proteção improvisada. Fixada na

parte frontal da estrutura, encontra-se uma prancheta com folhas que acreditamos corresponder ao registro clínico da criança atendida. Essa descrição remete à introdução de mecanismos disciplinares no espaço hospitalar, movimento historicamente analisado por Foucault (1977) ao situar, a partir do início do século XVII, a reorganização desses locais como parte de um processo mais amplo de racionalização dos corpos e práticas de cura. Nesse sentido, a disciplina hospitalar:

[...] terá por função assegurar o esquadrinhamento, a vigilância, a disciplinarização do mundo confuso do doente e da doença, como também transformar as condições do meio em que os doentes são colocados. Se individualizará e distribuirá os doentes em um espaço onde possam ser vigiados e onde seja registrado o que acontece (Foucault, 1977, p. 62-63).

Assim, a distribuição do mobiliário e a própria posição encenada das alunas sugere um protocolo de circulação e projeta uma organização espacial do cuidado, dinâmica que ecoa a afirmação de que “o poder se exerce tornando-se invisível: em compensação, impõe aos que submete o princípio da visibilidade obrigatória” (Foucault, 1987, p. 211). Inclusive a prancheta afixada ao berço, instrumento aparentemente banal, integra essa lógica documental que faz do saber um efeito e instrumento do poder (e vice-versa)⁵¹ (Foucault, 1987), revelando como a formação técnica estimulava as estudantes a registrar, classificar e tornar legíveis os corpos dos bebês.

O sorriso, a postura serena e o gesto de embalar o bebê podem ser lidos como efeitos visuais de uma pedagogia normativa do cuidado, configurando uma performance de prontidão e de dedicação total. Nesse sentido, a fotografia também se apresenta como um enunciado dessa dimensão fundamental da enfermagem, ao mesmo tempo em que evidencia a associação entre o cuidado e práticas de maternagem, frequentemente representadas como “naturais” às mulheres. Nesse sentido, identificamos um paradoxo significativo, pois a fotografia é ensaiada e cuidadosamente montada, o que revela que não há espontaneidade na relação entre mulher, maternidade e cuidado. Ao contrário, por apresentar-se como uma cena minuciosamente construída e, ao mesmo tempo, ideologicamente higienizada, produz e sustenta a aparência de uma suposta naturalidade.

⁵¹ Considerando o pensamento foucaultiano, o *saber* e o *poder* se reforçam mutuamente. À medida em que o *poder* produz *saberes* que organizam o campo material, por exemplo como os *Relatórios* que definiam o que era adequado, saudável, eficiente ou desviante; os *saberes*, ao circularem como *verdades*, tornam o *poder* mais eficaz, mais naturalizado e mais interiorizado pelos próprios sujeitos.

A imagem, então, convoca o que Didi-Huberman denomina “sintoma visual”, pois toda imagem “nos olha” e “nos desafia a ver aquilo que não está imediatamente dado” (Didi-Huberman, 2010, p. 45). O modo como as alunas se posicionam junto aos berços, o gesto controlado de embalar o bebê e a presença do prontuário indicam a incorporação de uma técnica que envolve posturas corporais, modos de tocar e formas específicas de manejar o corpo infantil. Paralelamente, a predominância de superfícies clara, tecidos limpos e organização simétrica do mobiliário remetem a uma estética da higiene que funciona tanto como requisito sanitário quanto como marcador disciplinar, produzindo um ambiente visualmente ordenado e legitimado como espaço de cuidado.

Nesse contexto, observar o paciente torna-se parte indissociável do processo formativo. O bebê é permanentemente inscrito em uma lógica de vigilância clínica, registro e acompanhamento. Contudo, já constatamos que esse movimento é espelhado, pois, ao mesmo tempo em que as discentes aprendem a observar e monitorar o outro, elas também se encontram sob o olhar avaliativo institucional. Esses elementos deixam entrever expectativas organizacionais que ultrapassam o visível, revelando a concretude do cuidado, que envolve simultaneamente competências técnicas e afetivas, elementos solicitados nos *Relatórios de Capacidade Profissional*.

A preponderância feminina na cena, somada ao trabalho de cuidado infantil, retoma debates sobre performatividade de gênero. Butler (2017), ressalta que o gênero é sempre um fazer, “um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” (Butler, 2017, p. 69) que se cristaliza em gestos, estilos corporais e modos de ser. Nesse sentido, as estudantes acionam corporalidades que respondem e reproduzem normas associadas ao cuidado feminino, aspecto também apontado por Louro ao afirmar que a escola produz e reafirma determinadas identidades de gênero como naturais e desejáveis (Louro, 2018).

Quando ampliamos essa discussão para o cuidado infantil como extensão de papéis historicamente atribuídos às mulheres, torna-se possível tensionar a naturalização da associação entre mulheres e crianças. Segundo Elisabeth Badinter, “o instinto materno é um mito” (Badinter, 1985, p. 365), uma construção histórica que varia conforme os contextos sociais e as expectativas culturais. Essa afirmação ajuda a pensar como a prática da puericultura ensinada às alunas da EAEN incorporava características socialmente valorizadas da feminilidade ao mesmo tempo em que as resignificava como competência técnica. Logo, o cuidar de bebês, mesmo dentro de um espaço técnico e científico, mobilizava atributos associados à maternidade idealizada.

Refletindo sobre esses questionamentos, evocamos outra instituição natalense voltada para educação feminina, a *Escola Doméstica de Natal* (ED). A disciplina de puericultura, obrigatória para alunas matriculadas no quinto ano do *Curso Doméstico*, “procurava estimular a produção do amor materno e da maternidade ideal” (Souza, 2021, p. 109). Se na EAEN o cuidado infantil se configurava como um saber profissional, mesmo que ainda acionado por elementos de uma feminilidade idealizada; na ED ele se inscrevia no projeto de formação da “boa esposa e boa mãe”. Em outras palavras, tratava-se de “educar os sentidos e sensibilidades das jovens meninas para o exercício da maternidade, como mãe-enfermeira” (Souza, 2021, p. 109).

Ainda que essas instituições partam de classes sociais diferentes, já que a ED era declaradamente uma escola para meninas que pertenciam a uma elite financeira, ambas tratam os cuidados infantis como uma extensão do feminino, inclusive como expressão de sua afetividade. Vejamos como a Imagem 21 das alunas da ED se assemelha à imagem das alunas da EAEN:

Imagem 21 – As “alunas-mães” e seus bebês



Barros; Mesquita (2014, p. 77), apud Souza (2021).

As alunas da ED apresentam-se trajando vestidos brancos, com comprimento na altura dos joelhos, e sobrepostos com aventais. A indumentária é complementada pelo uso de sapatos

e meias igualmente brancos. Os cabelos são mantidos semipresos atrás das orelhas e cobertos por toucas. Assim como na EAEN, percebemos um fardamento marcado pela uniformidade cromática e reforçada por uma estética de limpeza, ordem e padronização corporal. Nesse contexto, o uso do avental e da touca aproxima-se mais do universo doméstico do que do ambiente hospitalar propriamente dito, sugerindo que práticas associadas ao trabalho familiar eram pedagogicamente mobilizadas para performar o cuidado.

A cena apresenta dezesseis alunas, quase em semicírculo, em um espaço que aparenta ser um pátio externo às salas de aula da ED. Seis delas encontram-se sentadas, com as pernas cruzadas ou mantidas juntas, adotando posturas corporais contidas; algumas repousam as mãos sob o colo, enquanto outras seguram bebês. As demais dez alunas posicionam-se em pé, atrás das que estão sentadas, com os braços ao lado do corpo ou levemente projetados à frente, mantendo os cotovelos dobrados. Todas posam para o registro fotográfico e, em sua maioria, direcionam o olhar para a câmera, acompanhadas por expressões faciais que sugerem serenidade, frequentemente marcadas por sorrisos discretos. Três bebês estão acomodados sob o colo das alunas sentadas, enquanto uma quarta criança aparece em primeiro plano, em uma espécie de cadeira infantil.

O ponto de contato entre as duas imagens reside no lugar simbólico atribuído ao cuidado infantil como extensão da feminilidade. A criança aparece como objeto de demonstração do cuidado correto, do gesto adequado e da postura esperada, funcionando como mediador da performance feminina institucionalmente valorizada. Assim, percebemos que o bebê é menos representado como sujeito de necessidades próprias e mais como dispositivo didático que legitima visualmente a identidade da “boa cuidadora”.

Se pensarmos na pergunta: “qual era função da disciplina de puericultura nas duas instituições?” Podemos enfatizar que ela objetivava disciplinar corpos femininos, garantindo que tanto no hospital quanto no lar a mulher estivesse preparada para assumir funções de reprodução biológica e social. Embora a EAEN e a ED atendessem diferentes classes sociais, ambas mobilizam a puericultura como ferramenta de disciplinamento feminino. À luz das contribuições de Louro (2018), compreende-se que “a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe” (Louro, 2018, p. 89). Nessa perspectiva, as imagens analisadas “fazem gênero”, ao ensinar, reiterar e normalizar modos específicos de ser mulher no interior dos espaços formativos.

No contexto da EAEN, a figura da mulher cuidadora é constituída como trabalhadora institucionalizada, mesmo com todos os atravessamentos de gênero, as alunas acabam inseridas em uma lógica profissional regulada. Em contrapartida, na ED, o cuidado aparece como prolongamento da maternidade futura, produzindo uma representação feminina vinculada à reprodução social e destituída de reconhecimento salarial e de direitos trabalhistas. Conforme Federici (2017, p. 191), “ao definir o trabalho das mulheres como uma expressão de sua natureza, o capitalismo conseguiu transformar o trabalho reprodutivo em um recurso natural gratuito”. Assim, a instituição ensina e contribui para tornar aceitável, por meio de suas práticas e encenações corporais, que o cuidado pertence ao “ser mulher”, ignorando-o como trabalho.

Outro aspecto que emerge dessa análise diz respeito ao silenciamento sistemático do esforço físico implicado na prática do cuidado. Ao criar uma pedagogia visual do cuidado, as imagens constroem uma estética da leveza, da serenidade e do autocontrole corporal, apagando sinais de fadiga, desgaste ou desconforto. O peso sustentado nos braços, a repetição de tarefas, o tempo prolongado em posturas rígidas e o cansaço acumulado não encontram espaço na composição visual. Ao contrário, o corpo da aluna é apresentado como disponível, estável e aparentemente inesgotável. Tal representação é mais um indício que reforça a naturalização da resistência feminina ao esforço físico e contribui para invisibilizar as condições materiais do trabalho de cuidado, sustentando expectativas de abnegação e disponibilidade contínua.

A própria materialidade fotográfica produz uma temporalidade fixa que contribui para essa idealização. Ao fixar um instante cuidadosamente organizado, a imagem suspende o fluxo do cotidiano e elimina ruídos, improvisações, falhas e tensões próprias da prática real. Ou seja, a imagem persiste como um vestígio carregado de conflitos que ora revela processos, ora os oculta. Como afirma Didi-Huberman (2013, p. 43), “as imagens sobrevivem, mas nunca em paz; elas sobrevivem sob a forma de sintomas”, o que nos obriga a lê-las não apenas pelo que exibem, mas também pelas fissuras e silêncios que deixam entrever. Portanto, o que se apresenta como momento harmonioso, ordenado e controlado, convive com sinais discretos de um disciplinamento profundo do corpo feminino, perceptível nos gestos contidos e na rigidez postural.

À luz das análises desenvolvidas ao longo deste capítulo, foi possível afirmar que o cuidado, tal como instituído no projeto formativo da EAEN, operava como uma prática educativa que ultrapassava a dimensão estritamente técnica da enfermagem. Ao esquadrihar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas, tanto pela análise minuciosa dos *Relatórios de Capacidade Profissional*, quanto pela materialidade visual das imagens

analisadas, percebemos a constituição de uma pedagogia do cuidado cuja ação também incidia sobre a modelagem de atitudes corporais, morais e afetivas. O cuidado de si e o cuidado do outro, portanto, era ensinado, regulado e avaliado por meio de normas que orientavam ritmos, gestos, posturas e condutas, inscrevendo nos corpos femininos em uma forma específica de estar no mundo, mais especificamente no mundo do trabalho. Desse modo, entendemos que o cuidado se apresenta como objeto de aprendizagem e como dispositivo formativo que produz subjetividades ajustadas às exigências institucionais, aos códigos de gênero e às racionalidades que atravessavam o campo da saúde no período analisado.

6 DESPARAMENTAR PARA PROSSEGUIR

Ao final deste percurso analítico, é necessário se desfazer, com igual cuidado, dos gestos que marcaram o início da investigação. Se a entrada no campo de pesquisa exigiu paramentação, rigor e revestimento teórico-metodológico, o momento das considerações finais convoca o movimento oposto. Agora é necessário retirar camadas e permitir que os sentidos produzidos respirem a fim de avaliarmos nosso aparato analítico. Desparamentar, aqui, não significa abandonar o rigor científico, mas reorganizar o olhar, recolher os instrumentos e observar com maior amplitude o percurso de pesquisa.

Nesse deslocamento, consideramos ter cumprido o objetivo de analisar os discursos sobre o cuidado, mais especificamente sobre o cuidado de si e o cuidado do outro, produzidos sobre e na Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal, considerando seus desdobramentos com as relações de gênero e práticas pedagógicas no período entre 1955 e 1971. Tal propósito ocorreu por meio da problematização das diferentes materialidades as quais esse discurso se inscreveu, a saber: os enunciados presentes nos documentos institucionais, as imagens das alunas em situação formativa, as notícias veiculadas na imprensa local e os registros discursivos da professora Oscarina Saraiva, fontes que, em conjunto, permitiram apreender a espessura histórica, educativa e política da EAEN no contexto investigado.

Os objetivos específicos foram progressivamente alcançados ao longo do desenvolvimento desta Tese. Na seção intitulada *A Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal: seus símbolos e discursos*, discutimos as formações discursivas a respeito da criação e instalação da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal (1955-1971) para a construção de uma educação profissional voltada para o cuidado. Para tanto, abordamos três principais frentes. Na primeira, analisamos os enunciados a respeito da autorização e desafios enfrentados para a instalação e funcionamento da EAEN. Utilizamos registros da imprensa local, o relato da participante da pesquisa, além das imagens que evidenciaram que a Escola foi fundada sobre deslizamentos entres discursos médicos, religiosos e educacionais.

Em seguida, debatemos como a constituição do trabalho do cuidado na EAEN, consequentemente da enfermagem, foi atravessada por preceitos religiosos e caritativos, destacando a presença das Irmãs da Ordem Filhas de Sant'Anna como primeiras dirigentes do Hospital Miguel Couto. Nesse mesmo sentido, apresentamos discursos legais, como o Decreto-Lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946 e a Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, que foram

determinantes para substituição da mão de obra conventual por profissionais de enfermagem nos hospitais brasileiros. Analisamos, ainda, os documentos de inscrição no processo seletivo, documentos de matrícula e os documentos de permanência, dentre eles a *Folha Confidencial* e as *Fichas de Entrevista*. Todos esses elementos construtivos evidenciaram um processo pedagógico que solicitava e produzia uma profissional tecnicamente habilitada e moralmente adequada e dócil para o exercício do cuidado.

Na seção *Os contornos do cuidado na enfermagem: suas imagens, suas vestimentas e seus rituais*, problematizamos a educação de um corpo voltado para o cuidado. Constatamos que o uniforme se configurou como um dos dispositivos centrais na construção da identidade profissional da enfermagem, atuando, simultaneamente, como marcador de gênero e de pertencimento institucional. Em seguida, debruçamo-nos sobre dois rituais marcantes para as alunas e para a instituição: a *Sessão Solene de Recepção das Toucas* e a colação de grau.

Identificamos fortes semelhanças entre a recepção das toucas e a cerimônia de vestição das freiras, elaboração que reforça a presença de resquícios religiosos na formação ofertada pela EAEN. Tal ritual marcava a transição do ciclo básico para os estágios práticos no hospital e, dessa forma, antecipava, ainda no espaço formativo, uma anuência simbólica para o trabalho do cuidado. Em seguida, destacamos a primeira colação de grau da Escola em 1961. Essa celebração funcionou como instância pública de consagração, inserindo as formandas em uma rede de poderes que autorizava e legitimava socialmente sua atuação. Ao longo do capítulo, evidenciamos que o projeto formativo da EAEN produzia o cuidado como um campo de aprendizagem atravessado por dispositivos de disciplinamento dos corpos e dos afetos. Compreendemos, assim, que essas solenidades, juntamente com o uso do uniforme, ultrapassavam o caráter comemorativo e se afirmavam como rituais visuais, políticos e pedagógicos. A partir deles, produzia-se determinadas verdades sobre a profissão que articulava formação profissional, disciplinamento corporal e produção de subjetividades femininas.

Visando esquadriñar os modos de subjetivação experimentados pelas alunas face ao projeto de formação para o cuidado de si e cuidado do outro, abrimos a nossa última seção, intitulada *As práticas do cuidado*. Nela, analisamos os elementos constitutivos do documento institucional e avaliativo denominado *Relatório de Capacidade Profissional*. Percebemos que avaliação operava como um dispositivo de subjetivação, ao articular o desempenho técnico a exigências relativas ao entusiasmo, à docilidade, à aparência, à autonomia e à submissão à autoridade.

Identificamos, a partir das observações presentes nos *Relatórios*, que o cuidado de si não se configurava como um movimento reflexivo de retorno a si, tampouco como uma prática de liberdade, mas era acionado a partir de demandas institucionais. Organizava-se, portanto, por meio de um conjunto de prescrições que incidiam sobre a aparência, a contenção dos gestos, a docilidade da voz, o autocontrole emocional, a moralização das condutas e a regulação do estado de saúde.

Em consonância, os registros também produziam um discurso a respeito do cuidado do outro que articulava eficiência técnica, gestão do tempo e disponibilidade integral ao paciente. Essas exigências, produziam uma pedagogia dos ritmos corporais que naturalizava a intensificação do trabalho e silenciava o cansaço e os limites físicos e emocionais das alunas. Destacamos, ainda, que as avaliações não incidiam apenas sobre o fazer, mas sobre performances emocionais, pois ao demandar carinho, gentileza e responsabilidade, reiteravam expectativas de feminilidade durante o processo formativo. Acrescentamos que essas análises foram corroboradas e ganharam novas nuances a partir do diálogo com as imagens das alunas nas aulas de puericultura, bem como da comparação com outra escola feminina que funcionava em Natal/RN no mesmo período analisado.

Ao acompanhar essas materialidades, tornou-se possível sustentar a tese de que o cuidado, tal como formulado e operacionalizado no interior da EAEN, constituiu-se como uma prática educativa, isto é, como um dispositivo formativo que ensinava simultaneamente modos de cuidar do outro e de conduzir a si, produzindo subjetividades ajustadas às racionalidades institucionais, às expectativas de gênero e às exigências morais do campo da saúde.

Após a apresentação dos resultados desta investigação, torna-se necessário explicitar alguns desafios que atravessaram seu desenvolvimento. O mais significativo foi o acesso às fontes documentais. A EAEN mudou de institucionalidades e de locais físicos de atuação, pelo menos três vezes, esse movimento acabou provocando a perda e o descarte de diversos materiais da Escola. Além disso, como já informamos, o arquivo que abriga as documentações ainda conservadas, não se encontra aberto ao público. O que impôs obstáculos iniciais à localização, catalogação e seleção dos materiais aqui analisados. Esse limite incidiu diretamente sobre o tempo de pesquisa e sobre as estratégias metodológicas adotadas, exigindo negociações, buscas fragmentadas e a reconstituição do nosso *corpus* de pesquisa a partir de vestígios dispersos.

No que diz respeito ao tratamento das imagens, as fotografias disponíveis não apresentam marcações temporais ou informações de contexto, o que também demandou um trabalho analítico mais cuidadoso para sua datação aproximada e para a identificação das cenas,

dos espaços e das situações retratadas. Esse esforço implicou o cruzamento com outras fontes documentais, bem como a leitura minuciosa de indícios materiais (uniformes, ambientes, símbolos institucionais), exigindo maior cautela interpretativa.

Também buscamos, sem êxito, acesso aos documentos do Hospital Miguel Couto, instituição central para a compreensão das práticas formativas e do cotidiano de trabalho das alunas na década de 1950. Embora pesquisas anteriores, como a de Silva (2022), indiquem a existência de documentação referente ao hospital, o Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Norte não localizou esses registros. Essa lacuna documental impôs limites à reconstrução mais precisa das rotinas institucionais e das relações entre a Escola e o hospital, obrigando-nos a trabalhar com fontes indiretas e fragmentárias.

Apesar dos limites enfrentados, esta investigação abriu novas possibilidades metodológicas para o campo de estudos da história da Educação Profissional. Embora já existam pesquisas que mobilizam a análise de imagens nesse campo, como os trabalhos de Maria Ciavatta, tais abordagens costumam se ancorar em um repertório teórico marxista. Nesta Tese, optamos por construir um percurso teórico-metodológico e epistemológico distinto, orientado por ferramentas analíticas foucaultianas principalmente no que diz respeito a análise documental, leitura de imagens e problematização dos processos de subjetivação na formação das auxiliares de enfermagem. O mesmo se aplica às contribuições de Marise Ramos, cujas análises da Educação Profissional em Saúde também se inscrevem sob uma perspectiva marxista. Sem desconsiderar a relevância desses aportes, esta pesquisa se distancia deliberadamente desse enquadramento teórico, permitindo afirmar o caráter inédito do estudo, não no sentido de inaugurar o tema, mas de propor um outro modo de abordá-lo.

A pesquisa contribui também com o PPGEF ao alargar as discussões a respeito de estudos sobre *corpo* e *gênero* e *cuidado* na Educação Profissional. Bem como por ter privilegiado uma investigação na área da saúde como campo do conhecimento profícuo, porém pouco explorado nas produções desse Programa de Pós-Graduação, conforme constatado em nosso estado da arte.

Acreditamos, ainda, que nossa pesquisa pode contribuir para a visibilidade da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte enquanto espaço histórico de formação técnica em saúde e, simultaneamente, como lugar de produção de possibilidades de inserção e mobilidade social para mulheres no Rio Grande do Norte desde a década de 1950. Conforme o relato de nossa participante, a Escola constituiu-se como um importante vetor de qualificação para mulheres oriundas de camadas populares da sociedade natalense,

possibilitando não apenas o acesso a um trabalho remunerado, mas também a ocupação posterior de diferentes cargos e carreiras em outros estados. Ainda que inseridas em um campo de trabalho marcado por atravessamentos de gênero, essas trajetórias indicam que a formação em enfermagem operou, para muitas alunas, como uma via concreta de ampliação de horizontes profissionais.

No decorrer da pesquisa, emergiram algumas questões, que devido ao nosso recorte e razões metodológicas, não foram eleitas para discussão neste momento. Há muito ainda por investigar. Ao avaliarmos alguns documentos, como atas de colação de grau, algumas imagens do acervo e a própria fala da professora Oscarina Saraiva identificamos a presença, ainda que pontual, de alunos homens durante a década de 1960. No entanto, não localizamos documentos de inscrição nem de permanência desses estudantes. Segundo o relato da entrevistada, havia resistência por parte dos homens em ingressar no curso de Auxiliar de Enfermagem, por considerarem o diploma pouco atrativo ou socialmente desvalorizado. Esse conjunto de lacunas documentais e de indícios dispersos sugere que os silêncios do arquivo produzem sentidos, o que pode apontar para uma frente de investigação ainda inexplorada. Como, por exemplo, as implicações de gênero envolvendo a presença masculina em um curso historicamente marcado por estereótipos de feminilidade e por uma divisão sexual do trabalho profundamente enraizada no campo do cuidado.

Outra vertente que se apresenta como promissora para estudos futuros diz respeito às questões étnico-raciais na formação em enfermagem. Historicamente, sobretudo no período inicial de institucionalização da enfermagem no Brasil, o ingresso de mulheres negras foi, formal ou informalmente, interditado por critérios racializados e moralizantes. Embora esta pesquisa não tenha desenvolvido uma abordagem interseccional, reconhecemos a centralidade desse debate e a existência de problemáticas estruturais relacionadas à exclusão de mulheres negras no campo da enfermagem. As próprias imagens analisadas indicam a presença de alunas negras na EAEN, o que tensiona as narrativas sobre o perfil social das estudantes e abre espaço para investigações que articulem gênero, raça e classe na compreensão dos processos de formação, profissionalização e reconhecimento do trabalho do cuidado.

Ainda como projeções futuras e a curto prazo, pretendo delinear esse trabalho de tese para escrever um projeto de pesquisa em que eu possa dar aprofundamento aos conceitos emergentes que surgiram nesse estudo sobre o cuidado na Enfermagem, sobretudo no que diz respeito à dimensão das produções acadêmicas nos programas de pós-graduação sobre os estudos do cuidado em Enfermagem, na tentativa de circundar essa rede nacional que existe

sobre essa temática. E, priorizando projeções mais longeva, entrar para a docência acadêmica no intuito de dar visibilidade a projetos que envolvam a enfermagem e os processos de educação técnica do cuidado partindo dos desdobramentos dessa tese para fundamentar alicerces no ensino, na pesquisa e no caráter extensionistas, a exemplo da exposição “Imagens e Rituais do Cuidado”.

REFERÊNCIAS

Fontes

AUTORIZADO o funcionamento da Escola de Enfermagem. **O Poti**, Natal, 15 dez. 1955, p.

3. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_01&pesq=%22Escola%20de%20Enfermagem%22&pagfis=3563. Acesso em: 26 out. 2024.

ENCERRAMENTO hoje da 22 Semana de Enfermagem. **A Ordem**, Natal, 20 mai. 1961.

Recorte de jornal preservado no acervo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ESCOLA de Auxiliares de Enfermagem - Edital. **O Poti**, Natal, 21 jun. 1956, p. 4. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_01&pesq=%22Escola%20de%20Enfermagem%22&pagfis=4818. Acesso em: 26 out. 2024.

ESCOLA de Auxiliar de Enfermagem: o trabalho que vem realizando aqui. **Diário de Natal**, Natal, 10 mai. 1960, p. 2 - 6. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20195&pesq=enfermagem&pagfis=9408. Acesso em: 28 out. 2024.

FERNANDES, C. N. Escola de Enfermagem. **A Ordem**, Natal, 23 fev. 1951, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764051&pesq=%22escola%20de%20enfermagem%22&pagfis=20940>. Acesso em: 26 out. 2024.

PREPARAM-SE as heroínas do avental branco: vitoriosa iniciativa do corpo médico de Natal – dedicadas continuadoras do espírito de Ana Nery – aulas diárias de teoria e prática. **A República**, Rio Grande do Norte, 4 jul. 1956. Recorte de jornal preservado no acervo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RECEBERÁ nova turma a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal. **O Poti**, Natal, 19 jun. 1956, p. 12. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_01&Pesq=%22Escola%20de%20Auxiliares%20de%20Enfermagem%22&id=4914705276693&pagfis=4806. Acesso em: 26 out. 2024.

RECEPÇÃO de Tôcas pelas alunas da Escola de Enfermagem de Natal. **O Poti**, Natal, 25 abr. 1956, p. 8. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=031151_01&Pesq=%22Escola%20de%20Enfermagem%20de%20Natal%22&id=4914705276693&pagfis=4440. Acesso em: 26 out. 2024.

RECONHECIDOS curso da Escola de Enfermagem. **Tribuna do Norte**, Natal, 22 out. 1960. Recorte de jornal preservado no acervo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SEMANA da Enfermeira começa amanhã: Escola de Enfermagem. **Diário de Natal**, Natal, 05 mar. 1960, p. 6. Acesso em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028711_01&pasta=ano%20195&pesq=enfermagem&pagfis=9408. Acesso em: 28 out. 2024.

PRAVAZ Recordati, Laboratórios S.A. **Diário da Noite (SP)**, São Paulo, 14 jul. 1960, p. 49. Acesso em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093351&pesq=pravaz&pagfis=59979>. Acesso em: 25 out. 2024.

Bibliografia

APERIBENSE, P. G. G. S.; SILVA, C. P. G.; SANTOS, T. C. F.; ALMEIDA FILHO A. J.; NELSON, S.; PERES, M. A. A. Uniforme de alunas de enfermagem: estratégia para construção da identidade profissional (1950-1960). **Texto Contexto Enferm.**

2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2017-0593>. Acesso em: 15 out. 2025

ARAÚJO, R. M. L. **Práticas pedagógicas e ensino integrado**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

ARQUIDIOCESE DE NATAL. **Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes – Areia Preta – Natal**. Natal: Arquidiocese de Natal, 2022. Disponível em: <https://www.arquidiocesedenatal.org.br/post/par%C3%B3quia-de-nossa-senhora-de-lourdes-areia-preta-natal>. Acesso em: 9 dez. 2025.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, J. D. **Fontes históricas: introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 20.109, de 15 de junho de 1931.** Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das escolas de enfermagem, Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20109-15-junho-1931-544273-publicacaooriginal-83805-pe.html>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria n. 381, de 13 de dezembro de 1955.** Autoriza o funcionamento do Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal. Acervo da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.778, de 22 de janeiro de 1946.** Regula os exames de habilitação para os auxiliares de enfermagem e parteiras práticas. Rio de Janeiro: RJ, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8778.htm. Acesso em 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949.** Dispõe sobre o ensino de enfermagem no País e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 1949. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l775.htm. Acesso em 11 dez. 2024.

BRASIL. **Lei 4.121/ 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4121-27-agosto-1962-353846-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 12 dez. 2024.

BRASIL. **Lei 6.515 de dezembro de 1977.** Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências, DF, 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6515.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL, E.; NASCIMENTO, L. F. História digital: reflexões a partir da Hemeroteca digital brasileira e do uso de CAQDAS na reelaboração da pesquisa histórica. **Estud. hist.** Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/XNJJWhFFzPKdkhF6cyj5BJv/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRUGÈRE, F. **A ética do cuidado**. Tradução de Marcos Bagno. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15ª edição. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

CANASSA, N. L. A. **Memórias de parteiras: a trajetória profissional na Maternidade Carmela Dutra (1967-1994)**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/103064>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CARLOS, D. J. D. **Passado e presente: a enfermagem do Hospital Universitário Onofre Lopes**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/a04c551d-29b7-4a71-830b-8f63cc38cf2d>. Acesso em: 21 de set. 2023

CARRIJO, A. R. **Registros de uma prática: anotações de enfermagem na memória de enfermeiras da primeira escola nightingaleana no Brasil (1959- 1970)**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_845768bb3ad2a95c564511396da97d5f . Acesso em: 14 jul. 2023.

CARVALHO, M. L. **Hospital dos servidores do estado 1947-1980: as enfermeiras contam sua história**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Escola de Enfermagem da

Universidade de São Paulo, 1996. Disponível em:

<http://www.hse.rj.saude.gov.br/profissional/revista/35/enferm.asp>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CASCUDO, L. C. **Pequeno Manual do doente aprendiz**: memórias. Natal: EDUFRN, 1998.

CASCUDO, L. C. **História da cidade do Natal**. Natal: RN Econômico, 1999.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos temas, conceitos e autores.

Tradução: Ingrid Muller Xavier; revisão técnica: Alfredo Veiga Neto e Walter Omar Khan.

Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT A. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, formas, figuras, cores, números. Tradução: Vera de Costa e Silva et al. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COLLIÈRE, M. F. **Promover a vida**: da prática das mulheres de virtude aos cuidados de enfermagem. Tradução de Maria Leonor Braga Abecassis. Lisboa: Lidel, 2012.

COSTA, T. P. T. **O Centro de Formação de Pessoal para os Serviços de Saúde Dr. Manoel da Costa e suas Contribuições à Educação Profissional em saúde**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/66450303-ad5f-4cfd-9e38-e24767d1d31b>. Acesso em: 10 mai. 2024.

DESOUSA FILHO, A. **Tudo é construído! Tudo é revogável!**: a teoria construcionista crítica nas Ciências Humanas. São Paulo: Cortez, 2017.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI HUBERMAN, G. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2015.

DIDI HUBERMAN, G. **Imagens apesar de tudo**. Tradução: Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2012.

DIDI-HUBERMAN, G. **A imagem sobrevivente**: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DINIZ, C. A. A atuação dos poderes executivo e legislativo na expansão dos ginásios e colégios estaduais no estado de São Paulo (1963-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, n. 1, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/wkHL7XQ48rNjJ8MfXXmB5Hy/>. Acesso em: 9 dez. 2025.

DUMONT, E. **A caixa preta do cuidado**: Relações de gênero e histórias de vida de trabalhadoras técnicas de enfermagem. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/60edb180-c795-49d1-b96a-708546f4c5e6>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, M. A. S. **Mãe Luiza**: a construção social do bairro. Natal: IFRN, 2022. 250 p. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2290>. Acesso em: 5 jan 2026.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 27. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**: uma arqueologia da percepção médica. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264–287.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, L. G. Histórico da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal. **História da Enfermagem: Revista Eletrônica**, v. 11, n. 1, p. 56–65, 2020. Disponível em: <https://here.abennacional.org.br/here/v11/n1/a5.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

GERMANO, R. M. **Educação e ideologia da enfermagem no Brasil (1955 - 1980)**. 5 ed. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editor, 2011.

GLEYSE, J. **A instrumentalização do corpo**: uma arqueologia da racionalização instrumental do corpo, da Idade Clássica à Época Hipermoderna. Tradução de Avelino Aldo de Lima Neto, Cláudia Emília Aguiar Moraes e Fábio Luís Santos Teixeira. São Paulo: LiberArs, 2018.

GOMES et al. **Do sonho à realidade**: 50 anos da Escola de Enfermagem de Natal. Natal: EDUFRN, 2006.

GONÇALVES, L. X. **Políticas de formação do técnico de enfermagem em Natal/RN**: expansão e diversificação (1970-2010). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13261/2019__L%C3%BAcia_Xavier_Gon%C3%A7alves.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

GONÇALVES, M. B. S.; XAVIER, M. L.; ALMEIDA FILHO, A. J.; APERIBENSE, P. G. G. S.; ALMEIDA, M. T. S.; SANTOS, T. C. F. Uniforme e a imagem da enfermeira formada pela Escola de Enfermeiras Rachel Haddock Lobo. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 31, n. 1, p. 1 – 8, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/74786/48420>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GUIMARÃES; N. A.; HIRATA, H. S. **O Gênero do Cuidado**: Desigualdades, significações e identidades. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2020.

HIRATA, H. **Cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Unicamp, 2013.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: L, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LUNARDI FILHO, W. D. **O mito da subalternidade do trabalho da enfermagem à medicina**. Pelotas: Ed. Universitária, 2000.

MAGALHÃES, J. A história das instituições educacionais em perspectiva. **História da Educação em Perspectiva. Ensino, pesquisa, produção e novas Investigações**, p. 91-113, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5306>. Acesso em 12 jan. 2022.

MARTINS, J. S. **A constituição do campo científico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (2008-2019)**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13270/2021_J%C3%A9ssica_Souza_Martins.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução de Lamberto Puccinelli. São Paulo: EPU, 1974.

MENDES, M. I. B. S.; GLEYSE, J. O cuidado de si em Michel Foucault: reflexões para Educação Física. In: GLEYSE, J.; LIMA NETO, A. A. (org.). **E a carne se fez verbo: diálogos sobre a educação do corpo**. Natal: IFRN; EDUFRN, 2025. p. 183-208.

MOLINIER, P. **Le travail du care**. Paris: La Dispute, 2020.

NASCIMENTO, F. L. S. **A escola normal de Natal: Rio Grande do Norte, 1908-1971**. Natal: IFRN, 2018.

NIGHTINGALE, F. **Notas sobre enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1989.

NÓBREGA, T. P. **Corporeidade e educação física: do corpo sujeito ao corpo-objeto**. 3 ed. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: por que e como pesquisar**. Campinas, SP: Editor Alínea, 2013.

OGUISSO, T. As origens da prática de cuidar. In: OGUISSO, T. et al. (Orgs.). **Trajetória histórica da enfermagem**. Barueri: São Paulo: Manole, 2019a.

OGUISSO, T. Florence Nightingale. In: OGUISSO, T. et al. (Orgs.). **Trajetória histórica da enfermagem**. Barueri: São Paulo: Manole, 2019b.

OGUISSO, T.; FREITAS, G. F.; MOREIRA, A. Manuais de Enfermagem. In: OGUISSO, T. et al. (Orgs.). **Trajetória histórica da enfermagem**. Barueri: São Paulo: Manole, 2019.

OSCARINA. **Entrevista**, Natal (Rio Grande do Norte), 31 jul. 2024.

PEREIRA, I. B., LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PERES, M. A. A.; BARREIRA, I. A. Significado dos uniformes de enfermeira nos primórdios da enfermagem moderna. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 7, n. 1, p. 25 – 38, 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ean/a/jy8hxjWhPY77DDgLkHFyLCP/>. Acesso em 15 dez. 2024.

PERES, M. A. A.; PADILHA, M. I. C. S. Uniforme como signo de uma nova identidade de enfermeira no Brasil (1923 - 1931). **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**. v. 1, n. 18, p. 112 – 121, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/jy8hxjWhPY77DDgLkHFyLCP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 dez. 2024.

PERES, M. A. A. et al. Signos do vestuário de enfermeira na formatura. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/jJtdXd7NPYZvct9vCwcYmmp/?lang=pt>. Acesso em: 5 fev. 2025.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: contexto, 2007.

POIRIER, J. **História dos Costumes**. Tradução Manuel Ruas. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RAMOS, M. Concepções e práticas pedagógicas nas Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde: fundamentos e contradições. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 153-173, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/7zC5Qp5SVbdj8ZQY9j34nHr/?lang=pt>. Acesso em 20 mai. 2022.

RAMOS, M. Prefácio. In: LIMA NETO, A. A.; CAVALCANTE, I. F.; GLEYSE, J.; THOMAS, J. (Orgs.). **Sexo, sexualidade e gênero na educação profissional no Brasil e na França: estudos exploratórios**. Natal: IFRN; Paris: L'Harmattan, 2021. Disponível em <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2053>. Acesso em 12 mai. 2022.

RENOVATO, R. D.; GAGNATO, M. H. S. O serviço de saúde pública e suas atuações de educação sanitária nas escolas primárias (1942 - 1960). **Educar em Revista**, v. 2, n. especial, p. 277 - 290, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/fzSvsXTbHMhTmGpyPdYTdMC/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, T. G. A. **Espaço, práticas médicas e institucionalização da loucura: um olhar sobre o Hospital Colônia de Natal (1957 -1963)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/f41c049e-4752-4a96-996f-86e68c0f6ac6>. Acesso em: 7 ago. 2025.

ROSELLÓ, F. T. **Antropologia do cuidar**. Petrópolis, RJ: 2009.

ROSSI, M. J. S. **A arte de cuidar: a formação do campo profissional**. Tese (Doutorado Mestrado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas, 2001. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/fiocruz/resource/pt/int-525>. Acesso em: 22 set. 2024.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, G. F. **O internato da Escola de Enfermagem Carlos Chagas:**

Formação e socialização da mulher-enfermeira (1933-1950). In: VAGO, Tarcísio Mauro e OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de (orgs). **Histórias de práticas educativas**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.451-476.

SANTOS JÚNIOR, A. L.; CAVALCANTE, I. F. Produção do conhecimento acerca das mulheres na educação profissional. p. 252-263. In: LIMA NETO, Avelino Aldo CAVALCANTE, Ilane Ferreira; GLEYSE, Jacques; THOMAS, Julie (Orgs.). **Sexo, sexualidade e gênero na educação profissional no Brasil e na França: estudos exploratórios**. Natal: IFRN; Paris: L'Harmattan, 2020. Disponível em <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2053>. Acesso em 12 jan. 2022.

SANTOS, N. L. P.; BARREIRA, I. A. **O poder simbólico da enfermagem norte-americana no ensino da enfermagem na capital do Brasil – 1928 -1938**. Rio de Janeiro: Editora Anna Nery, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA. Ritual da profissão religiosa. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, [s.d.]. Disponível em: <https://www.liturgia.pt/rituais/ProfissaoReligiosa.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2025.

SILVA, R. O. **Entre fantasmas e (in) hospitalidades: redescrições do Hospital Miguel Couto em Natal (1927 - 1955)**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-20072022-130623/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, S. K. M. **Centelhas de uma cidade turística nos cartões de Jaeci Galvão (1940 – 1980)**. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

2012. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/98c46278-b193-4516-bf4a-0b78c455953e>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SILVA, F C. F. **A escola de saúde pública do Rio Grande do Norte**: um estudo sobre a formação docente para atuar na educação profissional em saúde. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2023. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/2667?show=full>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SILVEIRA, M. F. A.; GUALDA, D. M. R. **Mulher, Corpo e Cuidado**: um ritual de encantamento para a prática de enfermagem. Campina Grande: EDUEP, 2003.

SIMIELE, M. F. et al. Rito católico e imagem da enfermeira (1957). **Aquichan**, Colômbia, v. 14, n. 1, p. 109 – 118, mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aqui/v14n1/v14n1a10.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SOARES, C. L. **As roupas nas práticas corporais e esportivas**: a educação do corpo entre o conforto, a elegância e a eficiência (1920-1940). Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOUZA, L. M.; LIMA NETO, A. A. Fazendo gênero na Educação Profissional: notas epistemológicas a partir do estado de conhecimento sobre educação profissional e gênero na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (2008-2019). **Cadernos de pesquisa**, v. 26, n. 4, p. 235 – 250, out./ dez, 2019. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13063>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

SOUZA, L. M. **Formar para o cuidado**: a Formação Humana Integral das mulheres no curso técnico em Enfermagem da Escola de Saúde da UFRN. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em:

https://portal.ifrn.edu.br/documents/13272/2021_Larissa_Maia_de_Souza.pdf. Acesso em: 14 jun. 2023.

SOUZA, V. D. **Serão perfeitas donas de casa e distintas moças da sociedade:** a Escola Doméstica em uma história da educação das sensibilidades femininas em Natal (1914 -1945). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/ef06e5e1-c5df-44f0-934f-708fb3f32a2a>. Acesso em: 8 jul. 2023.

SQUINELO, A. P. O que as narrativas didáticas de história contam sobre a Guerra Guasu 150 anos depois? Mulheres, crianças, negros e indígenas em uma mirada comparada: Brasil, Paraguai e Uruguai. **Diálogos**, Maringá, v. 24, n. 3, p. 242-264, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/56815>. Acesso em: 23 ago. 2024.

TEODOSIO, S. S. S. et al. Oscarina Saraiva Coelho: uma história de dedicação à enfermagem. História da Enfermagem - **Revista Eletrônica (HERE)**, v. 4, p. 58-71, 2013.

TORRES, M. J. F. **A formação do técnico em enfermagem em Natal/RN:** um estudo sobre a experiência da Escola de Saúde da UFRN. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2020. Disponível em: https://portal.ifrn.edu.br/documents/13286/2020_Maria_Jos%C3%A9_Fernandes_Torres.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

TRONTO, J. C. **Caring democracy:** markets, equality, and justice. New York: New York University Press, 2013.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE. Conselho Universitário. **Resolução nº 02, de 9 de janeiro de 1964.** Incorpora à Universidade do Rio Grande do Norte, para

funcionar junto à Faculdade de Medicina, a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal. Natal: UFRN, 1964. Acervo da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

WALDOW, V. R. **Cuidar: expressão humanizadora da enfermagem**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

APÊNDICE I – INSTRUMENTO DE ENTREVISTA

INTRODUÇÃO: Por gentileza, apresente-se: nome, data de nascimento (se sentir-se confortável), cidade onde nasceu, filiação. Qual a sua relação com a Escola de Auxiliares de Enfermagem de Natal?

1. Sobre a formação: Qual a sua formação? Em qual instituição obteve certificação profissional de nível técnico ou superior na área da enfermagem?
2. Como se deu seu ingresso na EAEN? Participou de processo para seleção ou concurso? Qual o seu enquadramento funcional na EAEN?
3. Qual o cargo você ocupou na EAEN? Em que ano isso ocorreu?
4. Onde funcionava a EAEN? Como era a estrutura física e arquitetônica da instituição?
5. Qual a importância da Escola naquela época no Rio Grande do Norte?
6. Qual a concepção de enfermagem vigente?
7. Qual o conceito de cuidado da época? Como ocorria o cuidado com os doentes, na época?
8. Como ocorria o processo de internato para professoras na Escola?
9. Havia algum dispositivo legal que destinava as vagas da EAEN às estudantes mulheres?
10. Existia alguma restrição ao ingresso de estudantes homens?
11. No período da sua atuação como diretora na EAEN havia a presença de irmãs de caridade no hospital? Qual a participação delas na gestão das instituições? Como elas contribuíam para a Escola e para o Hospital Miguel Couto e a Maternidade Januário Cicco?
12. Como eram realizados os processos seletivos para o ingresso das estudantes na EAEN? Havia exame de admissão?
13. Qual a condição socioeconômica das estudantes na EAEN?
14. Como era organizado o currículo do curso? Havia algum dispositivo legal a ser seguido pela instituição?
15. Em relação aos materiais didáticos, quais eram os livros ou manuais adotados pela EAEN?
16. Quais eram os espaços de atuação das egressas?
17. Havia algum critério específico para o ingresso de pessoas durante os processos seletivos?
18. Em sua percepção, havia mais estudantes negras, pardas ou brancas?
19. Qual era o tipo de vestimenta usada pelas estudantes? Havia algum fardamento específico para atividades distintas?
20. Como eram adquiridas essas vestimentas? Havia algum subsídio da instituição à aquisição de paramentos?

21. Existia alguma orientação para que as alunas cuidassem da aparência, do fardamento? Por que isso era importante?
22. Como era o autocuidado das alunas?
23. Como ocorria a cerimônia da touca? Em qual período da formação ela ocorria?
24. Como era o processo de recepção na EAEN de estudantes advindos das instituições privadas no regime de intercomplementariedade?
25. Quais as implicações da criação da Graduação em Enfermagem para a EAEN? Em que ano ocorreu?
26. Quando a graduação em enfermagem foi instalada como ocorria a divisão de trabalho entre os funcionários?
27. Como eram planejadas as ações e distribuídos os recursos financeiros entre os cursos? Como era a organização de cursos? Havia coordenação específica para cada curso?
28. Qual o legado da escola para o Rio Grande do Norte?
29. Qual a relação da EAEN com a sua história?